

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA.

Autor: Israel Montesuma Oliveira.

**A REGIÃO METROPOLITANA DE
FLORIANÓPOLIS E A DINÂMICA DAS ÁREAS DE
POBREZA: O CASO DA COMUNIDADE FREI
DAMIÃO.**

Dissertação submetida ao
Programa de Pós-
Graduação em Geografia
da Universidade Federal
de Santa Catarina para a
obtenção do Grau de
Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr.
Carlos José Espíndola.

Co-orientador: Prof. Dr.
Lauro Francisco Mattei.

Florianópolis
2011

Catálogo na fonte elaborada pela biblioteca da
Universidade Federal de Santa Catarina

A ficha catalográfica é confeccionada pela
Biblioteca Central.

Tamanho: 7cm x 12 cm

Fonte: Times New Roman 9,5

Maiores informações em:

<http://www.bu.ufsc.br/design/Catalogacao.html>

Autor: Israel Montesuma Oliveira.

**A REGIÃO METROPOLITANA DE
FLORIANÓPOLIS E A DINÂMICA DAS ÁREAS DE
POBREZA: O CASO DA COMUNIDADE FREI
DAMIÃO.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 07 de dezembro de 2011.

Prof.(a) Dr. Ruth Emilia Nogueira
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Carlos José Espíndola,
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. José Messias Bastos,
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Fábio Napoleão,
Universidade Estadual de Santa Catarina

AGRADECIMENTOS

A Jah, minha Família, meus orientadores
e minha companheira de todas as horas.

Ficar prisioneiro do presente ou do passado é a melhor maneira para não fazer aquele passo adiante, sem o qual nenhum povo se encontra com o Futuro.

Milton Santos, 1998.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo elaborar análise histórica no intuito compreender os determinantes econômicos, políticos e sociais que contribuíram para o processo de expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis e analisar a Formação Sócio-Espacial da Comunidade Frei Damião na Palhoça - SC. O avanço do processo de industrialização no Brasil permitiu a modificação de todo um caráter de ocupação e uso do território, tanto em escala nacional quanto local, surgindo como importante condicionante para o processo de expansão urbana no território nacional. A região metropolitana de Florianópolis aparece como objeto de estudo da pesquisa e a Comunidade Frei Damião como estudo de caso. Para execução da pesquisa a formação sócio-espacial, apresentada por Milton Santos, tornou-se aporte teórico base para teoria e método deste trabalho. A comunidade estudada se caracteriza por ser uma das áreas mais empobrecidas da região da Grande Florianópolis, possuindo uma das piores condições de cidadania, infra-estrutura urbana, violência e abandono do poder público. Para isso a justificativa da pesquisa surge da responsabilidade social da universidade para com o desenvolvimento da região Metropolitana de Florianópolis e a comunidade em questão, o que requer muita atenção do meio acadêmico e do poder público para que se possam pensar alternativas para melhoria da qualidade de vida dos moradores e da população em geral.

PALAVRAS CHAVES: Expansão Urbana, Formação Sócio-Espacial, Pobreza.

ABSTRACT

This dissertation aims to develop historical analysis in order to understand the determinants of economic, political and social changes that contributed to the process of urban sprawl in the metropolitan region of Florianópolis and analyze the social-spatial formation of the Community in Frei Damião in Palhoça-SC. The advancement of the industrialization process in Brazil allowed the modification of an entire character of occupation and land use, both in national and local, emerging as an important condition for the process of urban expansion in this country. The metropolitan region of Florianópolis appears as an object of study and research and the Frei Damião community as a case study. To conduct the research the socio-spatial formation by Milton Santos became the basis for theoretical support of theory and method in this work. The community is characterized as one of the most impoverished in region of Florianópolis, possessing one of the worst conditions of citizenship, urban infrastructure, violence and abandonment of the public power. The justification for this research comes from the university's social responsibility towards the development of the metropolitan region of Florianópolis and the community in question, which requires a lot of attention from academia and public authorities so that they can think of alternatives to improve the quality of life residents and the general population.

KEYWORDS: Urban Expansion, Socio-Spatial formation, Poverty.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1	72
IMAGEM 2.....	72
IMAGEM 3	88
IMAGEM 4	101
IMAGEM 5	112
IMAGEM 6	113
IMAGEM 7	117
IMAGEM 8	125
IMAGEM 9	131
IMAGEM 10	131
IMAGEM 11	135
IMAGEM 12	137
IMAGEM 13	138
IMAGEM 14	139
IMAGEM 15	143
IMAGEM 16	167
IMAGEM 17	167

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	62
TABELA 2	102
TABELA 3	107
TABELA 4	122
TABELA 5	127

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1 MARCOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	28
2. PROCESSO HISTÓRICO DA EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS ..	35
2.1 A primeira urbanização: a gênese e a evolução - do século XVII a 1875.	35
2.2 A segunda urbanização: 1875- 1925.	45
2.3 A terceira urbanização: 1925-1960.	53
3. A QUARTA URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.....	61
3.1 A primeira fase: 1955 – 1990.....	61
3.2 A segunda fase: a partir de 1990.	91
4. A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA COMUNIDADE FREI DAMIÃO	115
4.1 Formação da Comunidade Frei Damião	117
4.2 A evolução sócio econômica	121
4.3 Pontos de estrangulamento:.....	135
4.3.1 O problema do lixo, das enchentes e do saneamento básico:.....	135
5. CONCLUSÃO:.....	149
5.1 Uma questão de cidadania – um diálogo com Milton Santos.	151
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175
7. ANEXOS.....	181

ANEXO I – Mapa de localização região Metropolitana de Florianópolis.	182
ANEXO II – Mapa de localização da comunidade Frei Damião.	183
ANEXO III – Desenvolvimento geográfico desigual	184
ANEXO IV – Notícia virtual sítio R7.	185
ANEXO V – Lei de incentivo fiscal de Palhoça-SC.	187
ANEXO VI – Notícia virtual, Click RBS.	196
ANEXO VII - IMAGENS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E DA COMUNIDADE FREI DAMIÃO.	197

1. INTRODUÇÃO

O Processo de industrialização modificou todo um caráter de ocupação e uso do território brasileiro e, neste caso, da Região Metropolitana de Florianópolis, levando a população e a organização social a novos hábitos de consumo e processos produtivos, condicionando a forma da totalidade espacial¹ da região.

Roberto Lobato Corrêa (1989) afirma que o espaço urbano é fragmentado e articulado, resultado de um produto social determinado pelos modos de produção capitalista, ou seja, o espaço urbano é reflexo da estrutura social de classes. A característica de fragmentação da área urbana da ilha de Santa Catarina foi fortalecida pela especulação imobiliária, devido a uma elite econômica que historicamente possui maior poder político e econômico e que passa a se apropriar dos espaços públicos, fazendo com que as terras, antes comuns, se tornem artigo de comércio. Essa é uma das conseqüências do processo de mercantilização das terras que gerou uma acentuação nas transformações da forma e estrutura das áreas ocupadas.

As pequenas produções mercantis da Região Metropolitana de Florianópolis, que historicamente ocupavam áreas que foram tomadas pelas elites locais e migrantes de outras regiões do Brasil, foram sofrendo degradações sociais e expostas a situações de maior dificuldade de inserção na dinâmica produtiva. Como maneira de sobrevivência, muitas pessoas, locais ou migrantes, começaram a ocupar regiões mais afastadas dos centros comerciais de Florianópolis. Futuramente essas regiões “marginais”, passaram a abrigar grupos de pessoas que buscam os centros urbanos na procura de bens, serviços

¹ De acordo com Milton Santos (1978), o Espaço Urbano possui forma, estrutura e função: a forma vai ser o resultado do produto social, que vem atender uma determinada função a partir da estrutura produtiva do território, dentro de um processo histórico de transformação do espaço.

e emprego, e que a baixa condição financeira torna-se grande limitador de acesso a condições de habitação adequada próximos as regiões centrais².

O processo histórico de ocupação da ilha alocou as elites em áreas centralizadas e centralizadoras de serviços e emprego, e os menos favorecidos em regiões periféricas, foi um condicionante do processo de urbanização da Região Metropolitana de Florianópolis. A urbanização pode ser definida como o processo em que a população urbana cresce mais do que a população rural, e o espaço urbano torna-se resultado do excedente do processo produtivo, sucedido da concentração demográfica e da capacidade de produção e de prestação de serviços.

Fica evidente que o processo de expansão e crescimento das cidades reproduz os diferentes tipos de interesses dos setores sociais. As elites, pelo seu poder econômico e político, conseguem com maior facilidade gerar o direcionamento necessário para estruturar o espaço urbano em favor de suas necessidades, tanto produtivo quanto de vida.

A urbanização deve, portanto, ser analisada pelas combinações dos fatores econômicos, políticos, sociais e culturais, cujas transformações geram a organização do espaço urbano, tendo como base de explicação a produção (SANTOS 2005). A urbanização aparece como fato moderno - pós-revolução industrial inglesa - que se dissemina pelo resto dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

De acordo com Edson Telê Campos (2010) apesar do primeiro modesto impulso da urbanização no mundo e no Brasil ter ocorrido em meados de 1850, no processo brasileiro a partir de 1930 tem-se um novo patamar no processo de urbanização, período do Governo Getúlio Vargas e potencializados com a implantação de uma infra-

² Regiões centrais enquanto centralizadoras que alocam comércio, emprego, serviços básicos e infra-estrutura urbana, não significando o centro geográfico da região.

estrutura industrial básica. O processo de urbanização do Brasil passa por uma aceleração no pós- segunda guerra (meados do século XX). De acordo com Milton Santos (1993) entre 1940 e 2000 ocorre uma inversão do lugar das residências no Brasil, onde em 1940 havia uma taxa de urbanização de 26,35% e em 1993 uma taxa de 77,00 %. No ano 2000, de acordo com Campos (2010) essa taxa passa dos 81%.

O advento da industrialização no território brasileiro contribuiu na reestruturação da organização espacial da Região Metropolitana de Florianópolis e a partir de algumas características específicas permitiu a consolidação da sua atual forma. Estas características são apresentadas por Ignácio Rangel, José Messias Bastos e Edson Telê Campos, sendo³:

Ignácio Rangel apresenta análise sobre a formação da economia brasileira a partir das dualidades básicas, onde as relações internas dominantes se apresentam de uma maneira, sendo inseridas dentro de uma relação externa na economia mundial. Rangel diz que as flutuações da economia mundial podem ser observadas a partir dos ciclos de Kondratiev. De acordo com Campos (2009) esses ciclos têm duração de, aproximadamente, meio século e apresentam um período de ascensão econômica e de declínio econômico mundial.

Rangel (1957) destaca que o processo de industrialização do Brasil tem se sucedido regularmente por ciclos curtos, criando condições, em primeiro momento, de implantação da indústria leve e depois para a indústria de bens de produção, construindo a edificação da estrutura industrial brasileira, um condicionante para o processo de urbanização e sua expansão.

José Messias Bastos (2000) caracteriza a urbanização de Florianópolis também pela análise dos ciclos econômicos de Kondratiev e classifica o processo de urbanização em três grandes fases. A primeira Urbanização é marcada pela

³ 1957, 2000 e 2010 respectivamente.

ascensão da pequena produção mercantil açoriana nos séculos XVIII e XIX, exportadora de alimentos (farinha de trigo, óleo de peixe, pesca), através do estabelecimento de milícias portuguesas no Brasil e em Nossa Senhora do Desterro, a capital da província de Santa Catarina. A segunda Urbanização é caracterizada pela Ilha de Santa Catarina se tornar praça comercial importadora, abastecendo colônias alemãs e italianas no último quartel do século XIX e início século XX. A terceira Urbanização é caracterizada pela inserção do capital catarinense no contexto industrial brasileiro em vigor em meados da década de 1950 tendo início aí a transformação radical da cidade de Florianópolis.

A quarta urbanização é marcada pelo intenso processo de expansão urbana da ilha de Florianópolis, que tem seu período marcado em meados do século passado e a virada do milênio, resultando mais um grande ciclo de expansão urbana da capital catarinense.

Edson Telê Campos (2010) analisa a quarta urbanização da Região Metropolitana de Florianópolis a partir de ciclos curtos, cerca de 10 anos cada e que tem seu início no final da década de 1960, primeiramente na capital passando pelo município de São José e estendendo-se aos municípios de Palhoça e Biguaçu. O autor compreende a expansão urbana regional através de quatro períodos distintos: o boom imobiliário da década de 1970, a crise dos anos 1980, a retomada do boom imobiliário na década de 1990 e a explosão imobiliária a partir do ano de 2000. O último período é favorecido pelo reconhecimento nacional e internacional da cidade de Florianópolis enquanto capital com “ótima qualidade de vida, tranquilidade, belezas naturais e segurança”.

A inauguração da BR 101 na década de 1960 tornou-se um marco na expansão urbana, pois aumentou a acessibilidade de pessoas e mercadorias, ligando a capital a outros estados e ao planalto serrano via BR 282, além da instalação da Universidade Federal de Santa Catarina e outras instituições públicas, como CELESC e ELETROSUL.

A Região Metropolitana de Florianópolis, mesmo não sendo reconhecida⁴ formalmente por instituições oficiais, para efeito de elaboração da pesquisa o termo será utilizada devido as suas características econômicas, sociais e políticas além da aceitabilidade por parte da sociedade e de outras instituições oficiais, tendo sua área composta pelos municípios de Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos, Antonio Carlos, Águas Mornas e São Pedro de Alcântara, possui uma população total de aproximadamente 845.472 habitantes. Ainda de acordo com Campos (2010), Florianópolis é a cidade mais populosa com 408.161 habitantes; São José com 201.746; Palhoça com 130.878 e Biguaçu com 56.395 habitantes, sendo composta por uma área de aproximadamente 2.400,00 km².⁵

Para efeito metodológico da pesquisa será dado enfoque nos municípios de Florianópolis e Palhoça, o primeiro por razões de ser o pólo de expansão da região e o segundo devido a ser o município de localização da comunidade Frei Damião o estudo de caso da pesquisa.

Neste sentido podemos verificar algumas condições históricas, econômicas, sociais, geográficas e culturais que levaram a expansão urbana da região e, conseqüentemente, à formação e a localização da pobreza dentro do espaço urbano local.

O objetivo geral do trabalho é analisar e compreender o processo de expansão urbana da Região Metropolitana de

⁴ Instituições de pesquisa como IBGE e IPEA não registram a região estudada como metropolitana, e não foram encontrados registros dentro de instituições oficiais sobre a legalidade do processo. De acordo com Campos (2010, p. 39) a Região metropolitana de Florianópolis foi instituída ao primeiro momento pela lei complementar estadual nº162/98 e em janeiro de 2010 foi restabelecida a região como Metropolitana pela lei Complementar nº495/2010. Para efeito de pesquisa a região será considerada como metropolitana, devido suas características econômicas, sociais e políticas além da controvérsia na aceitação do termo.

⁵ Dados obtidos pelo IBGE, contagem da População 2009, inclusive população estimada em domicílios fechados. (CAMPOS, 2010, p.47)

Florianópolis e a formação social e espacial da comunidade Frei Damião na Palhoça, no intuito de verificar a sua condição de formação.

Os objetivos específicos são:

Analisar o processo histórico de expansão urbana da região metropolitana de Florianópolis.

Compreender os determinantes, econômicos, políticos e sociais do processo de expansão urbana da região metropolitana de Florianópolis.

Analisar a formação social, econômica e espacial da comunidade Frei Damião.

Elaborar uma reflexão sobre a obra “Espaço do Cidadão” de Milton Santos como efeito de conclusão da pesquisa.

Algumas questões de pesquisa surgem como guias para elaboração do trabalho: Que fatores econômicos e sociais levaram a formação da comunidade? Quais são as funções urbanas da comunidade dentro da Região Metropolitana de Florianópolis? Por que a implantação da comunidade nesta localidade? Foi à expansão urbana um determinante da condição sócio espacial da Comunidade em questão?

A justificativa da pesquisa surge da responsabilidade social da universidade para com o desenvolvimento da região da Grande Florianópolis. Pelo fato da comunidade Frei Damião ser uma das áreas mais empobrecidas da região, a mesma requer atenção do meio acadêmico para que se possam pensar alternativas de melhoria da qualidade de vida dos seus moradores. O mais importante nessa relação consiste no fato de que para se trabalhar com a pobreza o fator essencial está na sua compreensão⁶ e não apenas na sua mensuração. Tendo como referência Milton Santos (1978), observa-se que existem diferentes tipos de pobreza e devido

⁶ Milton Santos (1978) argumenta que a pobreza é relativa de tempo e espaço. Possui uma relação, não apenas de privação material, mas também de vivência. É imprescindível analisar a gênese, a estrutura, os fatores endógenos e exógenos que atuam na sua manutenção, reprodução e sustentação.

a isso não há sentido procurar uma definição matemática ou estática do conceito.

A Comunidade Frei Damião na Palhoça é um dos inúmeros exemplos recentes do resultado do crescimento urbano da Grande Florianópolis, pois, como visto acima, a generalidade do fenômeno da pobreza acompanhada pela expansão do crescimento da área cornubada da capital, conseqüentemente, permitiu o surgimento dessas áreas empobrecidas. A condição de empobrecimento da comunidade Frei Damião na Palhoça pode ser analisada a partir de sua formação social, resultado de um processo histórico de organização espacial, conseqüência das múltiplas relações de produção em suas diferentes escalas. (Ver Anexo II).

Santos (1977) desenvolve a idéia da evolução diferencial das localidades, que é composta por fatores endógenos e exógenos através de uma relação histórica dentro de um movimento totalizador, resultado de múltiplas determinações, tendo como base central de explicação a produção. É o trabalho humano que transforma o espaço através de uma relação dialética, a qual determina a organização espacial em suas diferentes escalas. É importante compreender a pobreza urbana da cidade como resultado da organização da estrutura produtiva, a qual tem como conseqüência o acesso a uma renda lícita e a ocupação de determinado espaço.

A comunidade Frei Damião se caracteriza por ser uma das áreas mais empobrecidas da Região da Grande Florianópolis, possuindo uma das piores condições de cidadania, intra-estrutura urbana, violência e abandono do poder público. A comunidade fica situada na divisa dos municípios de São Jose e Palhoça (Santa Catarina). De acordo com Sugai (2009), uma grande parte de seus moradores trabalha como catadores de lixo reciclável, tendo este assentamento iniciado nos primórdios da década de 1990. Conforme levantamento de Sugai e de acordo com a Associação dos Moradores no ano de 2005 a comunidade

teve uma grande expansão e já possuía por volta de 1.400 domicílios no conjunto da comunidade com uma renda média mensal do conjunto de responsáveis pelo domicílio era de 2,06 salários mínimos, sendo a mais baixa entre as comunidades pesquisadas pela autora.⁷

1.1 MARCOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

Os aportes teóricos e referenciais provêm da formação sócio-espacial sistematizada por Milton Santos. Esta categoria decorre de derivação da formação econômica e social de Karl Marx e de Friedrich Engels.

O foco desta pesquisa e do método da formação sócio-espacial está na compreensão do processo histórico e da formação social de uma sociedade determinada, a partir da análise de sua totalidade histórico-concreta. O trabalho incide na interpretação da realidade como fato histórico em suas diferentes escalas dentro da realidade espacial, pois, como observa Milton Santos, não existe sociedade à-espacial. Por isso se faz necessário a análise da formação econômica e social com base de explicação a produção, ou seja, no trabalho humano para a transformação.

Milton Santos (1978) rejeita a adoção de uma sociedade em geral, ou seja, para o autor nenhuma formação social é igual à outra. O autor faz ainda a distinção entre modo de produção e formação social, onde a primeira é uma possibilidade de realização e a outra uma possibilidade realizada. Portanto, a categoria de formação econômica e social torna-se indissociável do concreto, formando categorias interdependentes histórica e espacialmente determinadas em conjunto.

⁷ Sugai em sua pesquisa fez levantamento de “favelas” na Região Metropolitana entre elas estão Serrinha, Tapera da Base, Morro da Queimada, Solemar e Sol Nascente, além do Frei Damião.

A compreensão da categoria de formação sócio-espacial consiste na articulação dos elementos: forma, estrutura e função. A forma como resultado do produto social, visível e exterior ao objeto, formando o que pode ser denominado de padrão espacial. Esta forma é determinada pela estrutura pré-estabelecida e concretizada. A função condiz com a atividade produtiva, a tarefa determinada pelo objeto criado e sua estrutura na natureza social e econômica do tempo, ou seja, a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas, dentro de um processo produtivo.⁸

A verificação da condição de pobreza terá como referencial teórico o debate sistematizado por Milton Santos, em conjunto com a análise das políticas do Banco Mundial orientadas por Amartya Sen. Dentro da temática pretendida, a da Pobreza, Milton Santos, aparece como base teórica fundamental para compreensão e elucidação da questão. Santos afirma que:

O termo pobreza não só implica um estado de privação material como também um modo de vida – e um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para criar segurança dentro de uma situação insegura (1978, p. 19).

Amartya Sen puxa o debate contemporâneo sobre o tema e exerce forte influência nas pesquisas e orientações de políticas de combate a pobreza do Banco Mundial. O autor parte da idéia de que a pobreza vai além das privações materiais, consistindo em um fenômeno multidimensional, e sugere ainda uma ação no sentimento de expansão das liberdades.

Para o momento inicial de compreensão histórica da formação econômica e social de Florianópolis, as obras de Maria Inês Sugai, José Messias Bastos e o relatório sobre os

⁸ Milton Santos (2008) “Pensando o espaço do Homem”.

problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina do CECCA (Centro de Estudos Cultura e Cidadania) funcionam como fundamento teórico de análise.

A pesquisa terá como base teórica de análise da expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis, dois momentos que se complementam. O primeiro momento terá como referência base para delimitação dos tempos históricos as fases de expansão urbana apresentados por Bastos que analisa o processo histórico de urbanização a partir da pequena produção mercantil açoriana e por ele denominado de *três urbanizações*. O segundo momento constitui em análise da *quarta urbanização* fase mais recente da expansão urbana. Terá como referencia base análises apresentadas por Edson Telê Campos (2010) a partir da perspectiva do desenvolvimento da construção civil na Região Metropolitana. As obras de Maria Inês Sugai e Ewerton Machado surgem como complemento deste momento da pesquisa. Tendo a base consolidada foram inseridas outras informações de diversas fontes oficiais para complementação da pesquisa.

Os estudos do CECCA (Centro de estudos Cultura e Cidadania) também serão utilizados para complementação da análise principalmente referente à questão do saneamento básico e do tratamento do lixo, devido à relação direta entre estes fatores com a comunidade, como será apresentado mais adiante na pesquisa:

Um sistema ecológico ou ecossistema é definido como a interação entre seres vivos e seu ambiente não vivo inseparavelmente inter-relacionados. Na ecologia humana, a definição do ecossistema urbano envolve outros fatores, dado as próprias características da espécie humana. Embora a humanidade tenha 2.500 gerações, só ao longo das últimas duzentas desenvolveu aglomerados urbanos. A partir de então, seus problemas não pararam de crescer e suas relações com

a natureza tornaram-se cada vez mais complexas. (CECCA, 1996; p. 129)

Portanto, como efeito de método, a questão do saneamento básico será tratada na relação que inclui abastecimento de água potável, coleta e tratamento dos esgotos, coleta e disposição adequada de resíduos sólidos.

No intuito de facilitação da compreensão da leitura, a formação social da Palhoça estará em conjunto com desenvolvimento da análise da expansão urbana da Região Metropolitana, no primeiro momento dividido nas três urbanizações apresentados por Bastos (2000) e no momento posterior na quarta fase da urbanização.

Para consistência do aporte teórico ter-se-á como instrumento de análise econômica e social na escala nacional a teoria rangeliana dos ciclos médios de acumulação, a partir das dualidades básicas da economia brasileira. A teoria de Rangel surge como importante instrumento de verificação das conjunturas econômicas e políticas, que viabilizaram o processo de industrialização brasileira, marco fundamental e responsável direto no processo de expansão e modernização das cidades brasileiras. Carlos Espíndola (1996) mostra que os fundamentos teóricos apresentados por Rangel consistem de importante artifício teórico para a compreensão acerca do funcionamento cíclico da economia capitalista mundial e a sua relação com a formação social brasileira:

De longa data, Brasil reage – nem poderia deixar de fazê-lo aos movimentos do ciclo longo da economia mundial, mas essa reação tem-se revestido de caráter ativo; Asso, , quando a economia mundial entra em uma fase, o Brasil reage aprofundando seus laços de divisão internacional do trabalho, o que se manifesta pela expansão das exportações e das importações. Entretanto, quando a economia mundial entra em fase

recessiva, a economia brasileira volta-se sobre si mesma –o crescimento se faz adentro- adotando uma forma de substituição de importações, que também pode ser e o tem sido, uma forma de crescimento (Rangel, 1985:30 apud Espindola, 1996: 17).

Armen Mamigonian surge como principal referencial teórico da análise em escala estadual da formação industrial catarinense. Mamigonian (1986) condiciona o processo de industrialização catarinense à pequena produção mercantil transplantada da Europa, com forte fundamento da riqueza artesanal alemã e italiana. O ponto de partida tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes que de acordo com o autor já praticavam significativa divisão social do trabalho, muitos deles de origem européia que se encontrava em estágio de industrialização mais avançado. Muitos operários e artesãos migraram da Alemanha, Itália, polônia na segunda metade do século XIX em consequência das crises de crescimento do capitalismo industrial destes países.

O autor analisa que no Brasil existem relações centro periferia a partir de São Paulo, contudo, mesmo tendo São Paulo como centro capitalista brasileiro, a relação com a região sul torna-se historicamente diferenciada com o restante do Brasil. Identificando que em alguns setores produtivos as indústrias locais concorrem diretamente com as de São Paulo, em outros casos dominam o mercado nacional. Em sua análise sobre a industrialização de Santa Catarina ele divide em três regiões: A região industrial de origem alemã localizada no nordeste de Santa Catarina, mais precisamente no planalto norte, a região carbonífero-cerâmica do sul do estado, e a agroindústria no oeste catarinense.

Uma pesquisa realizada na comunidade Frei Damião pelo ICESP (Instituto Catarinense de Estudos Sociais,

Políticos e Econômicos) em conjunto com o conhecimento empírico obtido nas visitas regulares servem de aporte teórico para melhor composição analítica da comunidade.

Por fim a estrutura metodológica da pesquisa está na articulação entre o estudo bibliográfico e a experiência empírica da pesquisa de campo, sendo complementado com a documentação visual e a coleta de dados secundários em instituições oficiais e atuantes na localidade, na intenção de se obter informações que possibilitem responder as perguntas centrais da pesquisa.

As visitas a campo ocorreram sistematicamente durante o período que corresponde de maio a agosto de 2011. O trabalho de campo foi realizado a partir de visitas regulares as residências das famílias em companhia de agente de saúde do Posto de Saúde do Brejarú (Bairro que atende a comunidade Frei Damião), além de participação no Fórum de Moradores do Frei Damião que acontece na primeira terça- feira de cada mês. A busca por informações se deu também em entidades atuantes, como o próprio Posto de Saúde do Brejarú, O CRASS (Centro de Referência de Assistência Social); a Associação Pró-Brejarú, além da Prefeitura Municipal da Palhoça, informações estas que complementam o trabalho de campo.

Em alguns momentos do trabalho serão utilizadas informações obtidas diretamente por relatos dos moradores, que terão seus nomes preservados por questão de segurança, diante da situação de grande vulnerabilidade social dos mesmos.

Aliados a estes procedimentos foram realizadas diversas incursões, tanto na comunidade quanto em diversas outras localidades da Região Metropolitana, no intuito de obtenção de imagens visuais para melhor ilustração da pesquisa. Outro ponto importante está na elaboração de mapas de localização que também serviram de instrumentos de análise.

Portanto em relação à estrutura da pesquisa, ela será dividida nas seguintes partes:

- Primeiro momento: O processo histórico de ocupação da Região Metropolitana de Florianópolis;
- Segundo momento: A Expansão urbana e o surgimento da Região Metropolitana de Florianópolis;
- Terceiro momento: A formação da Comunidade Frei Damião;
- Último momento: Reflexão sobre o modelo de cidadania e a articulação das observações do processo de expansão da Região Metropolitana e a formação da comunidade, um diálogo com o “Espaço do Cidadão” de Milton Santos.

2. PROCESSO HISTÓRICO DA EXPANSÃO URBANA DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS

Este capítulo irá tratar sobre a formação social histórica de Florianópolis. Como aporte teórico se utilizará as três urbanizações definidas por José Messias Bastos.

Bastos (2000) definiu três grandes fases para urbanização da ilha de Santa Catarina. A primeira urbanização ocorreu pela ascensão da pequena produção mercantil açoriana, compreendida no período dos séculos XVIII e XIX; a segunda urbanização é composta pelo período compreendido entre o último quartel do século XIX até início do século XX, no qual Florianópolis se estabelece como praça comercial importadora e abastece colônias alemãs e italianas da região; e por último a terceira fase da urbanização pela inserção do capital catarinense no contexto do capital industrial brasileiro, que corresponde ao período relacionado ao primeiro quartel do século XX até meados do século que entra com mais vigor em 1955 e contribui diretamente no avanço da dinâmica de expansão da região metropolitana e transforma radicalmente a cidade, abrindo espaço para mais um ciclo expansivo da urbanização de Florianópolis.

2.1 A primeira urbanização: a gênese e a evolução - do século XVII a 1875.

Nossa Senhora do Desterro no século XVIII era constituída por uma pequena povoação de portugueses e outros europeus (muitos deles compostos por náufragos, desertores, fugitivos ou desterrados condenados ou abandonados), alguns outros colonos bandeirantes com seus índios escravos ou agregados e escravos africanos com seus filhos. Cabe lembrar que os índios guaranis viveram livres na ilha até serem expulsos no século XVIII. Esta mistura foi uma das

grandes responsáveis pela miscigenação da população não só da Ilha, mas como de todo o Brasil.

No início, devido à grande dificuldade geográfica de localização e acesso da ilha, a população sobrevivia basicamente da subsistência da terra, da criação de animais, da caça e da pesca. Conforme André Santos (2009) existia boa madeira, boa água, fartura de peixes e a distância das leis: era uma povoação um pouco mais livre do controle da coroa portuguesa, porém mais inseguros em relação a invasores externos.

Em relação à escala mundial Mamigonian (1969) expõe a gênese do processo de formação do mercado mundial. As cruzadas realizadas entre os séculos XI e XIII, constitui-se como a primeira grande expansão feudal, militar, territorial e mercantil da Europa ocidental, que de acordo com o autor incorpora cidades e regiões do mediterrâneo oriental aos domínios das feudalidades européia e do capital comercial das cidades italianas.

Mamigonian conta que esta mesma aliança entre os capitais comerciais e senhores feudais esteve presente nas primeiras conquistas de Portugal nas colônias africanas e americanas proporcionados pelos avanços decorrentes das grandes navegações nos séculos XV e XVI. A partir destas trocas comerciais envolvendo Ásia, África e América beneficiaram a Europa e contribuiu para organização espacial no início do processo de urbanização do território brasileiro.

De acordo com o autor desde meados do século XVII, com a alavancagem do modo de produção capitalista na Inglaterra, as relações centro periferia no interior do antigo sistema produtivo foram se alterando gradativamente. Com a expansão da produção manufatureira comandados pela Inglaterra constrói condições para consolidação do que o autor definiu como nascimento do império inglês em detrimento das colônias da França, Holanda, Espanha, Portugal, entre outros.

Conforme Mamigonian (1969) no final do século XVIII a primeira revolução industrial havia entrado na ordem das necessidades do capitalismo inglês e conseguia impor o fim do antigo sistema colonial das metrópoles feudais e posteriormente o fim da escravidão na América no início do século XIX.

No final do século XVII o declínio do sistema manufatureiro inglês permite a intensificação da utilização da máquina a vapor. A agressiva política de expansão militarmente na conquista de colônias e zonas de influência, permitiu a transformação destes futuramente em mercados consumidores.

No Brasil, Mamigonian (1986) conta que as primeiras exportações artesanais-manufatureiras ocorreram em meados do século XIX até 1880. Na região sul, mais especificamente, as produções artesanais ocorreram na forma de banha, laticínios e madeira destinados ao mercado interno, e charutos, fumos e madeira enviados diretamente para Europa. O que se pode evidenciar o forte papel de colônia desempenhado pela economia brasileira.

Assim como na história do Brasil, os primeiros habitantes da região hoje conhecida como Palhoça foram índios carijós (grupo tupi-guaranis) que, com a colonização européia, foram extintos. Domingos de Brito Peixoto foi o primeiro bandeirante paulista a tentar fixar povoação na região, estabelecendo-se em uma propriedade na baía de Enseada de Brito por volta de 1653. No entanto esta tentativa foi minoritária e a formação da freguesia da enseada se deu somente por volta de 1748-1756 com a colonização açoriana. Esta comunidade foi formalizada perante a corte imperial portuguesa, sendo incluída em uma estrutura política administrativa. O local da sede da freguesia era em região banhada e áreas de manguezais, tendo como consequência uma dificuldade de ocupação do solo. Devido a isso os povoadores fixavam residência nas áreas mais secas, como por exemplo: o Passa Vinte, o Aririú e a Guarda do Cubatão (ainda regiões da Palhoça) (CAMPOS, 2010).

Enquanto isto acontecia na região da Enseada do Brito, um fato complementar de ocupação territorial que se também dava na Ilha de Santa Catarina, ocupação esta que veio influenciar a formação de outra região da Palhoça: Areias.

Em 1651 Dias Velhos (bandeirante paulista), durante uma de suas expedições chegou à ilha de Santa Catarina e a nominou Desterro, criando os primeiros núcleos de povoamento neste território, iniciando pela região central do local (atual Praça XV de Novembro). Em 1771 os portugueses advindos da província de São Vicente (atual São Paulo) fundaram a cidade de Lages. A partir da existência destes dois pólos na província de Santa Catarina houve a necessidade de ligação entre os mesmos. Surge então a idéia do Cel. João Alberto de Miranda Ribeiro que, em 31 de julho de 1793, encaminhou um ofício ao Vice-Rei do Brasil, o Conde Rezende, solicitando uma liberação para uso e ocupação do atual território palhocense, habitado até o momento por uma pequena vila de pescadores (hoje região de Areias). Outra necessidade percebida pelo Cel. Miranda Ribeiro foi à de depósito e esconderijo de armamentos utilizado, principalmente, contra os espanhóis que, em 1777, invadiram a ilha de Santa Catarina e tentaram se apropriar do território⁹.

As primeiras estruturas de armazéns e residências na localidade eram feitas de pau-a-pique e sua cobertura era de palha, acredita-se que o nome da cidade se deu por este motivo. Com o tempo, a ocupação territorial migrou mais para a região sul da cidade, o que formou hoje o centro definitivo.

Outra característica da Palhoça se dá em suas intervenções viárias: os tropeiros desciam a estrada de Lages até o morro do Tomé e margeavam a praia até a desembocadura do rio Maruí; parte da tropa ia até a

⁹ Extraído do sítio da Prefeitura Municipal da Palhoça: www.palhoca.sc.gov.br em 01 de julho de 2011.

freguesia de São José e os demais atravessam o canal marítimo até o Ribeirão da Ilha. Atualmente este trajeto é marcado por ser parte de uma principal rua da cidade. Outro motivo para este trajeto era o não interesse em pagar o pedágio imposto por São José, além da necessidade de construção de estrada que atravessasse o terreno pantanoso.

Deve-se lembrar que toda esta movimentação na região ocorreu enquanto esta cidade era distrito de Florianópolis. Quando São José foi elevado à categoria de município, em 1833, Palhoça passou a pertencer a este, desmembrando-se de São José e emancipando-se enquanto município no ano 1894 e, sendo elevada a categoria de cidade, em 1919.

As pessoas que compunham a região atual da Palhoça eram, inicialmente, indígenas, sendo extintos a partir da colonização portuguesa. Depois chegaram os açorianos e os madeirenses, vindos em decorrência de um edital lançado pelo rei João V para povoamento desta região, o qual prometia terras em troca da vinda para o Brasil em 1747. Os alemães chegaram em 1824. Outras etnias que compuseram a região e colaboraram para a sua formação foram os negros, índios, italianos, gregos, japoneses, libaneses, entre outros.

José Messias Bastos (2000) compreende o início do processo de urbanização da Ilha de Santa Catarina a partir da ascensão e decadência da pequena produção mercantil açoriana em conjunto com a divisão territorial e social do trabalho, imprimida pelo desenvolvimento e inserção do capital industrial brasileiro na segunda metade do século XX. A pequena produção Mercantil Pesqueira funcionava como fornecedora de alimento para a capital e para o litoral sul americano.

A pequena população desconhecia a riqueza tradicional, pautada pelos parâmetros europeus, e também não havia forma de enriquecimento. De acordo com Andre Santos (2009) a pobreza era geral, devido ao isolamento geográfico da ilha, pois a única comunicação era a marítima. As condições de comunicação entre ilha-continente eram

precárias, não havendo condições favoráveis para plantação e comercialização, devido às questões principalmente de infra-estrutura.

A pobreza de Desterro do início do século XVII era como a classificada por Milton Santos apud Andre Santos (2009, p. 36): “a pobreza da des-adaptação local aos processos gerais de mudança, ou como uma inadaptação entre condições naturais e condições sociais, uma pobreza isolada no lugar”. André Santos (2009, p.36) afirma que “a pobreza era apresentada como um acidente natural ou social, em um mundo onde o consumo e o dinheiro praticamente não importavam; uma pobreza menos discriminatória, sem base no consumo pela moeda”.

Conforme Maria Inês Sugai (1994) Nossa senhora do Desterro era composto somente pela ilha de Santa Catarina, a população concentrava-se no núcleo central e em outros pequenos núcleos na Faixa Litorânea como é o caso de Santo Antonio de Lisboa, Canasvieiras, Ingleses do Rio Vermelho, São João do Rio Vermelho, Trindade, Lagoa da Conceição e Ribeirão da Ilha. A História da ocupação européia da Ilha de Santa Catarina pode ter sido iniciada em 1675, pelo interesse militar português, além de ser a metade da distância entre o Rio de Janeiro e o Estuário do Rio da Prata e de possuir um excelente porto para os parâmetros da época.

De acordo com Bastos (2000) a sociedade brasileira inseria-se na dinâmica da economia mundial européia pelo processo de acumulação primitiva do capital europeu, da qual a sociedade feudal-escravista brasileira aparecia como fornecedora de gêneros tropicais. Conforme autor no primeiro momento da urbanização o capital comercial europeu, ligado a Portugal, não possuía muito interesse econômico de exploração de recursos no sul do Brasil. Contudo, com a depressão econômica mundial na primeira metade do século XVIII, o comércio português buscou alternativas para a ociosidade de recursos.

Mamigonian (1969) conta que a grande indústria inglesa rompeu com a rotina das manufaturas

revolucionando as bases técnicas do novo modo de produção. A introdução das novas técnicas permitiu ao aumento dos lucros e uma maior participação nos mercados mundiais. Contudo o autor expõe que a concorrência que estimulava as inovações tecnológicas na época também resultou em investimentos excessivos e provocando crises de superprodução.

Conforme autor a acumulação capitalista no período industrial começa a se mostrar cíclica, com fases expansivas e fases depressivas. Os ciclos de Juglar, composto de aproximadamente dez anos e os ciclos de Kondratiev de aproximadamente cinquenta anos tornam conceitos importantes para compreensão da pesquisa, pois em vários momentos são recorridos a eles para construção estrutural da pesquisa.

De acordo com Mamigonian (1969) a Inglaterra realizou a primeira revolução industrial sozinha, o que permitiu a liderança do país na aplicação da máquina a vapor aos meios de transportes como locomotivas e navios em meados do século XIX, pertencendo ao período da fase expansiva do segundo ciclo longo (1848-73).

No período compreendido pelos anos de 1873-1896 inicia-se o declínio da Inglaterra e a ascensão dos Estados Unidos e da Alemanha. A concorrência intercapitalista correspondente à depressão do segundo ciclo longo em conjunto com o esgotamento tecnológico da primeira revolução industrial, tornam-se fatores de explicação para compreensão da queda da Inglaterra.

Estes acontecimentos são importantes, pois foi neste período que a Inglaterra como forma de compensar o declínio enquanto potencia industrial reforça o poderio militar com a conquista de novas colônias e zonas de influência e o aumento dos seus investimentos no exterior, o que definiu uma série de fatores que influenciaram na formação do capitalismo industrial brasileiro e que permitiu o processo de expansão urbana dos territórios brasileiros.

A acumulação primitiva apresentada por Marx (2010) consiste no processo histórico de separação dos trabalhadores dos meios de produção, na expropriação dos meios de produção por uma burguesia ascendente na Inglaterra, fato que permite a acumulação de recursos que permitiram a constituição e consolidação do modo de produção capitalista, que, em poucos séculos, se consolida como modo de produção predominante em quase todos os territórios do planeta.

Este momento torna-se importante, pois no decorrer da pesquisa serão apresentados acontecimentos históricos que se assemelham aos acontecimentos europeus dentro do espaço urbano da região metropolitana de Florianópolis.

A apropriação dos meios de produção, principalmente a terra e trabalho, em conjunto com mercantilização dos espaços públicos, trouxe consigo um grande problema ligado a questão da habitação, que Lênin (2010) no início do século XX já atormentava as cidades européias.

Lênin ao fazer uma interpretação das leituras de Marx e Engels, destaca o problema da habitação surgido na Europa e que posteriormente aparece enquanto importante questão ligada à pobreza e aos trabalhadores nos grandes conglomerados urbanos brasileiros:

Como resolver o problema da habitação? Na sociedade atual, ele se resolve absolutamente da mesma maneira que qualquer outra questão social, isto é, pelo equilíbrio econômico que pouco a pouco se estabelece entre a oferta e a procura, solução esta que adia perpetuamente o problema e é o contrário da solução. A maneira pela qual a revolução social resolverá essa questão não depende somente das circunstâncias de tempo e lugar; liga-se, também a questões que vão muito

mais longe, sendo uma das principais a supressão do antagonismo entre a cidade e o campo (ENGELS apud LENIN, 2010, p. 78).

Sugai (1994) mostra bem a questão quando expõe o processo de ocupação da ilha de Santa Catarina evidenciados pela separação social de classes. A formação dos cortiços ocupados pela classe mais baixa e pelos trabalhadores no início da ocupação da ilha, constitui-se em grande parte por moradias alugadas de propriedade das elites locais, o que se constituiu nas primeiras relações de alugueis de moradias no território. Na segunda urbanização este assunto merecerá novo destaque.

Bastos (2000) identifica alguns fatores econômicos e sociais que permitiram este primeiro momento de expansão da ilha de Santa Catarina, onde sua atividade primordial era ligada a pesca. Na pesca da Baleia se extraía o óleo (produto de alto valor), atividade evidenciada nas seis armações existente na ilha. Aliados a isto, existia, por parte da coroa portuguesa, a necessidade de povoamento e de defesa do território, também evidenciado pelas fortificações construídas na ilha e seus arredores.

Esta atividade estava ligada a pequena propriedade familiar, que compunha uma conglomeração diferenciada do restante do Brasil que historicamente se constituía de grandes latifúndios. Estas pequenas produções eram atreladas principalmente na liberdade de policultura para subsistência e, apesar desta característica, tinha certo destaque nacional no fornecimento de alimentos, pois possuía localização geográfica privilegiada, sendo o meio do caminho entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro.

Em relação ao saneamento básico, de acordo com o CECCA (1997) Desterro crescia sem os cuidados devidos de higiene e asseio público. Consta nos primeiros relatos (remetidos a 1833 conforme a obra), que existiam queixas nos relatórios dos sucessivos presidentes da Província acerca

da falta de higiene. A desculpa dos presidentes era a falta de verbas e ações para prover aos habitantes a água potável e a atenção hospitalar necessária, o que culminou em diversas epidemias na época.

O problema do lixo é histórico em Florianópolis, principalmente no que se refere ao destino final do mesmo. O relatório do CECCA conta que as casas da cidade no início da urbanização na orla marinha, geralmente apresentavam seus fundos voltados para o mar no intuito de facilitação de despejo do lixo nas praias, hábito este institucionalizado em 1830 pela Câmara Municipal, para que se evitasse jogar lixo nas ruas.

Somente no ano de 1884 tem-se o início do primeiro serviço de coleta de lixo, água servida e fezes, via concessão a coletores particulares. Porém o destino final ainda era o mar e as praias, principalmente na região que hoje esta a cabeceira da Ponte Hercílio Luz. As casas mais afastadas do mar despejavam seus dejetos nos córregos e rios próximos.

Era comum jogar lixo, águas servidas e excrementos em terrenos, ruas e praias, hábito este que não mudou muito nos dias de hoje. As obras públicas tinham como prioridade a instalação da iluminação pública, a construção do mercado e as aberturas de vias, entre outros, ou seja, o bem estar e a saúde do cidadão não eram considerados problemas principais.

De acordo com o CECCA (1997), a população da época continuava doente, os terrenos e praias serviam como escoadouros de águas servidas e matérias fecais e por parte do poder público praticamente nada era feito. A obra conta que em 1842 a cidade foi assolada por uma doença denominada de febre cerebral, de origem desconhecida, uma verminose que se constituía como um dos principais agentes depressores da saúde da população.

O problema de abastecimento da água potável era constante, pois a cidade possuía as mesmas fontes desde os primórdios da ocupação até a primeira década do século XX. O contato com viajantes doentes era muito perigoso e trazia

conseqüências nefastas à cidade. Muitas vítimas eram levadas para o Lazareto¹⁰, na ilha de Ratonos, principalmente os que possuíam febre amarela. O presidente João José Coutinho em 1854, afirmava que “só na freguesia da capital é que os óbitos excedem aos batizados, o que leva a concluir que esta cidade é totalmente imprópria para habitação humana”¹¹.

Em 1862 foram construídos três trapiches sobre o mar para despejo dos dejetos, além de duas carroças que levavam os lixos das casas, as águas servidas e os materiais fecais. Esta foi a primeira medida que o poder público tomou em relação ao problema do destino final dos esgotos e resíduos urbanos. O serviço atendia aproximadamente 5.500 pessoas, porém em 1867 o problema com a cólera aparece provocando um grande número de óbitos (CECCA, 1997).

Em 1876 surge o primeiro serviço de esgotos em Desterro: os dejetos eram trasladados em barris até as praias mais próximas utilizando os trapiches que haviam sido construídos para despejo dos dejetos. Pela primeira vez também se falava em prevenção e ações para conscientizar o destino dos dejetos. Em 1886 começam a surgir alguns aterros. Como exemplo cita-se a Praia do Menino Deus e a contratação de uma embarcação que levava os dejetos para serem lançados em alto mar.

2.2 A segunda urbanização: 1875- 1925.

Este período é marcado pelo que Bastos (2000) definiu como a segunda urbanização que é composta pelo período compreendido entre o último quartel do século XIX e início do século de 1900, no qual Florianópolis se

¹⁰ lazareto:(ê) *sm (ital lazzeretto)* **1** Estabelecimento isolado, existente nos portos, onde fazem quarentena os viajantes provenientes de países onde reine uma doença epidêmica ou contagiosa. **2** Hospital para lazarentos. <http://michaelis.uol.com.br/>

¹¹ CECCA (1997, p. 134)

estabelece como praça comercial importadora e abastece colônias alemãs e italianas da região.

Em relação à escala mundial Mamigonian (1969) conta que após a primeira guerra mundial a economia britânica tornou-se ainda menos competitiva com o retorno do padrão ouro no comércio internacional. A Inglaterra foi sendo obrigada a reduzir sua presença mundial em meados do século XIX, perdendo liderança mundial e começando a se inserir na zona de influência dos Estados Unidos, que o autor data do início do século XX a gênese do processo, fato marcante, pois direciona uma modificação em uma série de investimentos realizados no território brasileiro, que até a primeira guerra mundial, o estado brasileiro possui forte ligação com o capital industrial inglês em suas obras de infra-estrutura e no pós-primeira guerra, as relações de investimentos externos começa a se modificar e o Brasil inicia relação mais estreita com os Estados Unidos para financiamento de suas infra-estruturas para industrialização do seu território.

Espindola (2002) destaca que os primeiros investimentos realizados em Santa Catarina no processo de beneficiamento de banha e de carne suína ocorreram nas regiões nordeste e sul catarinense, isso no final do século XIX e início do século XX.

Conforme o autor¹² o crescimento do mercado consumidor e as favoráveis conjunturas econômicas para a produção interna permitiu o surgimento de vários frigoríficos em Santa Catarina, em 1920 já eram 40 as empresas de beneficiamento de banha. Os pequenos empreendimentos localizavam-se predominantemente no sul do estado e algumas no vale do rio Itajaí.

Contudo, devido às dificuldades de competitividade e a grande desvantagem que as firmas catarinenses encontravam em relação às empresas de outros estados, condiciona-se então a uma nova conglomeração do setor e

¹² (ESPINDOLA, 2002, p.142)

cria condições para emersão do oeste catarinense na atividade agropecuária. A Imagem do pequeno comerciante dedicado a exportação de suínos para os grandes frigoríficos que consolidavam em São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, entre outros, torna-se marcante na gênese do capital industrial do oeste catarinense.

Enquanto isso na Ilha de Santa Catarina, no ano de 1895, em homenagem a Floriano Peixoto, Desterro vira Florianópolis em função da revolução federalista, mudança que não agradou muito a população. De acordo com o CECCA (1997) após a proclamação da República, aconteceram várias revoltas, entre elas a Revolução Federalista, um dos episódios mais controversos do estado, que resultou em um momento de profunda cisão entre as elites brasileiras. Com origem no Rio Grande do Sul, no ano de 1893, o movimento se estendeu para Santa Catarina. Em pouco tempo, os revoltosos do Governo Federalista Catarinense declararam Desterro como capital do Estado, separado da União enquanto o Marechal Floriano Peixoto se encontrasse no exercício da presidência da República.

Porém, com a chegada da força militar republicana na ilha de Santa Catarina, a revolução não durou muito. Quase 200 pessoas foram levadas a Fortaleza de Anhatomirim, onde foram sumariamente fuziladas. Com a vitória dos republicanos, numa espécie de coroamento simbólico, Desterro recebeu o nome de Florianópolis, sancionado pelo governador, já eleito constitucionalmente, Hercílio Pedro da Luz, em 10 de outubro de 1894, numa homenagem a Floriano Peixoto. (CECCA 1997, p. 101).

De acordo com Maria Inês Sugai (1994), Desterro em 1821 tinha uma população de 21.811 pessoas, no ano de 1872 eram 25.709, sendo que 11.322 eram urbanas. Em 1890 cresce para 30.689, sendo 16.506 na área urbana. No início da ocupação existia um núcleo central composto pela praça XV de Novembro, a Igreja e o alinhamento da orla e da água potável, fatores que definiram os primeiros traçados das primeiras ruas da cidade.

No Século XIX a ocupação começou no vale leste em direção ao morro da cruz, no qual existia o principal olho d'água, e a oeste da praça as praias mais desabrigadas. O centro era composto pelo comércio mais intenso e comportava a maioria das habitações. Com o desenvolvimento portuário e comercial houve um crescimento da elite junto com o processo de expansão urbana de Florianópolis. O incremento da infra-estrutura com calçamentos, edificações e a própria iluminação pública potencializaram a expansão da cidade. Porém, nas últimas décadas do século XIX as praias locais ainda funcionavam como despejos de detritos e lixo da população.

A expansão da atividade portuária levou a alterações no eixo preferencial do desenvolvimento urbano, as edificações no lado oeste e o interesse de ocupação funcionaram como mecanismo de evidenciar a separação espacial de classes.

Pimenta e Pimenta (2005) conta que a ocupação do maciço do morro central de Florianópolis começa seu processo de ocupação recebendo escravos libertos no final do século XIX. Aliados a este fator estava o processo de migração e pauperização das populações rurais. Coligado ao processo de expansão urbana foi induzido uma ocupação agressiva, que mudou à topografia local, aliados pelos laços de parentescos dos moradores que intensificaram a ocupação do morro. Os autores observam que os processos de colaboração para a construção da moradia permitiram a confecção do primeiro módulo em madeira, onde a família se instala para garantia de sobrevivência.

O maciço central do morro da cruz torna-se local de moradia das camadas mais empobrecidas da ilha, quanto mais alto no morro se localizava a casa maior era a preocupação com o status social, pois morar na ultima rua do morro significava uma menor colocação social perante a sociedade.

O que se torna de fato importante compreender esta no novo eixo de expansão da região central, com a valorização do lado oeste, mais próximo a região continental devido às novas necessidades econômicas da região, o morro da Cruz tornou-se o novo local de habitação das camadas mais pobres da região, pois desta forma conseguiam manter-se próximo da região central que concentrava a maior parte das infra-estruturas urbanas, serviços públicos e principalmente do emprego e da renda.

Assim como Sugai, Bastos corrobora com a idéia do crescimento de Florianópolis neste período. Para o autor, a função portuária, comercial e administrativa contribuiu para o crescimento acelerado de Florianópolis. Este crescimento ocorreu no período intitulado por Bastos (2000) de segunda urbanização, que ocorre posteriormente e em conjunto com a substituição dos comerciantes açorianos por alemães, proporcionando um processo de modernização do comércio e do porto, e a intensificação das próprias atividades comerciais.

Bastos (2000) condiciona a pequena produção pesqueira artesanal nas duas primeiras fases da urbanização através de uma relação de complementaridade, com o crescimento da dinâmica ligada a condições de reprodução e modernização técnica do pescado, do qual o produto provinha, no primeiro momento, através de barcos até o mercado público e, posteriormente, através dos vendedores ambulantes, o que hoje consiste na relação direta com as peixarias do mercado público.

A localização das camadas populares durante a segunda metade do século XIX levou os despossuídos a novas formas de abrigo: os cortiços começam a surgir, além

dos bairros populares. A separação social entre classes fica mais evidente e a classe dominante, como Sugai (1994) mostrou, afastou-se fisicamente das áreas abandonadas e atuou no ímpeto de impedir a multiplicação dos cortiços via legislação.¹³

No extremo oeste da península localizavam-se os “piores” locais, os mais sujos e tortuosos, levando a uma não ocupação da área do extremo oeste da península, além da função de sitio e a das dificuldades de acesso. Posteriormente este local fora ocupado pelo cemitério e pela prostituição local.

Em 1877 todo o dejetos era ali despejado também. Em 1914 o forno de lixo (incinerador) e em 1920 a cabeceira da ponte Hercílio Luz, permitem a modificação da estrutura de ocupação da área, desalojando o antigo cemitério e transformando o local em área de ocupação das elites
“¹⁴

O crescimento comercial e ampliação dos sobrados levaram também a um aumento dos cortiços nas áreas mais pantanosas e nas encostas dos morros.

Enquanto isso, após 1919, Palhoça sofreu diversos desmembramentos territoriais, os quais formaram diferentes cidades em seus arredores. O território que, durante o período colonial era de 3.180 Km² passou a ter 395 Km². Alguns dos distritos desmembrados são Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e Garopaba, cidades do estado de Santa Catarina. Esses desmembramentos aconteceram até o ano de 1963, e desde então a cidade da Palhoça mantém a mesma territorialidade, composta pelos distritos: Palhoça e Enseada de Brito.

¹³ Em 1884 a câmara municipal proibia mais de quatro pessoas nos quartos ou nos cortiços que surgiam tanto a leste quanto a oeste da praça central. Maria Inês Sugai (1994)

¹⁴ Maria Inês Sugai (1994)

Um dos principais acontecimentos que colaboraram para a nova fase da expansão demográfica na Palhoça, apesar de abrumar o crescimento econômico da região foi a construção da Ponte Hercílio Luz, concluída em 1926. A construção da ponte fez com que a região central da Palhoça deixasse de ser território de comunicação e de acesso com a Ilha de Santa Catarina, que passou a ser feito pela região da cabeceira da Ponte, fazendo com que a Palhoça, antes essencial para a chegada à Ilha, ficasse inicialmente abandonada, fato este que contribuiu significativamente para a chegada do período denominado de decadente.

Em 1899 e 1901 o serviço sanitário ainda era o mais rudimentar possível. O CECCA apresenta que os relatórios do período republicano, governado por Felipe Schmidt, faziam menção a lamentável situação dos córregos e a grande necessidade de canalizá-los. A população estava próxima dos 35 mil habitantes e com cerca de 21 mil casas. Foram inauguradas obras de abastecimento de água potável e começou o processo de dotação de uma rede de esgotos para a cidade, o que o CECCA chamou de depuração biológica.

Conforme o sítio da CASAN, em junho de 1909 o governo do Estado dá início as obras do primeiro sistema completo de abastecimento de água de Santa Catarina em Florianópolis (junho). com o comando dos engenheiros construtores Edwardo Simmonds e Adriano Saldanha, fato realizado concomitantemente a construção da primeira usina hidroelétrica do Estado, a chamada usina Garcia, em Colônia Santana. Em 1910 é criada a Inspeção de Águas e Esgotos pela Diretoria de Viação Terras e Obras Públicas, inaugurando em maio o primeiro sistema de abastecimento de água de Florianópolis. Em janeiro do mesmo ano via decreto abre-se concessão à Company the State of Santa Catarina Brazil Ltd., para estabelecimento de redes de esgotos na capital.

Em 1910, a Prefeitura constrói o primeiro forno incinerador do lixo e em novembro de 1911 realiza-se

contrato para execução da primeira rede de esgotos no Estado em Florianópolis (Governo Gustavo Richard). No ano de 1913 começa a construção da rede de esgotos que coletaria as águas servidas e cloacais com exclusão das águas da chuva (CECCA, 1997). Contudo, em 31 de dezembro do mesmo ano ocorre a paralisação total das obras da rede de esgotos, prenúncios de Primeira Guerra Mundial, devido a interrupção do envio de materiais da Europa para as obras.¹⁵

Em 1914 a construção de outro forno do lixo buscava desafogar a alta quantidade de lixo já produzido em Florianópolis. Como complemento a rede de esgoto, foi inaugurada em 1916 uma estação de depuração biológica nas proximidades do local que seria construído a Ponte Hercílio Luz. Em 1920 inicia-se a construção do canal da Avenida Hercílio Luz e em 1922 é inaugurado o sistema de reforço do Rio Tavares.¹⁶

Porém em 1923 este sistema já esbarra em problemas operacionais, o aumento da população da capital aliado ao grande número de ligações de águas pluviais potencializaram o problema. O CECCA observa que neste ano 85% dos prédios da área central encontravam-se ligados à rede de abastecimento de água, o que era em torno de 40% do total das edificações da área urbana de Florianópolis.

No ano de 1925 o Governo Estadual constrói o primeiro sistema de abastecimento de água de Imbituba. Em 1929 e em 1941 é construído o primeiro sistema de abastecimento de água de Laguna e Lages, respectivamente. Fatos marcantes da expansão do sistema de abastecimento em outros municípios do estado.

Em 1926 a ponte Hercílio Luz foi inaugurada e previa a possibilidade de assentar em sua estrutura uma adutora de água vinda de Pilões, somando a capitação da nascente do

¹⁵ <http://www.casan.com.br> acessado em 16-07-2011.

¹⁶ Idem

Rio Tavares que em épocas de seca não conseguia atender a população.

2.3 A terceira urbanização: 1925-1960.

A terceira fase da urbanização é caracterizada pela inserção do capital catarinense no contexto do capital industrial brasileiro, que corresponde ao período relacionado ao primeiro quartel do século XX até meados do século que entra com mais vigor em 1960 e contribui diretamente no avanço da dinâmica de expansão da região metropolitana e transforma radicalmente a cidade, abrindo espaço para mais um ciclo expansivo da urbanização de Florianópolis que será tratado no capítulo seguinte pela perspectiva da quarta urbanização.

Ao examinarmos mais afundo o processo histórico da expansão urbana de Florianópolis podemos compreender melhor a localização das camadas mais pobres, que devido à especulação imobiliária e a política centralizadora do planejamento urbano, além de expulsar os moradores mais carentes da área central no final do século XIX e início século XX, fez com que os mesmos expandissem e migrassem para as encostas dos morros da área central. A expansão da Região Metropolitana de Florianópolis também consolidou a formação e a localização de comunidades extremamente empobrecidas na parte continental, principalmente nos municípios do conglomerado urbano.

De acordo com os estudos do CECCA (1997) no começo do século XX, as políticas de saneamento básico desenvolviam-se mais nos centros de pesquisa do que no tratamento das condições sociais, o que expunha muitas pessoas, principalmente os mais pobres, aos riscos de contágio de doenças. O serviço era prestado de maneira excludente e os problemas decorrentes desta situação afetavam desigualmente as distintas áreas da cidade.

Um dos poucos exemplos de atuação do poder público quanto à melhoria das condições de abastecimento de água e

tratamento de resíduos foi à implantação em 1916 da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) foram feitas algumas obras de ampliação da rede coletora, contando com 18 bocas que deságuam diretamente no mar, além das ligações de drenagem pluvial. Contudo em 1951 a estação de tratamento do esgoto foi desativada, pois não conseguia mais dar conta do volume de esgoto da capital, que passou a ser jogado *in natura* diretamente ao mar. Em 1914 foi construído o incinerador de lixo na cabeceira da ponte Hercílio Luz, porém a fumaça começou a incomodar a população das redondezas e a partir de 1956 o lixo começou a ser depositado no Manguezal do Itacorubi. No ano de 1951, no Governo Aderbal Ramos da Silva ocorre à implantação do sistema de abastecimento de água de São José, posteriormente em 1957 ocorre a implantação do sistema de abastecimento de água de Palhoça.¹⁷

Outro fator importante na compreensão da expansão urbana na região e na localização da pobreza em Florianópolis está na apropriação das terras comunais para transformação em propriedades privadas, que atendiam os interesses da mercantilização das terras e o desenvolvimento da construção civil. Como já mostrado, algumas áreas litorâneas, tanto na ilha quanto no continente, eram compostas por pequenas produções mercantis, principalmente no litoral norte da Ilha.

Sugai (1994) traz à tona a diferenciação social e a separação espacial de classes solidificadas no início do século XX. O interesse das elites pelas áreas litorâneas, principalmente no Norte da Ilha, trouxe conseqüências visíveis no planejamento da estrutura urbana da cidade.

A economia da Capital, ligada principalmente pelas atividades portuárias, voltadas para exportação da pequena produção mercantil, começa a se transformar com o apoio do poder público e dos interesses destas elites locais. A falta de investimentos e de apoio às pequenas produções mercantis

¹⁷ <http://www.casan.com.br/index.php?sys=12> acessado em 16-07-2011.

consolidou o desativamento das atividades portuárias na primeira metade do século XX, em conjunto com o crescimento das atividades de serviços e funções administrativas na capital.

Fatos importantes, pois consolida a formação de comunidades e bairros mais empobrecidos, na sua maioria na região central, mas também inicia-se a formação em novas localidades, tanto no norte da ilha quanto na região continental, que vai ganhar maior intensidade no final do século XX, devido ao grande encarecimento das habitações na ilha, fato importante pois consolidada o problema da habitação na cidade, fortalecendo a relação de inquilinos das camadas mais baixas, em muitos casos em habitações precárias.

Na terceira década do século XX os interesses de pessoas mais abastadas da área urbana e regiões da ilha e do continente, acabaram por redirecionar a estrutura urbana da cidade, principalmente, nas rodovias de acesso. No início do século XX toda a estrutura de ocupação era fundamentalmente em função do meio de transporte dominante, no caso o marítimo, justamente para atender as necessidades destes pequenos núcleos e povoados próximos a beira d'água.

De acordo com Sugai (1994) o isolamento físico e a pequena produção agrícola e pesqueira determinaram a ocupação dispersa do litoral norte da ilha, e também dela como um todo. A valorização das praias como forma de lazer e o hábito do banho de mar geraram interesses sobre algumas áreas litorâneas. Na década de 1920, o interesse pelas terras no norte da ilha levou as elites políticas e econômicas a se apropriarem das terras comunais:

As terras de uso comum, prática trazida pelo povoamento açoriano, constituiu-se numa atividade singular ocorrida apenas no litoral catarinense e, com maior frequência, na ilha de Santa Catarina (SUGAI 1994: p.36).

O uso das terras comunais foi intenso até a década de 1940, quando começou a ocorrer de maneira acentuada a apropriação destas terras, tanto por parte dos setores privados quanto do poder público.

Ainda conforme Sugai (1994) deve-se ressaltar que quase a totalidade das áreas que hoje estão localizados o Balneário de Canasvieiras, Ponta das Canas, Jurerê e parte dos Ingleses eram utilizadas como campos comuns. Atualmente estas áreas formam os balneários mais valorizados da ilha.

Esta formação tem estreita ligação com o que Karl Marx (2010) abordava na sua análise da acumulação primitiva inglesa, da qual os camponeses foram expropriados dos meios de produção, inclusive da terra, e colocados como parte integrante do que ele denominou de exército industrial de reserva. Ou seja, a falta de apoio do poder público para a modernização das pequenas produções mercantis, acentuado a apropriação das terras comuns do litoral norte da ilha, conglomeraram mais uma condição de empobrecimento ao redor destas áreas e a expulsão de muitos pequenos produtores de suas antigas habitações.

Aliado ao referencial acima apresentado, Bastos condiciona este momento da urbanização de Florianópolis à decadência da pequena produção mercantil açoriana. Para o autor, o peixe salgado por fim era consumido em várias praças do Brasil colonial e imperial. O óleo da baleia era de grande prestígio na Europa. Porém no início do século XX começa o que o Bastos definiu como decadência do povoamento açoriano. Ao mesmo tempo Florianópolis assumiu função comercial de praça importadora, até 1930.

Para isso a primeira explicação apresentada por Bastos é a de que a pequena produção mercantil açoriana não ter desembocado em relações capitalistas, que devido ao papel centralizador e aristocratizante do capital comercial de Desterro e do Rio de Janeiro, dificultou ainda mais na manutenção da atividade. Outro ponto está no fato de que

apenas pequena parte do excedente ficava nas mãos dos produtores, além das barreiras surgidas com a importação de similares.

Florianópolis ainda se constituía apenas como um território de passagem do Rio Grande do Sul, confirmando-se como uma capital regional devido à concentração de atividades administrativas e a ausência de centros sub-regionais e locais (Mamigoniam, 1986).

Bastos (2000) trabalha com uma segunda explicação para a decadência da pequena produção mercantil açoriana, que consiste na diversificação do artesanato, ou seja, a não especialização do trabalhador, força primordial para o processo de mais industrialização. O que foi diferente nos vales catarinenses, principalmente alemães e italianos, que permitiram uma maior expansão via industrialização destas áreas.

Por fim Bastos (2000) apresenta o que ele define como relações pré-capitalistas que, mesmo com o avanço da atividade econômica na ilha, a relação de camaradagem entre os agricultores, pescadores e artesãos resultava na divisão do resultado, dificultando o processo de acumulação individual para reprodução capitalista. A fragmentação excessiva das pequenas propriedades tornava impossível a emersão do que o autor definiu como processo duradouro de diferenciação social, além do esgotamento do solo arenoso devido às queimadas (coivara), o que resultou em uma redução da produtividade, aliadas também ao recrutamento açoriano nas milícias, reduzindo a mão de obra na cidade.

Bastos (2000) condiciona o fraco crescimento urbano na primeira metade do século XX à perda gradativa de importância da atividade da pequena produção mercantil no cenário regional e nacional, recorrendo à capital do estado a uma função apenas administrativa. Outro fator importante apontado por Bastos (2000) está no incremento da industrialização das áreas alemãs para a economia catarinense, a institucionalização da extração do carvão mineral, a exportação da madeira do planalto até o porto de

Itajaí e a forte alavancagem da agroindústria do oeste e do vale do rio do peixe, fatos importantes, pois insere o estado de Santa Catarina numa dinâmica industrial brasileira e permite o dinamismo econômico na capital catarinense e abre espaço para o avanço da indústria da construção civil na capital e fortalece a expansão urbana na Região Metropolitana.

A revolução de 1930 trouxe como consequência a cisão definitiva do capital catarinense com a política brasileira: o poder das camadas sociais nacionalista. Bastos expõe a terceira dualidade apresentada por Rangel, que constituiu um pacto de poder entre o latifúndio feudal e a burguesia industrial, apeando do poder os comerciantes de exportação e importação dos quais o capital comercial de Florianópolis estava ligado. Com isso Bastos (2000) assinala que essa nova situação política e econômica passou a imprimir a aceleração do processo de industrialização e integração do território nacional, com a modernização das estradas de rodagem, com São Paulo no comando das ações.

A condição de empobrecimento dos açorianos e a dificuldade de encontrar emprego na ilha levaram seus habitantes a um processo migratório para áreas de indústria alemãs, para a zona carbonífera e para grandes centros pesqueiros nacionais.

Bastos (2009) continua sua análise pela relação dos principais agentes econômicos de Florianópolis, principalmente pela grande resistência aos acontecimentos políticos brasileiros. A cidade de Florianópolis e seus agentes, acostumados a relações sociais de camaradagem, acumulavam mais diferenças e contradições com o novo estado de situações políticas, econômicas e institucionais, as quais estavam diretamente relacionadas à nova organização política do “Estado Novo”, haja vista que a urbanização é também explicada pelas relações que se estabelecem com as classes sociais envolvidas.

Porém Bastos salienta que, mesmo com as transformações em curso, a pequena produção pesqueira

continuava forte durante um bom período, contudo, não conseguia incorporar seu excedente, ou seja, não foi devido ao esgotamento dos recursos, mas pela incapacidade de concorrência desigual com grandes indústrias pesqueiras nascentes.

As ações econômicas de política nacional se constituíam em uma maior ênfase do estado no processo de industrialização, principalmente na tentativa de superação das relações pré-capitalistas ainda em curso. O estado possuía, portanto, um papel importante para o processo de expansão urbana de todo o território nacional, submetendo a ilha de Santa Catarina a esta nova lógica: a divisão territorial do trabalho via industrialização. Nisso, a capital do estado abrangia novas e importantes funções administrativas, além da concessão de incentivos a pesca industrial ocorre à chegada da cidade até as praias, o que Bastos chama de balnearização.

No município de Palhoça, no entanto, este fato trouxe à região novos habitantes, com outros tipos de instalações e com outros interesses econômicos, fazendo com que a região, aos poucos, voltasse a se desenvolver. Ou seja, ao mesmo tempo em que a construção da Ponte colaborou para o início do período de decadência da cidade, auxiliou no crescimento desta a partir da chegada de novos habitantes e interesses. O novo crescimento econômico aconteceu lentamente, podendo a cidade recuperar sua economia apenas na década de 1970.

Neste período de decadência da Palhoça a cidade sobrevivia do comércio e da produção industrial, basicamente composto de:

Caixas de madeira desarmada, madeiras compensadas, carne seca bovina e tijolos; na produção extrativa e de origem animal como lenha, água mineral, barro, argila, cal, camarão, peixe fresco e peixe seco,

leite, banha e ovos. (CAMPOS, P. 83, 2010).

Após os anos 70, o desenvolvimento das cidades de São José e Florianópolis, após a construção da BR 101, auxiliou o crescimento da região da Grande Florianópolis, incluindo-se a cidade da Palhoça.

O período que acontece a partir deste marco (BR 101) pode ser associado às quatro fases de expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis, sistematizado por Campos (2010): o Boom imobiliário de 1970, a crise dos anos 1980 e o início da expansão imobiliária em São José, a retomada do Boom imobiliário na década de 1990 e a explosão imobiliária dos anos 2000. Abaixo, estas fases serão apresentadas em detalhes.

Portanto no período definido por Bastos entre os anos de 1900-1950, ocorre na Região Metropolitana de Florianópolis o esvaziamento econômico, o declínio da pequena produção mercantil açoriana e a emergência industrial e comercial dos vales catarinenses. O centro político e administrativo permitiu o crescimento de Florianópolis e seu litoral, processo este que se estende até o momento em que a industrialização transforma por completo a estrutura da Região Metropolitana e condiciona uma nova fisionomia espacial da região, desembocando no novo processo de expansão do espaço urbano de Florianópolis, que será analisado no momento seguinte e compreendido como a *quarta urbanização*, que tem início em meados do século XX, e se intensifica no início da década de 1970.

3. A QUARTA URBANIZAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS.

Nesta etapa da pesquisa, o objetivo é mostrar o processo de urbanização contemporâneo da Região Metropolitana de Florianópolis. Para isso teve-se a necessidade de dividi-lo em duas fases. A primeira consiste no processo de grande transformação na estrutura e na forma urbana da Região Metropolitana, período compreendido entre meados do século XX até início da década de 1990, que constrói base para a segunda fase a partir da década de 1990, período relacionado ao processo político de abertura da economia brasileira, período que apresenta maior crescimento demográfico e de expansão urbana da Região Metropolitana. Edson Telê Campos (2010) analisa o processo de expansão urbana contemporânea pela perspectiva de crescimento da indústria da construção civil e analisa o setor a partir dos ciclos curtos o que resultam em quatro fases: a primeira relacionada ao Boom imobiliário da década de 1970, a segunda ligada à crise dos anos de 1980 e o início da expansão imobiliária em São José; a terceira é a retomada do boom imobiliário na década de 1990; e a quarta, a explosão imobiliária a partir do ano 2000.

3.1 A primeira fase: 1955 – 1990.

A primeira fase está relacionada com um processo de grande transformação na estrutura e na forma urbana. O tempo histórico está compreendido entre meados do século XX e o final da década de 1980. Período definido pela necessidade metodológica de compreensão da fase contemporânea do processo de expansão urbana de Florianópolis. O aporte teórico para este momento da pesquisa é composto através de Campos (2010) que faz análise da dinâmica da indústria da construção civil na região metropolitana e de Sugai (1994) que realiza estudo sobre as intervenções viárias na ilha de Santa Catarina.

Portanto para facilitação da compreensão do leitor tem-se a necessidade de explicitar tal situação para evitar dificuldades na compreensão da pesquisa.

Mamigonian (1986) lembra bem que até meados do século XX Santa Catarina ainda era visto como território de passagem entre São Paulo e Rio Grande do Sul. A capital do estado devido à localização geográfica se isolava ainda mais do resto do território catarinense, possuindo grande limitação devido às precárias condições de acesso à Florianópolis, pois a maior parte de seus acessos ainda não era pavimentada.

Mesmo com todas as dificuldades de expansão industrial, Blumenau e Joinvile já se destacavam e possuíam grande relevância no cenário industrial nacional, assim tornando possível uma grande expansão industrial de Santa Catarina. A tabela 1 extraída de Mamigonian (1986) mostra o crescimento da indústria de transformação de Santa Catarina, enquanto se manteve constante o percentual da população total de Santa Catarina em relação ao Brasil.

Tabela 1. Crescimento da participação da indústria de transformação de Santa Catarina no cenário nacional.

Ano	Participação da indústria de transformação de SC na produção nacional (%)	Participação de SC na População nacional
1994	1,8	2,9
1995	2,0	3,0
1996	2,1	3,0
1997	2,6	3,1
1998	3,9	3,0

Fonte: Tabela adaptada de Mamigonian (1986, p. 52)

No início do período marcado pela quarta urbanização iniciam-se uma gama de investimentos públicos principalmente em malhas rodoviárias tanto no Estado, quanto na capital, além de formação de diversas instituições públicas que permitiram o desenvolvimento do mercado de

trabalho e conseqüentemente a expansão das atividades comerciais.

Maria Inês Sugai (1994) conta que a partir da década de 1950, quando as elites redefiniram a área norte da ilha para localização de suas áreas residenciais e investimentos imobiliários. Inicia uma serie de ações do estado que reforçaram a ocupação e contribuiu para o desenvolvimento da indústria da construção civil.

Conforme Sugai (1994) em 1952 a Prefeitura Municipal de Florianópolis contratou uma equipe formada por Edvaldo P. Paiva, Demetrio Ribeiro e Edgar A. Graeff para elaboração do primeiro Plano Diretor da Cidade. Tendo a sua versão final aprovada pela câmara municipal em 1955 e transformada na Lei n. 246/55. Plano este que possuía fortes influencia das formulações definidas pela Cepal, que criada em 1948, possuía como preceitos Planos Governamentais e setores intelectuais, a idéia dos gargalos econômicos, infra-estrutura e pesquisa.

Como destaca Sugai o primeiro plano diretor ajudou a redefinir uma serie de estruturas urbanas em Florianópolis, pois o plano partia da idéia de que era necessário criar um fator positivo que auxiliasse no desenvolvimento econômico da cidade, que consistia na construção de um moderno porto em Florianópolis e a instalação de uma universidade próxima ao centro da cidade.

Fatos importantes, pois mesmo com a não concretização do porto em Florianópolis, e futuramente na implantação da Universidade Federal na Trindade intensificaram os interesses de ocupação tanto do Norte da Ilha quanto na área situada a leste do Morro da Cruz. Sugai conta que havia forte empenho de setores das elites locais na implantação do campus universitário na área da antiga Fazenda Estadual Assis Brasil, terras até então comunais da Trindade.

O que se percebe é que este primeiro Plano Diretor teve forte influência na organização espacial da cidade principalmente referente às intervenções viárias na área norte

da península, o que resultou posteriormente na construção da Avenida Beira-Mar Norte e contribuiu para a expansão em direção ao Norte da Ilha, guiadas pela proposta-eixo do Plano de implantação do porto, que de acordo com Sugai (1994) continuou por muitos anos a ser objeto de reivindicação pelos governos locais.

A abertura da Avenida Beira-Mar Norte ao longo da orla da baía norte, permitiu maior acessibilidade e valorização da área norte da península, conforme Sugai (1994) a intervenção viária procurou diferenciar e definir a marca de modernidade deste novo setor residencial. Ainda conforme autora a avenida foi construída pelo governo estadual através do DER-SC a construção foi iniciada em meados de década de 1960 na gestão Celso Ramos e concluída e pavimentada no início da década de 1970 pelo então Governador Ivo Silveira.

Durante a década de 1950 e início de 1960 o Estado efetuava uma série de investimentos na Ilha, principalmente na área norte da Península. De acordo com Sugai (1994) em 1954 foi inaugurado a Casa Oficial do Governador, o Palácio da Agrônômica, e próximo foi instalado o 5º Distrito Naval. Na época também foram concentrados uma série de equipamentos e estruturas hospitalares, privilegiando também a área norte. Até então oito dos nove hospitais do município localizavam na ilha e próximos a Avenida Beira-Mar Norte. O Hospital Celso Ramos construído em 1966, o Nereu Ramos em 1943, a Maternidade Carmela Dutra em 1955 e o Hospital Naval, além do Hospital Infantil Joana de Gusmão e o Hospital Universitário, construídos na década de 1970 localizam-se neste eixo, o Centro - Norte.

Conforme Campos (2010) o primeiro boom imobiliário ligado a indústria da construção civil, constituiu num grande condicionante para a modificação na fisionomia da Região Metropolitana de Florianópolis.

Campos compreende o primeiro momento desta fase de expansão da indústria da construção civil em Florianópolis compreendido pelo período dos anos de 1965 a

1979, momento em que ocorreu uma série de investimentos públicos e privados, principalmente na construção civil, em estradas e malhas rodoviárias. Foi na década de 1970 que se deu marco na dinâmica de crescimento da Região Metropolitana de Florianópolis. Nas décadas anteriores as construções urbanas eram geralmente baixas e com poucas edificações, além das características de cidade provinciana. O Edifício Daniela torna-se um grande exemplo da mudança nas edificações, possuindo 12 pavimentos e contribuindo para o processo de verticalização do centro da cidade.

Na década de 1960, houve um salto significativo de crescimento demográfico e econômico na região. A PEA (População Economicamente Ativa) de acordo com o CECCA (1997, p.104) no setor terciário em 1980 encontrava 71% da população total do aglomerado e devido à localização das moradias destes trabalhadores, intensificou o fluxo ilha-continente, causando grandes transtornos no trânsito local. Em contrapartida a atividade agrícola é praticamente inexpressiva, representando apenas 3,7% da renda da micro-região.

Este período ficou marcado por uma troca sistemática de residências uni-familiar por prédios multi-familiares, unidades comerciais e de serviços no núcleo central e regiões próximas como a Trindade, o Pantanal, a Carvoeira e o Itacorubi. Como exemplo pode-se citar grandes empreendimentos comerciais e de escritórios no centro da cidade: O Ceisa Center, o Alpha Centaurym e o Centro Comercial ARS, todos ligados a empreendimentos da Família Ramos.

Fato importante a se destacar é o que o Professor Ewerton Machado (2000, p. 119) salienta em sua obra, do qual conta que na década de 1970 inicia o debate sobre metrópoles brasileiras e com isso são criadas as primeiras Regiões Metropolitanas no Brasil, com base na Constituição Federal de 1967, Emenda nº 1/1969 e Lei Complementar nº14/1973. Machado conta que na verdade estava se buscando reconhecer por via legal a instituição de um

“continuum espacial” sob conceito de metrópoles nacionais e regionais. Para o autor a conglomeração da área metropolitana estava ligado ao processo de planejamento em nível urbano e regional, aliados a grandes necessidades do mundo industrial moderno.

De acordo com Machado (2000) oficialmente as primeiras formulações acerca da Região Metropolitana de Florianópolis veio por meio do projeto da ESPLAN (Escritório de Planejamento Integrado) encomendado no final da década de 1960 pelo governo Estadual. Elaborado pela equipe técnica do Arquiteto Luiz Felipe Gama Lobo D’Eça, transformou-se em meados da década de 1970, em um “Plano Diretor” pela Lei municipal nº 1.440/76.

Contudo Machado reforça que o embrionário processo de cornubação só foi reconhecido no início da década 1980 quando foi instituído o AGLURB (Aglomerado Urbano de Florianópolis). O IPUF, órgão de planejamento de Florianópolis, gerencia então diversos projetos, como o “Plano de Desenvolvimento do Turismo” de 1981 e os Planos Diretores da Cidade.

Conforme Machado entre as décadas de 1980 e 1990 nota-se o expressivo crescimento físico e demográfico da Região Metropolitana de Florianópolis, com interesses de diversos setores econômicos e sociais para implementação de obras de expansão urbana da capital.

Outro fator importante que permitiu o aumento do espaço urbano desta Região Metropolitana está no surgimento de grandes empreendimentos imobiliários, tanto na construção de edificações quanto na implantação de loteamentos nos municípios próximos a capital, principalmente em São José, Biguaçu e Palhoça. Surgem loteamentos de classe média, e também loteamentos populares, expandindo-se a pobreza como resultado deste processo. A grande diferença está na questão da legalidade dos loteamentos que, quando destinados a classe média eram facilmente legalizados, enquanto que os de baixa renda

geralmente estavam ligados a ilegalidade da posse do solo (CAMPOS, 2010).

A situação na Palhoça não se diferencia muito a da ilha: com o avanço da atividade econômica e com o crescimento do município, além da redução do fluxo de mercadorias que, até o surgimento das pontes e as melhorias nas malhas rodoviárias que davam acesso a ilha de Santa Catarina, era mais intensa devido à necessidade daquele território como passagem. Começa também o aumento das ocupações clandestinas que contribuíram para o surgimento dos bairros mais empobrecidos da Palhoça. Ou seja, apesar da diminuição do fluxo de pessoas e mercadorias no momento da criação das pontes e melhorias de acesso, a Palhoça teve um aumento contínuo de novos habitantes e empreendimentos, o que levou à formação marginal de comunidades e o surgimento de grandes bairros residenciais.

Como exemplo desta situação pode-se citar algumas comunidades consideradas ilegais no período, mas que hoje se tornaram grandes bairros residenciais. É o caso de territórios localizados nas proximidades da BR-101 e na ponte do Imaruím, que constitui hoje o maior bairro do município, além de outros loteamentos como as praias do Sonho, Pinheira e Guarda do Embaú.

Importante apontar que com o grande crescimento urbano da região metropolitana, trouxe uma nova dinâmica de expansão da pobreza dentro da cidade. Além da consolidação da ocupação do morro central, que permite a proximidade do centro, novas ocupação se consolida em outros morros próximos ao centro, algumas em direção ao norte da ilha como nas regiões do Itacorubi, do Monte Verde e Saco Grande. Em direção ao Sul na costeira do Pirajubáe, na tapera e também nas localidades próximas as praias como na Vila União, na Vargem Grande, no Rio Vermelho, em Jurerê entre outros. Ocupações estas com forte relação com a apropriação das terras comunais, a decadência da pequena produção mercantil açoriana e a própria dinâmica de

crescimento incentivada pela forte especulação imobiliária ascendente.

Na região continental a dinâmica se intensifica com as comunidades que surgem principalmente nas proximidades da BR 101, tanto na Palhoça, quanto em São José e Biguaçu, tendo como importante relação à dificuldade de obtenção de residências na ilha devido ao grande processo de valorização dos imóveis.

O Plano Diretor de Florianópolis da década de 1950 tratou e caracterizou de maneira diferenciada a ocupação da ilha e do continente. Na parte continental o plano deteve-se quase que por completo apenas na área onde se localiza o bairro Estreito. A proposta inicial consistia em organização e ocupação da área localizada entre a Ponta do Leal e a Ponte Hercílio Luz, que seria composta por um grande aterro de mais de 60 hectares, onde iria localizar as novas instalações portuárias e as atividades indústrias, além da construção ao longo de uma avenida de ligação intermunicipal, um centro comercial mais moderno. Era também a única área da cidade onde foi autorizada a construção de até 12 pavimentos e ao redor deste grande aterro teriam áreas residenciais e de expansão urbana (SUGAI, 1994).

Campos (2010) conta que a construção da Avenida Beira-Mar Norte, possibilitou uma maior integração do centro da cidade de Florianópolis com o norte da ilha, valorizando as terras que compõem atualmente os Bairros da Trindade, Agronômica, Serrinha, Córrego Grande, Santa Mônica, Pantanal e também a valorização do Norte da Ilha e da Lagoa da Conceição.

Campos (2010) condiciona o auge do primeiro boom imobiliário aos maciços investimentos na construção civil e na expansão dos loteamentos residenciais, do qual os empreendimentos na sua maioria se constituíam de empreendimentos locais. Estes empreendimentos ofertavam imóveis de alta qualidade para os padrões da época. As grandes construtoras executavam seus investimentos no centro da cidade e também nas regiões adjacentes. O autor

cita os empreendimentos Ceisa, A. Gonzaga e Emedaux, de capital local, como pioneiras neste ramo. A Ceisa possuía como sócio Newton Ramos, membro da família Ramos, que possuíam empreendimentos no norte da ilha, principalmente nas terras comunais apropriadas em Jurerê, Canasvieiras e Praia Brava.

A fundação da Universidade Federal de Santa Catarina também se constitui marco para o processo de expansão da região central de Florianópolis, construção oficializada por um Decreto Estadual em 1935 que permitiu a criação da Faculdade de Direito, que já existia desde 11 de fevereiro de 1932. Pela Lei 3.849, de 18 de dezembro de 1960, foi criada a Universidade de Santa Catarina, reunindo as Faculdades de Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia, Filosofia, Ciências Econômicas, Serviço Social e Escola de Engenharia Industrial, sendo oficialmente instalada em 12 de março de 1962. A construção do "campus" se deu na região da antiga fazenda "Assis Brasil", localizada no Bairro da Trindade, doada à União pelo Governo do Estado por Lei 2.664, de 20 de janeiro de 1961.

De acordo com Sugai (1994) a trindade constituía-se no início da década de 1950, em um bairro periférico com características semi-rurais e sua ocupação na até meados do século XX ainda era incipiente. Havia apenas quatro caminhos de terra que ligavam a trindade ao centro e a lagoa da conceição e que ao longo destes caminhos localizavam algumas poucas casas.

Sugai conta ainda que nesta região a Igreja Católica e o Estado possuíam grandes extensões de terras, cujas terras pertencentes ao governo estadual, originaram-se de apropriações por volta de 1940 na localidade. O decreto estadual nº 46 de 11/07/1934 permitiu a apropriação tanto das áreas públicas quanto das terras de uso comum dos pequenos produtores na trindade e transformadas posteriormente na Fazenda Assis Brasil, futuro campus da Universidade Federal de Santa Catarina.

O Campus Universitário constitui atualmente uma área de aproximadamente 18 milhões m², em que 1.020.769 metros quadrados de área são construídas e 17.058.143 estão fora do campus. A UFSC apresenta 595.870 de área construída em edificações, sendo que 274.523 encontram-se no campus que atualmente integra cerca de 30.000 pessoas. A esta área do "campus" foram acrescentados dois milhões de metros quadrados representados por manguezais. Em convênio com o Ministério da Marinha, a UFSC, em 1979, obteve a concessão da Ilha de Anhatomirim, com uma área de 45.000 metros quadrados, onde está instalada a Fortaleza de Santa Cruz.¹⁸

Sugai reforça ainda que no contexto político, duas grandes agremiações partidárias o PSD e a UDN aglutinavam interesses das duas oligarquias regionais, que eram constituídas lideradas por três Famílias: a Ramos pelo PSD e Konder e Bornhausen pela UDN. Fato marcante, pois existia embate no meio acadêmico entre a constituição de uma universidade estadual ou federal, prevalecendo no primeiro momento à formação da UFSC, na trindade e posteriormente na UDESC no Itacorubi.

Conforme Corrêa (2008) o governo do Estado de Santa Catarina, na administração de Celso Ramos, criou a faculdade de Educação em maio de 1963, marco inicial da Universidade Estadual. Em maio de 1965, pelo decreto nº 2.802, foi instituída a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Em meados da década de 1970, aliado a constituição da UDESC no Itacorubi, começam a ocorrer transferências das instalações estatais para a área nordeste em direção a trindade. Conforme Sugai (1994) o Hospital Infantil Joana de Gusmão em 1979, próximo a casa do Governador, na agrônômica; a sede da TELESC¹⁹ (Telecomunicações de

¹⁸ <http://antiga.ufsc.br/paginas/historico.php> acessado em 08-07-2011.

¹⁹ **Telecomunicações de Santa Catarina (TELESC)**: Empresa operadora de telefonia do grupo Telebrás no estado brasileiro de Santa Catarina antes de sua

Santa Catarina) em 1976, a sede da EMPASC (Empresa Estatal de Pesquisa Agrícola em 1977; o centro de treinamento do BESC, além da primeira etapa do Centro de Ciências Agrárias da UFSC em 1977, todos construídos no Bairro Itacorubi, o que permitiu a consolidação do serviço público como concentrador de emprego na localidade e permitindo assim valorização imobiliária da localidade além de contribuir para a expansão do comércio na região.

Com a implantação de duas universidades, Florianópolis torna-se pólo concentrador de ensino superior no Estado, do qual viriam a migrar diversos alunos do interior do estado e de outras regiões, condicionando o crescimento das áreas próximas ao centro da cidade, pois a UDESC localizasse no Itacorubi e a UFSC na Trindade.

As disputas políticas pelo poder refletiram-se na organização espacial da ilha, devido aos interesses fundiários e imobiliários que historicamente envolveram estes grandes grupos familiares partidários.

De acordo com Sugai (1994) em consequência das relações de poderes políticos o grupo liderado pelo Professor Henrique Fontes conseguiu que o então governador Irineu Bornhausen criasse pela Lei n. 1362 de 29/10/1955 a “Fundação Universidade Estadual de Santa Catarina”. Conseguiu junto ao governo estadual, vinculados a UDN, a doação da área da Fazenda Assis Brasil. Contudo o grupo liderado pelo Professor Ferreira Lima continua articulação para a implementação da Universidade Federal, via PSD, que tinha o então Ministro da Justiça, Nereu Ramos.

Desta forma após intensa disputa política a Universidade Federal de Santa Catarina é criada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, sendo designado o Professor João David Ferreira Lima seu reitor que ficou no

privatização. Posteriormente foi adquirida pela Brasil Telecom, que tempo após foi também absorvida pela Oi (telecomunicações).

posto durante dez anos, em decorrência do fato foi extinta a Fundação Universidade de Santa Catarina.

A Eletrosul, outra empresa estatal, também possuiu grande influência na expansão urbana da região próxima ao centro da cidade. Foi constituída em 23 de dezembro de 1968 e autorizada a funcionar pelo Decreto nº. 64.395, de 23 de abril de 1969. É uma sociedade de economia mista de capital fechado, e atua nas áreas de geração e transmissão de energia elétrica. Atualmente conta com um quadro funcional formado por 1.600 profissionais.²⁰ Localizada no bairro Pantanal, contribuiu muito para o crescimento da região. As Imagens 1 e 2 (Prédio da Eletrosul; Bairro Pantanal) ilustram bem esta expansão do bairro do Pantanal e regiões próximas a Universidade Federal de Santa Catarina.



IMAGEM 1- Prédio da Eletrosul e UFSC (ao fundo).

Fonte: Autor

²⁰ <http://www.eletrosul.gov.br/> acessado em 08-07-2011.



IMAGEM 2 – Bairro Pantanal.

Fonte: o autor.

A constituição destas instituições públicas, além de possibilitar a expansão do emprego, permitiu a valorização e condicionou a formação dos bairros que circundam a localidade. Contribuiu ainda para expansão das atividades comerciais e a ampliação dos investimentos para a construção civil. Com isso teve-se a necessidade de alojar tais trabalhadores e estudantes destes empreendimentos. Eis uma parte do crescimento imobiliário em Florianópolis.

A periferização da região também segue o fluxo em direção aos morros nos bairros Trindade, Carvoeira, Pantanal (Imagem 2) e na Serrinha. Abrigando, através da expansão sem condições mínimas de infra-estrutura, a população de baixa renda, que busca estas localidades para manter-se próxima da região central da cidade.

Campos (2010) apresenta que a expansão da construção civil possui também a necessidade de atividades industriais ligadas ao setor, devido a isto se tem o crescimento de atividades industriais e comerciais. André Mayokot, a Philippi & Cia (A casa do Construtor e a Madeireira), Casas da água, A Cassol em São José; a

Madesc no Estreito; a Madril na Palhoça são exemplos deste crescimento.

Portanto, o primeiro Boom imobiliário definido por Campos (2010) se estende até 1979 e trouxe grandes transformações urbanas na Ilha de Santa Catarina e na Região Metropolitana. As verticalizações do centro da cidade em conjunto aos loteamentos residenciais nos bairros próximos são consequência determinada inclusive pelo crescimento do setor da construção civil, aliados a construção de instituições públicas como a UFSC e a Eletrosul. Estes empreendimentos proporcionaram a expansão do mercado de trabalho, e consequentemente dinamizaram a ocupação do solo e das atividades comerciais de prestação de serviço nesta e em outras regiões.

Porém, o grande crescimento da cidade não veio acompanhado da capacidade de empregar todos os seus habitantes economicamente ativos. O crescimento populacional da região teve como consequência a expansão da ocupação dos morros, decorrência da necessidade de abrigo de pessoas que não tinham condições de acompanhar a valorização imobiliária.

Pimenta (2005, p. 43) propõe debate sobre a cidade oficial e a cidade real, da qual o processo de ocupação de Florianópolis caracterizou-se, em grande parte pela lógica dos interesses privados. Destaca que alguns procedimentos são constantes durante a ocupação do solo principalmente neste período, que por parte das camadas mais abastadas, ocorre a ocupação de áreas de manguezais por loteamentos aprovados e pelas ampliações viárias; de áreas públicas e de parques com autorização municipal; áreas compostas por dunas para loteamentos de alto e médio padrão, entre outros.

Em conjunto com esta realidade Pimenta (2005, p. 46) mostra aqueles que não podem adquirir frações do solo urbano e só possuem as necessidades sociais urbanas, sem poder efetivo para resolvê-las legalmente. Para a população mais empobrecida restou à ocupação de áreas de risco, áreas com declividades acentuadas, sujeitas a processos erosivos.

A ocupação das encostas de morros próximas a área urbanizadas, ocupação de faixas de domínio das rodovias, além de áreas loteadas a partir de processos de grilagem e a ocupação de terrenos alagadiços.

Outro ponto fundamental abordado por Campos (2010) esta na formação da COHAB-SC e o Inocoop que também tiveram grande importância no crescimento da cidade. Durante este primeiro período foram construídas habitações destinadas à população de menor poder aquisitivo, constituídas de conjuntos habitacionais localizados principalmente nas periferias das cidades, com padrões diferentes dos grandes empreendimentos da indústria da construção civil. O Inocoop foi desenvolvido no intuito de assessorar as cooperativas que procuravam reduzir custos administrativos.

Criada em 1965 a COHAB constitui-se em uma Sociedade de Economia Mista, criada pela Lei Estadual nº 3.698, e constituída na forma do Decreto Lei nº 4.032, de 15 de abril de 1966. É Regida por Estatuto e pela Lei das S.A. e faz parte integrante do Sistema Financeiro da Habitação. Possui área de atuação em todos os municípios do Estado de Santa Catarina e se insere na estrutura de governo, vinculado a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação e destina-se ao atendimento dos estratos populacionais de mais baixa renda, com a produção e comercialização de casas populares.²¹ A COHAB em conjunto com o BESC e com a Caixa Econômica Federal executou diversos programas relacionados a habitações populares. A comunidade Frei Damião na Palhoça surgiu como resultado de uma ocupação irregular de um antigo terreno da própria instituição²².

Em 1964 surgiram cooperativas habitacionais em conjunto com o antigo BNH (Banco Nacional de Habitação)

²¹ <http://www.cohab.sc.gov.br/> acessado em 08-07-2011.

²² Hoje um dos poucos projetos de urbanização que visam melhorias na comunidade está parado na própria Caixa Econômica Federal.

e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo que possuía como foco coordenar a ação dos órgãos públicos e orientar a iniciativa privada, com a construção de habitações de interesse social, beneficiando a aquisição do imóvel nas populações de baixa e média renda.

Portanto de acordo com Campos (2010, p. 154) estes programas vieram como importante instrumento de acumulação dos empreendimentos privados que foram determinantes para o processo de expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis.

Assim, no final da década de 1960 e nos anos de 1970, após a instituição do Inocoop – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais, surgiu em Florianópolis e na Região Metropolitana esta nova modalidade de construção de habitações que, junto com a COHAB/SC, contribuiu com a expansão urbana e regional e com as indústrias da construção civil local, pois muitas construtoras iniciaram suas atividades ou acumularam capital através destes programas habitacionais.

Referente às estruturas de promoção de desenvolvimento do sistema de abastecimento e de esgotos da região, no ano de 1971 ocorre à implantação dos sistemas de abastecimento de Porto Belo e esgotos de São José, fatos estes importantes, pois neste ano acontece a constituição da CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - sociedade de economia mista, criada em 31 de dezembro de 1970 através da Lei Estadual n.º 4.547 e constituída em 02 de julho de 1971. A CASAN foi desenvolvida com o objetivo de coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotos e abastecimento de

água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado.²³

De acordo com o sítio da instituição, a CASAN herdou do antigo Departamento Autônomo de Engenharia Sanitária – DAES, onze sistemas de abastecimento de água e dois sistemas de coleta de esgotos. Atua por meio de convênios e de concessão firmados com as prefeituras municipais. Na atualidade os serviços prestados pela empresa cobrem quase todo o Estado de Santa Catarina, que está dividido em três Superintendências Regionais de Negócios, a saber: Sul/Leste, Norte/Vale do Itajaí e Planalto/Oeste.

O processo intenso de investimento estatal durante a década de 1970 trouxe conseqüências na organização espacial da Região Metropolitana de Florianópolis. De acordo com Sugai a área situada a nordeste - leste da península central tornou-se área privilegiada de investimentos devido principalmente ao crescente interesse imobiliário desde a década de 1950. A Avenida Beira Mar Norte, a SC 401 e a SC 404 e pela decisão de implantar uma via expressa conectando toda a região a via de contorno Norte, são exemplos apresentados por Sugai para evidenciar alguns investimentos públicos na localidade.

Cabe ressaltar que nas áreas continentais também possuíram repercussões destas ações, a Ponte Colombo Salles, contribuiu para o processo de ocupação dos bairros situados na orla continental sul, como Coqueiros, Bom Abrigo e Itaguaçu, de acordo com Sugai (1994, p. 123) no período de 1970-1979 os loteamentos aprovados na localidade representavam 23% do total no município.

Sugai conta que a aprovação da Lei Nº 1215, de 1974 regulamentou a posse das terras em Florianópolis, trazendo novas exigências para execução de novos empreendimentos e assim reduziu as solicitações de aprovação de loteamentos junto à prefeitura Municipal. A nova legislação pretendia

²³ <http://www.casan.com.br/index.php?sys=3> acessado em 16-07-2011.

disciplinar o processo de ocupação e parcelamento do solo em Florianópolis, e, conseqüentemente, reduziu a margem de lucro dos promotores imobiliários. A autora conta que a legalização dos parcelamentos, através de desmembramentos, passou a ser um dos meios mais utilizados a partir da década de 1970, pois não possuíam regulamentação tão rigorosa.

Portanto a década de 1970 ficou marcada pela reprodução dos empreendimentos imobiliários na região situada a norte e a nordeste da área central e nos balneários ao norte da ilha, principalmente aos setores sociais de alta renda. Concomitante a isso, Sugai enfatiza que a transferência das instalações estatais, das definições na legislação urbana, os investimentos urbanos e da execução de obras viárias, incentivaram o processo de transferência das camadas de alta renda para estas regiões, contribuindo para a organização espacial do território de Florianópolis.

A década de 1980 foi marcada por grandes dificuldades econômicas no Brasil e no Mundo o que resultou importantes acontecimentos no processo de expansão urbana, que consiste no período relacionado à crise dos anos de 1980 e a expansão imobiliária de São José.

Campos (2010) relaciona esta fase de expansão da Região Metropolitana ao que Rangel apud Campos, define como a fase “b” (decrecente) do 4º ciclo de Kondratiev e uma crise na economia mundial, muito deste fato estando relacionado com as crises do petróleo da década de 1970.

No Brasil após uma crise no balanço de pagamentos, resulta um longo período de crise na economia brasileira, tendo início nos primórdios da década de 1980. O declínio das exportações, principalmente dos países centrais, trouxe como conseqüência uma crise global, sendo mais acentuadas em países periféricos devido à fragilidade e a forte dependência de suas economias com a dos países desenvolvidos.

Campos (2010) informa que no período marcado de 1979 até 1982 as exportações declinaram ao ritmo de 6,4 %

ao ano, em conjunto com a elevação da taxa de juros no mercado mundial, concomitante a crise econômica mundial a economia brasileira sofre também um período complicado na concessão de crédito para o setor imobiliário, contribuindo de maneira acentuada para uma nova fase no processo de expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis. A crise, portanto, se instala no Sistema Financeiro de Habitação sendo o BNH extinto em setembro de 1986 através do Decreto-Lei nº 2.291, de 21.11.1986 sendo repassado à Caixa Econômica Federal.²⁴

Em relação à escala estadual, na década de 1980, Santa Catarina atinge grande nível de industrialização e permite uma série de transformações na sua conglomeração. Mamigonian (1986) expõe que no período, Santa Catarina alcançava o sexto lugar na produção nacional. A participação de Santa Catarina no PIB brasileiro passa de 3,04% em 1980 para 3,84% em 1984. Na região sul o crescimento é ainda maior, passando de 18,83% para 21,6% nos anos de 1980 e 1984, respectivamente.

Cabe ainda destacar o crescimento de grandes grupos privados de Santa Catarina no cenário nacional, como é o caso da Sadia – Transbrasil e Perdígão no Oeste; A Hering, Artex, Tupy, Tigre – Hansen, Weg, etc. nas áreas alemãs; Guglielmi, Freitas e Gaidzinski no sul carbonífero, a Portobello-Usati no litoral central, além dos investimentos feitos pelas empresas públicas de geração de energia que possuíam sede na capital, mas expandiam suas ações por todo o estado.

Mamigonian (1986, p. 54) aponta que na década de 1980 o período foi recessivo no Brasil, mais do que em Santa Catarina, e na década seguinte acaba por aprofundar a crise tanto na economia nacional quanto na do estado, inicialmente nos anos de 1990 e 1992 com os planos Collor 1 e 2 e após 1995, com a abertura comercial, o que “significou basicamente dificuldades nas exportações e a

²⁴ Edson Tele Campos (2010)

invasão ao mercado brasileiro das importações predatórias frequentemente com o uso de dumping.”

Em contrapartida, no oeste catarinense o período foi marcado pela reestruturação e expansão das atividades agroindústrias. Já iniciada na década anterior, que também já havia apresentando sinais de crise no setor. Espíndola (2002) expõe que a década de 1980 coincidiu com a crise do ciclo médio brasileiro e a fase depressiva do ciclo longo. O autor destaca que o decréscimo do PIB brasileiro, impulsionados pelas medidas ditadas pelo FMI, visando saneamento das contas externas, a redução da inflação e a diminuição do déficit público, permitiram ao aumento da capacidade ociosa e a retração da demanda interna brasileira.

Espíndola (2002) reforça que mesmo com esforços da política econômica de promoção de saldos na balança comercial, as medidas não foram suficientes e não conseguiram conter a fase depressiva da economia brasileira, contudo no ano de 1984, a economia dava sinais de recuperação em função da utilização da capacidade produtiva preexistente e ociosa, além da maturação de projetos que visavam substituições de importações do 2º PND (Plano Nacional de Desenvolvimento).

A extinção do BNH e a crise no Sistema Financeiro de Habitação acentuam ainda mais um grande problema histórico de habitação no Estado e precisamente na região Metropolitana de Florianópolis.

Criado em 1964 pela Deputada Sandra Cavalcanti (primeira presidente), através da Lei 4.380, o Banco Nacional da Habitação (BNH), possuía como função a realização de operações de crédito imobiliário, bem como a gestão do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Era um banco que não operava diretamente com o público, possuía intermediários através de bancos privados ou públicos, e de agentes promotores, tais como as companhias habitacionais e as companhias de água e esgoto.²⁵

²⁵ <http://www.bcb.gov.br/> acessado em 08-07-2011.

Em 1986, o Sistema Financeiro de Habitação passou por uma profunda reestruturação com a edição do Decreto-Lei nº 2.291/86, que extinguiu o BNH e distribuiu suas atribuições entre o então Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (MDU), o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Banco Central do Brasil (BACEN) e a Caixa Econômica Federal (CEF).

De acordo com o sítio do Banco Central Brasileiro, ficou ao MDU a competência para a formulação de propostas de política habitacional e de desenvolvimento urbano; ao CMN coube exercer as funções de Órgão Central do Sistema, orientando, disciplinando e controlando o SFH; ao BACEN ficaram as incumbências das atividades de fiscalização das instituições que integravam o antigo SFH, além da elaboração de normas pertinentes. Para a Caixa Econômica Federal ficou a responsabilidade de administração do passivo, ativo, do pessoal e dos bens móveis e imóveis do próprio BNH, bem como, a gestão do FGTS.

Ainda de acordo com o sítio as atribuições foram posteriormente repassadas ao Ministério do Bem Estar Social, seguindo depois para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e finalmente, a partir de 1999 até hoje, alçadas a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República (SEDU/PR).

Contudo, Pimenta e Pimenta (2005) mostram que a falência do Sistema Financeiro de Habitação, apoiado pela extinção do BNH agravou ainda mais o problema da habitação na Região Metropolitana, principalmente no parque habitacional popular que já era bastante precário.

O Sistema Financeiro da Habitação nunca privilegiou os setores populares, ao contrário do que dizia a propaganda oficial; entretanto, mesmo os pequenos percentuais que sobravam para os assentamentos de baixa renda, constituíam um respiro

para as classes médias baixas e para os estratos não tão favorecidos dos assalariados de baixa renda. A falência do SFH, aliada à mudança de direção na ação do Estado, que, perdendo capacidade de investimento com a crise, volta-se para socorrer o grande capital privado visando a ajudá-lo a encontrar novos caminhos de acumulação, demonstra na prática, a retirada do governo central da questão da habitação e do incentivo a indústria da construção civil. (Pimenta e Pimenta, 2005, p. 124)

Campos (2010) constata que a construção civil entrou em processo de desativação, principalmente na verticalização da cidade, ou seja, a dificuldade da construção de edifícios comerciais e residenciais. Em conjunto a este fato, estava o processo de crescimento populacional da Região Metropolitana, levando a um aumento nos aluguéis dos imóveis, potencializado pela consolidação das Universidades Federal e Estadual e também da Eletrosul e outros órgãos públicos, que devido ao fato de muitos trabalhadores e estudantes migrarem para a cidade possuíam a necessidade de moradia e o que encontravam era o aluguel de imóveis como meio de habitação.

Mesmo passando por crise econômica a Região Metropolitana de Florianópolis não deixou de crescer tanto no que diz respeito à demografia quanto à ocupação do território. Continuando a sofrer grandes modificações na fisionomia urbana, acentuada pela grande promoção do turismo que se consolidava como grande direcionador de políticas públicas.

Helton Ricardo Ouriques (1996, p. 72) evidencia as mudanças espaciais ocorridas com o avanço das atividades ligadas ao turismo em Florianópolis:

As atividades ligadas ao turismo tiveram notável expansão em

Florianópolis a partir de início dos anos 1980, impulsionando profundas mudanças sócio-espaciais no município. Desenvolve-se um franco processo de direcionamento dos capitais para a orla marítima, inicial e preponderantemente para a parte Norte da Ilha de Santa Catarina, Locais de até então relativa estagnação socioeconômica, onde predominavam comunidades pesqueiras artesanais.

Os reflexos deste movimento podem ser evidenciados pelo crescimento populacional destas localidades do qual houve um crescimento de 190% nos Ingleses e 105% em Canasvieiras no período referente a 1991 tendo como base o ano de 1970. Isso pode ser um forte indicativo de direcionamento de expansão para o norte da Ilha, pois no mesmo período houve um crescimento populacional de 84% na Ilha de Santa Catarina.²⁶

Mesmo com a crise instalada na economia local e internacional o processo de expansão urbana da Região Metropolitana continuou a acontecer de maneira acentuada. Tanto as populações de classe média quanto a de baixa renda vinham para a cidade na busca de emprego, tanto na construção civil, quanto nas instituições públicas e na atividade turística, que começava a ter um grande peso nos processos decisórios no que é referente ao planejamento da cidade.

De acordo com Campos (2010) surgiram neste período diversos loteamentos legais e ilegais, proporcionando uma acentuada expansão da atividade, sendo localizados no Campeche, Canasvieiras, Ingleses, Daniela, Morro das Pedras e com grande destaque para Jurerê Internacional, o Loteamento Anchieta e Saulo Ramos, na Lagoa da Conceição; o Parque São Jorge na região do Santa

²⁶ Helton Ricardo Ouriques (1996, p. 72).

Mônica; Parque Balneário dos Açores; Praia Brava que de acordo com o autor o terreno com 100% da faixa de areia foi adquirido na década de 1970 tendo o empreendimento lançado em 1985, com 140 lotes residenciais e 30 para construção de edifícios, o que ocasionou em uma drástica mudança na fisionomia da praia. Nos municípios da parte continental também existiram grandes loteamentos, como é o caso do Kobrasol II, o Floresta e o Costa Azul em São José, na Palhoça e em Biguaçu também foram lançados loteamentos.

Em relação ao problema do lixo, em 1978 de acordo com o CECCA, diversos órgãos públicos propuseram a construção de uma usina de lixo em São José, contudo não tendo aceitação da população a obra foi deixada de lado. Em 1979 a CETESB (Companhia Estadual de Tecnologia e Saneamento Ambiental-SP) recomendou a desativação do lixão no Itacorubi, a Comcap prometeu fechá-lo, mas o que se viu foi à ampliação da área de mangue para despejo do lixo, inclusive a Comcap funciona na região do Itacorubi até hoje.

De 1979 a 1986 conforme o CECCA (1997) quatro comissões em conjunto com os municípios vizinhos foram criadas para discutir o problema do lixo em Florianópolis e Região Metropolitana. Enfrentando diversas dificuldades e problemas de ordem política nada foi realizado, inclusive a proposta feita por uma das comissões, a de construção de aterro energético em São José, próximo a área industrial. Em 1986 em protesto dos moradores do bairro, o lixão do Itacorubi fecha durante cinco dias. Outra proposta feita no mesmo ano foi a de construção de uma usina de incineração do lixo em Santo Antonio de Lisboa, contudo devido a fortes protestos dos moradores o mesmo só ficou na promessa política.

Em 1988 um convênio firmado entre os municípios de Florianópolis e de São Jose resultou na construção de uma usina de lixo em no município vizinho para recebimento do lixo dos dois municípios, contudo devido a protestos da

Câmara Municipal de São José, esta usina processa apenas parte do lixo de São José.

Em 1989, na gestão de Espiridião Amim, a prefeitura de Florianópolis, efetuou contrato com a Formaco Decorama, que se responsabilizava pelo transporte e destinação do lixo da capital, que seria depositado em aterro sanitário no município de Paulo Lopes, desta forma coube a Comcap a condução do lixo para duas estações de transbordo, uma no antigo lixão do Itacorubi e outra na nova área no continente.

Entretanto, ocorreram inúmeros protestos na cidade de Paulo Lopes, divergência entre técnicos da FATMA e IBAMA, e insatisfação dos moradores, o que ocasionou em um novo destino do lixo, que passou a ser enviado a um novo aterro em Biguaçu, município mais próximo, diminuindo despesas da empresa coletora.

Em 1989 segundo o relatório do CECCA, a prefeitura de Florianópolis instalou em São Jose uma usina de compostagem de lixo que funcionou apenas uma vez. Com as sucessões de prefeitura a usina foi deixada de lado, firmando novos contratos com a FOMARCO. CECCA conta que mesmo com o final da gestão de Esperidião Amim e na de Sergio Grando, a Fomarco continuou prestando serviços referentes à coleta de lixo, a empresa recebia em 1996, 24 dólares por tonelada, ocasionando uma despesa para o município de 1,6 milhões de dólares por ano, com o aterro funcionando em uma propriedade do próprio dono da FOMARCO, em Tijuquinhas, Biguaçu.

Em relação aos investimentos públicos por órgão governamentais algumas obras possuíram grande importância para a expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis. A construção da Ponte Pedro Ivo Campos, a via Expressa (BR-282) que liga as pontes à BR-101 e também a ampliação da Avenida Beira-Mar Norte, Além da forte atuação do BESC que a partir da Extinção do BNH, assumiu um papel importante na concessão de crédito. A partir de 1978 inicia a execução do

sistema coletor de esgotos que atende as regiões do Bom Abrigo, Saco da Lama, Coqueiros, Itaguaçu e Estreito, sendo que os dejetos coletados eram lançados *in natura* diretamente na ponta do Leal. Em 1980 na Ponta do Leal começam operações para “elevadora”, obra realizada pela CASAN no intuito de fazer lançamentos submarinos provisório do esgoto provenientes do Estreito. (CECCA, 1997, p.136). Em 1987 foram construídas lagoas de estabilização em Forquilha, São José, obra da CASAN na qual os esgotos da parte continental fossem bombeados e encaminhados por 4.576m de interceptores até a Estação de Tratamento de Esgotos, na própria região.

A Fatma realiza levantamentos de focos de poluição nos balneários desde 1975. Em Função dos altos índices de poluição na praia de Canasvieiras, a Sociedade Pró-Desenvolvimento de Canasvieiras, neste mesmo ano, começa reivindicar a implantação de um sistema de esgoto sanitário no bairro, o qual foi inaugurado apenas em 1995.

Neste período surge à preocupação com a poluição das praias, o que colocava em risco a atividade turística que cresce a cada dia. A inexistência de esgoto afetava principalmente a atividade turística que era a balneabilidade das praias.

Em relação às ações de iniciativa privada ligadas ao desenvolvimento comercial e de serviços Sugai (1994) conta que a transferência de órgãos públicos para a capital proporcionou também a transferência de instituições privadas significativas para a parte central da ilha.

A FIESC (Federação das Indústrias de Santa Catarina); o SESI e o SENAI; o ITAG (Instituto Técnico e Administrativo de Gerencia) e da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) todos no Itacorubi. A TV Barriga Verde, retransmissora da Rede Bandeirantes e a RBS da Rede Globo, também foram importantes para o processo de expansão urbana no final da década de 1970 e durante a década de 1980.

De acordo com Sugai a Trindade e Bairros adjacentes até meados da década de 1970 constituía-se de subúrbios ocupados pelas classes médias e as de menor renda. As atividades comerciais eram restritas a pequenas quitandas e padarias.

A partir da valorização proporcionada pela implementação de grandes instituições públicas e privadas, permitiu a expansão da região e conseqüentemente a valorização da localidade, o que consolidou mais adiante a atividade comercial na região com a implantação de centros comerciais e de supermercados, além da abertura de restaurantes, lanchonetes, livrarias, clínicas médicas entre outros.

Sugai observa que na década de 1980 clubes freqüentados pela população de alta renda, cujas sedes até então se situavam no centro da cidade, começam a abrir novas sedes em direção ao norte e a leste da Ilha. O Clube 12 de agosto, abriu sub-sede em Jurerê. O Iate Clube Veleiros da Ilha, também abriu sub-sede em Jurerê, que na localidade também recebeu empreendimento Jurerê Praia Clube. A Sociedade Lira Tênis Clube comprou terreno amplo no Córrego Grande, além da Lagoa Iate Clube na Lagoa da Conceição e o Clube Paula Ramos (hoje grande empreendimento residencial) na Trindade.

Na construção civil a desativação de grandes construtoras locais trouxe um novo panorama ao setor da construção civil, Campos (2010) confirma que a reestruturação veio por pequenas empresas locais como é o caso A.M construtora, a Beco Castel, Deschamps e a RDO. Estas empresas atuavam no mercado lançando poucos empreendimentos ao ano, devido à grande dificuldade de obtenção de crédito, o alto custo operacional e a dificuldade de venda devido à crise instalada no período.

Este processo foi importante porque voltou a modificar a paisagem urbana da Região Metropolitana, pois a desativação dos grandes empreendimentos que na maioria era composta por 12 pavimentos no centro da cidade,

passaram a ter quatro pavimentos, localizados em regiões periféricas de Florianópolis, São José e Palhoça. Contudo, continuava a construção de grandes empreendimentos verticais localizados em grandes condomínios fechados como na Beira-Mar Norte, atendendo uma pequena demanda de empreendimentos para uma classe alta.

Campos (2010) aborda outro aspecto importante que consiste nas relações de trabalho da mão de obra, sujeitando os operários a um salário menor, pois muitos provinham das grandes empresas desativadas e restavam aos trabalhadores desempregados aceitar as novas condições de trabalho como mecanismo de sobrevivência.

Muitos destes trabalhadores residindo nos municípios adjacentes, como a Palhoça conhecida historicamente como cidade dormitório destes trabalhadores.

Os municípios de São José e da Palhoça também foram importantes neste processo de expansão, pois começaram a receber diversos empreendimentos comerciais e residenciais. A construção do Shopping Center Itaguacu teve grande influência na expansão continental da Região Metropolitana de Florianópolis, é o primeiro Shopping Center construído em Santa Catarina. Foi inaugurado em 28 de abril de 1982 e localizado na confluência das BR's 282 e 101. A região também foi alvo de algumas intervenções espaciais através de parcerias que envolveram o poder público e a iniciativa privada. Entre os anos de 1988 e 1989, foi construída a passagem de nível da Rua Domingos Zanini sob a BR 282, a Via Expressa. Esta mudança no sistema viário possibilitou a ligação nas regiões de Barreiros e Campinas conforme Imagem 3.²⁷

²⁷ <http://www.shoppingitaguacu.com.br/historia> acessado em 09-07-2011.



IMAGEM 3 – Shopping Center Itaguaçu.

Fonte: <http://www.shoppingitaguaçu.com.br>

O centro Comercial Campinas em São José, a implantação da área industrial do próprio município possuíram forte destaque, enquanto na Palhoça foi construído na Ponte do Imaruim o primeiro prédio, o Karoliny Center, centro comercial de quatro pavimentos, o primeiro do município.

Vale lembrar o que Campos (2010) analisou no que diz respeito à expansão da Região Metropolitana. O caso de São José, no início da expansão do município na década de 1960 apareceu apenas os bairros de Campinas e Barreiros, locais expandidos via Avenidas Presidente Kennedy e Pedro Demoro, respectivamente, ruas expandidas do município de Florianópolis. Nos anos de 1970, a cidade expandiu-se nas direções de Florianópolis e na área de Forquilha. Na década de 1980, houve praticamente uma fusão com a área urbana de Florianópolis.

A implantação do Bairro Kobrasol, loteamento planejado de fácil acesso a BR 101, contribuiu para o surgimento de diversas outras habitações e atividades

comerciais. A isenção fiscal concedida a empresas pioneiras no município contribuíram para o crescimento da cidade.

De acordo com Campos (2010) a instalação da área industrial no município de São José, permitiu um grande crescimento na arrecadação de ICMS, a constituição de empresas de grande porte contribuiu de maneira acentuada para a expansão de São José. Neste período também foram liberados pelo plano diretor, aumento gradativo de pavimentos, passando de quatro para até 17 como é atualmente.

Conforme Campos (2010), na década de 1960, Orlando Scarpelli doou terreno no Estreito para o Figueirense Futebol Clube, do qual, com apoio do Estado construiu seu estádio na década seguinte, e a partir da década de 1980, contribuiu de maneira significativa para expansão do estreito e por seguinte São José.

Diante destes vários determinantes apresentados, o que deve ficar claro ao leitor é que como consequência destes diversos fatores apresentados ocorreu em direção tanto para formação de bairros de elite econômica quanto à formação de comunidades empobrecidas, pois acompanhado da expansão da riqueza, devido ao modelo econômico concentrador, surgem bairros e comunidades extremamente empobrecidas e carentes de infra-estrutura urbana, que, muitas vezes de maneira clandestinas e distantes do centro da cidade, condiciona conflitos permanentes de terras e interesses, devido às necessidades de sobrevivência nas proximidades do centro das cidades.

Cabe ainda reforçar o que Sugai (1994) já destacava que os investimentos estatais e privados em direção norte - leste da ilha, em especial a acessibilidade definida pela via de Contorno Norte, determinou diversas transformações no uso do solo, na ocupação territorial, no deslocamento espacial das classes sociais e na localização de benfeitorias e de infra-estrutura urbana, que repercutiram na dinâmica imobiliária não só da ilha, mas de toda a Região

Metropolitana e abriu espaço para mais um período de forte crescimento urbano da capital.

3.2 A segunda fase: a partir de 1990.

A segunda fase da urbanização contemporânea da Região Metropolitana de Santa Catarina tem início na década de 1990 até os dias atuais. Cabe lembrar ao leitor que a divisão do período denominado de Quarta Urbanização em duas fases, consiste de mecanismo metodológico para facilitar a compreensão desta etapa da leitura e da pesquisa realizada.

Campos (2010) analisa o período de 1990 até a virada do milênio como um momento de grande explosão imobiliária. Para melhor entendermos este momento se faz necessário compreender uma série de ações econômicas nacionais, principalmente ligados as políticas monetárias de combate a inflação em escala nacional.

Conforme o autor, o então presidente da república José Sarney em 1986 lança o Plano de Estabilização da Economia Brasileira, O Plano Cruzado. Que em um primeiro momento possibilitou através de reajuste e ganho real do salário mínimo, além de abono aos assalariados, uma ativação no mercado imobiliário local, o crescimento da indústria do Turismo na Região Metropolitana de Florianópolis, também foi importante para esta terceira fase de Expansão.

A queda do crescimento econômico vividos no Brasil acelerado pelos Planos Collor I e II, entre 1990 e 1992, levou muitas empresas nacionais a reduzirem suas vendas, pois de acordo com Espíndola (2002), a demanda interna foi compulsoriamente contraída pelo bloqueio da liquidez, somados a política de abertura comercial da economia brasileira continuada por Fernando Henrique Cardoso, o que levou as empresas nacionais e do estado a refazerem suas

estratégias de ação, a mais uma reestruturação dos setores industriais nacionais e locais.

Conforme Mamigonian (1986) na década de 1990 ocorrem alterações radicais em algumas regiões no estado. No vale do Itajaí desenvolvem-se inúmeras fusões. O autor cita que a região foi duplamente penalizada na década de 1990, primeiro pela invasão ao mercado interno dos produtos asiáticos, e segundo pelas dificuldades enfrentadas pelas exportações brasileiras em decorrências das políticas de abertura econômica executadas pelos governos Collor e FHC.

Contudo a desvalorização cambial em 1999 deu um novo fôlego à economia catarinense. De acordo com Mamigonian (1986, p. 54) na virada do século das 23 maiores empresas do estado, apenas onze têm o comando acionário em mãos catarinenses, sendo que sete passaram a pertencer a grupos estrangeiros.

Aliados a uma retomada de crescimento pós crise da década anterior, concomitante a um déficit habitacional na Região Metropolitana, conforme Campos (2010) têm se a retomada do boom imobiliário, com um crescimento maior na indústria da construção civil da região.

Em um primeiro momento a indústria da construção civil teve apoio de instituições estatais, contudo, em um momento posterior os empreendimentos do setor da construção civil começam a realizar o autofinanciamento, devido a dificuldades de obtenção de financiamentos, tendo forte relação aos fracassos sucessivos de planos monetários de combate ao alto processo inflacionário.

A virada da década foi marcada pela posse do Presidente Fernando Collor de Mello, que assim como o presidente anterior José Sarney, lança mais dois Planos monetários, o Plano Collor I e II, o qual reteve por durante 18 meses ativos monetários nas instituições financeiras com valores superiores a 50 mil cruzados novos, valores da época.

Tomando posse em 15 de março de 1990, a nova administração imediatamente pôs em execução um radical plano de estabilização econômica [...]. Tratava-se de produzir um brutal choque deflacionário, que reduzisse drasticamente a liquidez da economia durante dezoito meses seguintes, período durante o qual teria início um amplo programa de privatização das empresas estatais e de abertura do mercado brasileiro mediante a liberação generalizada de importações (REZENDE FILHO, Cyro de Barros, 1999, p.184 Apud CAMPOS, 2010; p. 182)

O Fracasso do Plano Collor, a constituição do Código de Defesa do Consumidor, os Mutuários do Sistema Financeiro da Habitação no pedido de revisão dos valores imobiliários conforme Campos (2010) tiveram impactos na indústria da construção civil, devido ao recuo dos financiamentos imobiliários.

Após o processo de impeachment do então presidente Fernando Collor em 1992, Itamar Franco assume a cadeira e implementa o Plano Real, mais uma vez no intuito de combate ao processo hiper-inflacionário.

Após o controle ocorrido e a boa aceitação social do plano de estabilização, percebe-se novamente um crescimento em diversas atividades produtivas no Brasil e também na Região Metropolitana de Florianópolis, principalmente na indústria da construção civil, que com o avanço da indústria do turismo, puxa mais uma vez o crescimento da região.

Concomitante a isso, nota-se uma grande expansão nos municípios adjacentes de Florianópolis, como é o Caso de Biguaçu e de Palhoça, mais uma vez transformando a fisionomia urbana da Região Metropolitana, principalmente nas margens da BR-101. Neste período os municípios

continuavam a receber imigrantes de outras regiões condicionando cada vez mais a dinâmica de expansão demográfica e espacial da Região.

Campos (2010) detalha este crescimento ao mostrar que na década de 1990, Florianópolis, Palhoça e Biguaçu possuíam taxa média de crescimento anual, respectivamente, de 3,34%; 4,46% e 3,94% ao ano. Comparado com Porto Alegre (0,93%) e São Paulo (0,85%) estes números são bastante expressivos.

Em 1991 Florianópolis possuía uma população de aproximadamente de 253mil habitantes²⁸, produzindo cerca de 25toneladas/dia de efluentes domiciliar, sendo incapaz de atender a maioria da população. Conforme o CECCA (1997), até o momento fazia 25 anos que não se realizavam obras de infra-estrutura que ampliasse a capacidade e a extensão da rede de esgoto da capital. A provisão de água encanada chegou a 91% da população em 1989. Em março de 1995 passava de 95% a população abastecida com água encanada, porem no mesmo ano, apenas 33% da população era atendida pela rede de esgoto. Considerando o sistema completo (coleta, tratamento e destino final) o atendimento em Florianópolis ficava em torno de 1,3% referidos aos sistemas operados pela CASAN.

O relatório do CECCA evidencia que Florianópolis historicamente apresenta diversos problemas relacionados à degradação ambiental por conta do saneamento, e alerta que aliados a uma abordagem coletiva para os problemas urbanos, o desrespeito a legislação e uma elevada taxa de crescimento, ocasionou ocupações desordenadas, processo potencializado não apenas pela população de baixa renda, mas por um tipo de ocupação que tem como principais protagonistas os grandes empreendimentos imobiliários e os setores de classe média e alta, que muitas vezes possuem duas moradias, uma no centro e outra na praia.

²⁸ Censo do IBGE (CECCA, 1997, p.136)

Uma maneira de evidenciar este problema foi trazida pelos estudos do CECCA (1997, p.138):

Estima-se, com base no habite-se concedidos pela Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos, que 21 mil construções do município estejam devidamente regularizadas. Aproximadamente 50% deste total foram legalizados em função de uma sucessão de leis específicas criadas ao longo dos anos, com o objetivo de regularizar construções clandestinas. Tomando-se como referencia o numero de ligações de água fornecido pela CASAN, pode-se estimar, aproximadamente, 51 mil construções em Florianópolis. Portanto, cerca de 58% das construções estão em situação irregular no município e este processo informal de ocupação do solo ocorre com maior ou menor intensidade, dependendo da localidade.

Estes fatos são importantes, pois comprometem a totalidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Os lançamentos clandestinos efetuados chegam às baías por meio da drenagem pluvial ou até mesmo diretamente por ligações que desembocam nas praias. A poluição dos mangues (Itacorubi, Rio Tavares e Aeroporto) torna-se problema crônico, pois os mesmos são espaços de construção de empreendimentos tanto comerciais quanto residenciais.

O CECCA mostra a não existência na época de um setor de análise e fiscalização dos projetos hidro-sanitários dos empreendimentos na Prefeitura Municipal, acreditando-se que os mesmos pouco fizeram para solucionar os

problemas técnicos relacionados ao saneamento básico. Os novos loteamentos no Novo Campeche, nas praias dos Ingleses e na Armação acentuaram ainda mais o problema. Conforme o relatório foi registrado, em meados da década de 1990, um surto de hepatite por veiculação hídrica, com mais de 100 ocorrências nos moradores das comunidades da Armação além do Pântano do Sul.

Na década de 1990 inicia-se a nova rede de esgotos da Beira-Mar Norte, construída pela CASAN, justamente nesta área da cidade até hoje há uma maior contaminação, devido às emissões de águas servidas dos prédios ali construídos, que de acordo com o CECCA registram em sua maioria ligações clandestinas à rede de drenagem, isso em contradição à relação da maior concentração de renda per capita na cidade.

Em Janeiro de 1991 a CASAN assina contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal, através do Programa PROSANEAR, para a implantação de sistema de esgotos sanitários em áreas de baixa renda no Município de Joinville/SC.

Em 08 de Maio de 1991 a CASAN publica a segunda edição do seu *“Regulamento dos Serviços de Água e Esgoto”*. O Estado de Santa Catarina é contemplado com recursos do Sub-Programa PROSEGE para as cidades de Florianópolis (US\$ 4,2 milhões), recursos estes que foram destinados à construção de rede coletora de esgoto. As condições de aplicação destes recursos eram bastante generosas, sendo 75% a fundo perdido (recursos federais) e 25% como contrapartida dos municípios. No caso de Florianópolis, estes recursos permitiram a implantação da quarta etapa do Sistema de Esgotos Sanitários de Florianópolis Continente, isso de acordo com o Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (2009).

Em 08 de Março de 1991 é inaugurada a terceira ligação ilha - continente, a Ponte Pedro Ivo Figueiredo de Campos com uma extensão de 1.251 metros. Em 21 de Maio de 1991 a Diretoria da CASAN através da Resolução N° 110

aprova a segunda edição do seu "*Regulamento dos Serviços de Água e Esgotos Sanitários*". Em 05 de Junho do mesmo ano o Conselho de Administração da CASAN referenda a aprovação deste novo regulamento. Com base em um estudo desenvolvido em conjunto pelas Consultoras ENGEVIX e ENCIBRA, sob coordenação do IPUF–Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, a CASAN lança em 20 de Agosto de 1991 o edital de licitação destinado à contratação das "***Obras de Implantação do Sistema de Esgotos Sanitários de Florianópolis Insular***" abrangendo toda a área urbana da Ilha de Santa Catarina.

A obra mais importante desta licitação é a construção do Centro de Tratamento (ETE) situado no Aterro da Baía Sul. O custo base das obras licitadas foi estimado na época em US\$ 53.500.000. Atendendo antiga reivindicação da Sociedade Pró-Desenvolvimento de Canasvieiras, talvez a maior ocupação de praia situada no norte da Ilha de Santa Catarina. Também no ano de 1991 A CASAN lança em Outubro o edital de licitação destinado à contratação das obras de Implantação do "***Sistema de Esgotos Sanitários do Balneário de Canasvieiras***".

Vinculada ao Governo do Estado por meio da Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca, a Empresa de pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) nasceu em 1991, quando foram incorporadas numa só instituição a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária S.A. (Empasc), a Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpsc) e o Instituto de Apicultura de Santa Catarina (Iasc).²⁹

Em 1992 é Formulado o "*PROSUL – Programa Integrado de Saneamento e Meio Ambiente nas Bacias Interiores e Fronteiras na Área do MERCOSUL*". Para o Estado de Santa Catarina os recursos programados foram da

²⁹ <http://www.epagri.sc.gov.br>: acessado em 08/10/2011.

ordem de US\$ 706 milhões. De acordo com o Plano municipal nada de concreto foi efetivado.³⁰

De acordo com o Plano Integrado Municipal de Saneamento Básico (2009) em 09 de Dezembro de 1992 a CASAN, juntamente com a EMBASA (BA) e a SANESUL (MS), é selecionada para receber recursos do Banco Mundial (antigo BIRD) através do PMSS – Programa de Modernização do Setor de Saneamento. O PMSS da CASAN previa a aplicação de US\$ 160 milhões no período de 1992 a 1997, sendo 50% deste montante proveniente do BIRD e 50% como contrapartida do Governo do Estado.

Em 28 de Junho de 1993 a CASAN publica o seu *“Manual de Instalações Prediais de Água e Esgoto”*, importante instrumento para a elaboração de projetos de instalações prediais de água e esgoto na região. Em Abril de 1994 é elaborado o *“Diagnóstico do Setor de Saneamento Básico no Estado de Santa Catarina”* sob a coordenação de consultores da OPAS e com a participação de técnicos da CASAN, FATMA, FNS, ASSEMAE, Secretaria de Estado da Saúde, Secretaria de Estado do Planejamento e Secretaria de Estado da Fazenda. Em Julho de 1996 entrega o seu relatório contendo as *“Propostas para a Continuidade das Concessões com as Prefeituras Municipais”*³¹.

Em 1993 Florianópolis apresentava 46 áreas carentes. Segundo o CECCA (1997) 28 localizavam-se na ilha e 18 no continente, num total de aproximadamente 32 mil pessoas, o que é referente a 12 % da população do município, ou seja, este é o percentual de carência a respeito do serviço de saneamento básico. Estas áreas normalmente são ocupadas próximas as encostas como é o caso do morro da cruz na ilha e da Via Expressa BR 282 e da BR 101 na parte continental.

O relatório do CECCA aponta que este tipo de ocupação geralmente é acompanhado pela falta de infraestrutura urbana, gerando uma precariedade no que se refere

³⁰ Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico (PMISB) 2009.

³¹ Idem

às condições de habitação, pois normalmente acarreta a obstrução de pequenos córregos e de desmatamento de mananciais, causando problemas de drenagem, o que também é potencializado pela ocupação em áreas de alagamento, muitas vezes prejudicando a bacia hidrográfica da região.

A obra traz números importantes para compreensão do problema, pois do total das áreas carentes em meados da década de 1990, três não possuíam água potável, cinco recebiam o serviço de maneira incompleta e 20 eram abastecidas com água encanada. Em relação ao esgoto o problema se agrava, pois na época 18 áreas não possuíam rede de esgoto e outras 10 tem sua rede incompleta. Quanto à drenagem das chuvas, sete comunidades não tinham nenhuma rede de drenagem e as outras eram incompletas.

Em 1996, o relatório do CECCA conta que na localidade 18 eram as bocas que emitiam quase que continuamente águas escuras à baía e ao mangue. Neste período encontrava-se em construção a nova ETE e sua rede. Lembrando que somente em 1994 a Lagoa de Estabilização de Esgotos instalada em Forquilha na parte continental entra em operação.

Na década de 1990 devido ao rápido crescimento dos Ingleses a região passava por graves problemas, pois com o crescimento de 15% ao ano inexistia rede de esgoto, assim como no Bairro da Trindade, Saco dos Limões, Itacorubi e Parque São Jorge. Não existindo rede, os dejetos eram lançados em riachos que desembocam no mangue. Somente na Lagoa da Conceição a situação era menos grave, pois 80% da população dispunham na época de rede coletora de esgoto.

Em 04 de Novembro de 1997 através da Resolução N° 228 a Diretoria da CASAN constitui uma comissão que tem como tarefa realizar estudos visando à estruturação e implantação do “*Programa de Planejamento Estratégico da Companhia*”. Criado em 17 de Novembro de 1997 o MUCAP – Movimento Unificado Contra a Privatização,

constituído por mais de 30 entidades de Santa Catarina, que tem por objetivo estimular a unificação das lutas contra as privatizações dos serviços públicos desenvolvidos por diversas entidades estaduais.

Outra ação importante por parte do poder público é a constituição do programa Beija-Flor foi financiado pelo Finsocial do BNDES, originando-se do Projeto Viva MELHOR, de Jose Luiz de Abreu (UFSC) e Francisco Ferreira (MEL) que, com outras entidades (associação dos moradores e órgãos municipais) participaram da Comissão Interdisciplinar, que foi institucionalizada pela CONCAP. Assim surgiu o tratamento de lixo domiciliar dentro das comunidades que o geraram, dando origem ao atual Programa de Coleta Seletiva de Lixo em Florianópolis. De acordo com o CECCA o programa tem como objetivo solucionar o problema da destinação final do lixo doméstico nos bairros, com a recuperação de resíduos sólidos a partir da triagem domiciliar e assim melhorar a qualidade de vida da população. A participação popular e a educação ambiental das comunidades envolvidas são alicerces políticos e pedagógicos do programa, diminuindo os custos da coleta convencional:

A atual coleta seletiva na capital, procura solucionar os problemas e a destinação final dos resíduos inorgânicos, que representam 53% do lixo coletado. Florianópolis enfrenta um grave problema com o destino final do lixo orgânico. Atualmente, a cidade produz diariamente 180 toneladas de resíduos domiciliares e, deste montante, mais de 50% representa a fração orgânica. Sabendo-se que a área atendida por este programa produz cerca de 126 toneladas/dia, espera-se recolher 10% desta massa, pois atualmente recolhe-se atualmente 5 toneladas/dia. O aproveitamento dos resíduos

orgânicos (50%) do lixo doméstico tem sido negligenciado pelos programas de coleta seletiva (CECCA, 1997, p. 151).

Fator importante na expansão urbana da região metropolitana esta no Marketing alimentado

Pelo poder público, atendendo interesses ligados atividades do turismo e construção civil, proporcionando maior visibilidade e aliados ao status de capital com ótima qualidade de vida, permitiram uma maior exposição das cidades e acentuando ainda mais o fluxo migratório e conseqüentemente a expansão urbana da Região Metropolitana. A Imagem 4- mostra a propaganda publica realizada pelo governo municipal de Palhoça.



IMAGEM 4 – Propaganda Municipal de Palhoça.

Fonte: Autor.

O sítio “Santa Catarina Oportunidades & Negócios”³² é um forte exemplo, traz diversas informações de pesquisas realizadas por diferentes instituições nacionais e

³² <http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/qualidade-de-vida/> acessado em 08-07-2011.

internacionais que apresenta a Região com ótimos índices de Desenvolvimento Humano.

Lugar reconhecido pelas belezas naturais, a riqueza histórica e a vocação empreendedora, Santa Catarina é um dos estados brasileiros onde se vive mais e melhor. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)¹ é de 0,840, considerado elevado, o que o coloca atrás apenas do Distrito Federal.

No Índice de Desenvolvimento Humano Municipal apresentado pelo sitio, Florianópolis ocupa o primeiro lugar tanto em 1991 quanto no ano 2000. Abaixo tabela ilustrativa:

TABELA 2 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

Região Metropolitana	IDH-M 2000	IDH-M 1991	Crescimento Relativo (%)
1º Florianópolis	0,859	0,801	7,2
2º Norte/Nordeste Catarinense	0,853	0,776	9,9
3º Vale do Itajaí	0,850	0,802	6,0
4º Tubarão	0,835	0,778	7,3
5º Campinas / SP	0,835	0,788	6,0
6º Porto Alegre / RS	0,833	0,782	6,6
7º São Paulo / SP	0,828	0,792	4,5
8º Expansão Metropolitana da RM do Vale do Itajaí	0,826	0,758	8,9
9º Expansão Metropolitana Carbonífera	0,824	0,737	11,7
10º Curitiba / PR	0,824	0,763	8,0

Fonte: PNUD³³

Campos (2010) ressalta a importância na divulgação destes índices que contribuem até hoje na propaganda e na boa divulgação da cidade enquanto excelente qualidade de vida e de ótimas oportunidades de emprego e renda, principalmente via turismo.

Em relação à indústria do turismo, Machado (2000) confirma que ao final das décadas de 1980 e 1990 os negócios relacionados ao turismo começam a serem redimensionados pelo viés de profissionalização. Já com o discurso e planos de erradicação da pobreza, pela promoção da geração de emprego e também pela captação de recursos internacionais e investimentos em infra-estrutura. O PRODETUR (Programa de Ação e Desenvolvimento do Turismo) lançado no início do Governo Collor é um dos exemplos de ação estatal em escala nacional.

Porém, em contrapartida, Helton Ricardo Ouriques (1996, p.110) mostra o outro lado relacionado aos trabalhadores ligados as atividades turísticas, e questiona o fato da suposta atividade como grande gerador de empregos.

O que se observa nos últimos cinco anos, no período compreendido entre julho de 1990 e maio de 1995, a partir de dados do SINE/SC, é uma variação negativa no montante de empregos formais em Florianópolis equivalente a 1,72% (-1.818 empregos). Apenas o Setor de Serviços teve uma variação positiva significativa no período, insuficiente para compensar a queima de empregos em outros setores no município, como Comércio (-1.570 empregos) e Serviços Industriais de

³³ Tabela adaptada de dados disponíveis no sítio <http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/qualidade-de-vida> acessado em 08-07-2011.

Utilidade Pública (-973 empregos). Neste último, tudo leva a crer que a redução se deve, em parte, ao forte processo de terceirização nos sistemas de verificação e cobranças de água, luz e telefone, porque as empresas de utilidade pública tem transferido a empresas particulares estas tarefas.

Conforme Ouriques (1996) a redução do número de empregados com carteira assinada é compensada pela informalidade. Uma prática comum na construção civil é a subcontratação, por parte das construtoras e de empresas empreiteiras de mão de obra, do qual muitas delas atuam de maneira clandestina. De acordo com o autor no período de investigação na temporada de 1995, dos 20 peões de obras entrevistados por ele, em empreendimentos em Canasvieiras e Ingleses foi constatado que nenhum possuía carteira assinada.

Este fato é relevante para a compreensão da formação da comunidade Frei Damião, pois foi nesta década que houve o início das ocupações da localidade, da qual em sua grande parte veio de outras localidades do Estado e outras regiões do país, em busca de melhores condições de vida, potencializada pela propaganda famosa da ótima qualidade de vida.

Nas visitas a campo, foram diversos os relatos de moradores que confirmam esta realidade, em muitos momentos escutei de moradores que a propaganda exercida influenciou na decisão de mudança de cidade.

Porém o que ocorreu de fato foi à dificuldade de encontrar emprego e oportunidade, resultando com que estes encontrassem na comunidade a habitação sonhada. As observações do Professor Helton Ouriques evidenciam bem a degradação do trabalhador da construção civil, do qual, de acordo com pesquisa realizada pelo ICESP (2002) 7,3% dos moradores na época trabalhavam na construção civil, como servente, pedreiro, armador, entre outros.

Machado conta que em Florianópolis a partir da década de 1980 o turismo assume decisivas orientações por parte do setor privado entrelaçados com o poder público e começa então a direcionar uma série de estruturas físicas no intuito de expansão da atividade de turismo em massa, principalmente na indústria da construção civil e de empreendimentos hoteleiros, além de despertar o interesse por parte dos grupos econômicos interessados no setor, voltados a hospedagens como casas para aluguel de temporada, e a formação de pousadas, particularmente em Balneários tanto na ilha quanto no continente.

Conforme Machado (2000) nas décadas de 1980 e 1990, surge uma crescente implementação de condições de infra-estrutura favoráveis a valorização do turismo na ilha, principalmente em direção centro-leste-norte.

A atuação de grupos empresariais evidencia este interesse. Machado cita empreendimentos como o HABITASUL em Jurerê Internacional; o CEISA na Praia Brava; Marcondes de Matos com o Costão do Santinho Resort; entre outros. Que surgem a partir de relações público-privado para consolidação do setor de turismo na região.

O marketing exercido para a promoção do turismo exerce até hoje grande impacto na dinâmica urbana da Região Metropolitana e acaba por proporcionar a produção da mercadoria turismo no território de Florianópolis. Machado (2000, p. 187) explicita bem esta função:

Nessas tentativas de veicular a produção da Mercadoria turismo e de outras possibilidades que viessem a integrar caminhos (pela privatização) do viver e do lazer, a imagem de Florianópolis vem sendo mostrada através de frases sugestivas e de qualificativos positivos associados às potencialidades do lugar. Não são apenas em logomarcas do marketing oficial que aparecem essas vinculações

(de “Florianópolis Vale a Pena”, de “Ilha Açoriana”, “Ilha dos Sonhos”, “Capital do Tênis”, “Capital turística do MERCOSUL”, “Floripa, Wimbledon brasileira”, “Ilha sem Fronteiras”, etc.) mas, também através de iniciativas comercialmente independentes (geralmente enaltecendo uma visão paradisíaca) e até, as vezes, de cunho religioso (“Florianópolis: Ilha de Jesus”), como fez uma Igreja Carismática, contrapondo-se notadamente (via adesivos e outdoors) aos conteúdos do ícone Ilha da Magia e suas derivações.

A criação do Fórum Permanente de Planejamento Turístico contribui na articulação de vários segmentos locais para desenvolvimento do setor na capital. Integram agentes de varias representações políticas, empresariais e comunitárias que de acordo com Machado (2000) a partir de meados da década de 1990 vem discutindo temas identificados como relevante para atividade turística. A partir da experiência do Fórum desenvolvem-se recomendações e permite a criação do Plano Estratégico de Planejamento Turístico para Florianópolis o PLANET 2000.

Contudo Machado (2000, p. 192) ressalta os reais interesses das articulações políticas ligadas ao setor do turismo e a criação do Fórum que para o autor:

Na realidade, a atuação desse Fórum como “Terceiro Setor” de articulação da sociedade reflete, em nível local, o que se tem apregoado em outras realidades do mundo como estratégias viabilizadoras da nova ordem econômica, de caráter neoliberal, emergente de contextos e tentáculos da “globalização”. Todo discurso e as suas diversas manifestações práticas encaminham-se para que os fins da

natureza econômica conjuntural efetive-se e promova a sobrevivência de modelos de desenvolvimento que só privilegiam acumulações e interesses sociais.

Segundo Campos (2010) neste período ocorre uma retomada na concessão de financiamentos imobiliários pela Caixa Econômica Federal. A tabela 2 ilustra bem este crescimento:

TABELA 3 - Valor de Financiamentos concedidos pela Caixa Econômica Federal.

Ano	Florianópolis	Palhoça	Total
1996	2.668.248	420.56	5.789.918
1998	48.840.712	3.719.699	67.750.276
2000	58.823.944	3.429.680	80.060.393
2005	40.715.114	7.994.241	80.665.653

Fonte: Caixa Econômica Federal – Superintendência de Florianópolis, 2006.³⁴

Campos (2010) também mostra o surgimento de novas empresas atuando no setor da construção civil, que em conjunto com algumas construtoras formadas na década de 1980 formaram a nova estrutura econômica do setor. Alguns exemplos são: Campos Almeida Construções, Construtora Estância, Coral Arquitetura, Daros Edificações, Koerich Engenharia, JA Construções, Sanford Construções, Pioneira da Costa, Hantei Engenharia, entre outras.

Diante deste conjunto de fatores, após a crise dos anos de 1980 e das algumas conturbações políticas e econômicas enfrentadas tanto em escala nacional quanto em escala local, a década de 1990 ficou marcada por um gradativo processo de expansão urbana da Região Metropolitana, o que Campos (2010) definiu como a fase de recuperação do mercado

³⁴ Quadro adaptado de Edson Tele Campos (2010, p. 186).

imobiliário, que com o apoio de diversas instituições públicas e privadas, em conjunto com a expansão da indústria do turismo e pela promoção da cidade enquanto excelente qualidade de vida.

Contudo, como conseqüências deste processo de desenvolvimento dos grandes empreendimentos formaram determinantes importantes no direcionamento de ocupação e localização do espaço urbano. Primeiro por apropriação dos espaços públicos, que permitiram a modificação na fisionomia da paisagem, tanto referente à expansão vertical quanto horizontal e claro demograficamente.

A formação de bairros mais empobrecidos surge também como conseqüência deste processo, a degradação de relações de trabalho, como mostrado acima, dos trabalhadores da construção civil, a falta de infra-estrutura urbana em certas localidades e principalmente a dificuldade de encontrar emprego condiciona muitas pessoas a ocuparem certos espaços urbanos, muitas vezes distantes do centro da cidade e dos serviços básicos essenciais a produção da cidadania.

A palhoça consolida como importante município que abrigam algumas destas pessoas que procuram melhores condições de vida e por uma serie de limitações econômicas e culturais, encontram, geralmente, lugares pouco valorizados, como locais para instalação de sua residência. Estes moradores encontram algumas vezes pela própria lógica da valorização da terra via expansão urbana e economia, mecanismos e conseguem melhorias de infra-estrutura urbana próximas a sua localidade, como calçamento, iluminação pública, rede de ônibus entre outros.

O Jardim Eldorado é um destes exemplos, formado na década de 1980 a partir de loteamento realizado pela compra de uma fazenda de propriedade privada pela construtora C.R. Almeida³⁵ e inicialmente para locação de equipamentos que auxiliavam a construção da BR 101e com a conclusão dos

³⁵ ICESP 2002.

trabalhos surgiu o loteamento por parte da construtora. A constituição do Bairro Jardim Eldorado e posteriormente a do Bairro do Brejarú tornam-se fator importante de compreensão na formação da Comunidade Frei Damião, estes acontecimento serão melhores analisados posteriormente.

O período marcado pela virada do milênio, consiste na continuação do processo de explosão imobiliária na Região Metropolitana, período este marcado pelo grande reconhecimento nacional e internacional das belezas naturais, da segurança e da tranquilidade da região.

O crescimento e a estabilidade da economia brasileira, também servem como forte determinantes para este processo, pois como o autor mesmo demonstra que as condições favoráveis ao crescimento da indústria da construção civil, aliados, a uma baixa inflação, a elevação do poder de compra da moeda nacional e uma oferta de crédito imobiliário constituem fatores econômicos relevantes para análise do período.

O crescimento da atividade turística coligados com a propaganda nacional da região, tanto de órgãos do governo, quanto privadas, permitiu uma maior exposição da cidade e com isso possuindo grande relevância no setor e no processo de expansão urbana.

De acordo com Campos (2010) os turistas e empresários colaboram de maneira consistente com o aumento do número de migrantes para a Região Metropolitana, com isso corroborando de maneira acentuada para o processo de expansão.

Diante deste fato, um importante ponto a se destacar é o lançamento de grandes condomínios e edificação de alto padrão. Concomitante, também está a expansão da região periférica, pois como já observado a incapacidade de emprego e o encarecimento dos imóveis, permite a expansão da periferia tanto em Florianópolis quanto nos municípios vizinhos.

A expansão urbana nas áreas de balneários principalmente ao norte da ilha compuseram no início as áreas mais valorizadas, por suas condições naturais e as melhores condições de acesso e infra-estrutura urbana. De acordo com Campos (2010) a entrada do grande capital se deu mais recentemente nos empreendimentos de Jurerê Internacional e na Praia Brava, que acaba por ser o destino das elites urbanas.

A Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e outras instituições financeiras privadas permitiram a concessão de crédito imobiliário. Com a estabilidade do processo inflacionário e a redução da taxa de juros, contribuíram ainda mais para o contínuo processo de expansão da região metropolitana. O Programa Minha Casa Minha Vida da Caixa Econômica Federal procura atender a demanda de moradia popular e busca diminuir o déficit habitacional em Florianópolis e no Brasil.

Conforme Campos (2010) o Banco do Brasil que historicamente não possuía atuação no setor também começa a operar com a autorização do Banco Central do Brasil. Deve-se também ressaltar os programas de autofinanciamento de apartamentos como é o caso da construtora APL, hoje Sanford Tecnologia.

Aliados as questões de crédito, existiram diversas obras públicas a partir da década anterior que proporcionaram uma maior valorização de determinadas áreas, Campos (2010) cita a duplicação da SC 401 (Acesso ao Norte da Ilha), a duplicação da BR-101, o aterro da Baía Sul, a via expressa sul e o túnel da prainha, além do elevado do trevo da seta concluído no início deste ano, que se propunham a melhorar alguns acessos aos bairros Saco dos Limões, Costeira do Pirajubaé, aeroporto e o sul da Ilha.

Em São José, mais especificamente no bairro do Estreito encontrasse em construção o aterro da baía norte para viabilização da Avenida Beira-Mar do próprio município. A avenida das torres que liga o interior do município a outros bairros, o prédio do Fórum e a nova sede

da Prefeitura Municipal próximos ao Shopping Itaguaçu, trazem como consequência a valorização da região.

Na Palhoça, conforme Campos (2010), a mudança da sede da prefeitura próxima ao loteamento Pagani, provocou valorização da área, em conjunto com a construção da Cidade Universitária Pedra Branca. Construção da rodovia que liga os municípios de São Jose e da Palhoça pela ponte do Imaruim facilitou o fluxo entre os dois municípios e permitiu o aumento do fluxo de pessoas e mercadorias na localidade.

De acordo com o autor, além da Pedra Branca, que será melhor detalhado posteriormente, outros loteamentos merecem destaque, O Pagani de 1998, contendo 550.371,89 m² com 650 lotes; O Aloar Silveira I de 1999, com 446.269,34m² e 803 lotes; Aloar Silveira II de 2000, com 117.365,30m² e 289 lotes e o Pagani II com 599.551 m² com 588 lotes.

A constituição destes loteamentos, aliados a condição de município industrial e a implantação de outros grandes empreendimentos reafirma a Palhoça enquanto grande centro dinâmico para expansão. A grande propaganda realizada pela própria prefeitura, como já ilustrado na Imagem 4, facilmente se vê slogans como o município mais dinâmico ou aquele que mais cresce em Santa Catarina, fazem da Palhoça grande pólo de interesse de grandes empreendimentos.

Palhoça hoje é considerada, por muitos empresários do setor, como a “Meca” da indústria da construção civil ou a “Bola da vez”. Constata-se que muitos são os investimentos de construtoras que estão se dirigindo para este município. Em Palhoça a indústria da construção cresce em velocidade superior à da capital. A previsão do presidente do Sinduscon é que o setor alcançasse um crescimento de 10% em Palhoça em 2008, superando os 7%

projetados para Florianópolis.
(CAMPOS, 2010, p.204)

O processo de Verticalização também é visível na Palhoça, Campos (2010) aponta que, hoje, existem mais de 10 edifícios construídos próximo ou no centro da Cidade e outros na margem direita da BR 101.

A construção do Shopping Via Catarina é um importante empreendimento que contribui também para valorização imobiliária e a expansão urbana de Palhoça. Inaugurado no dia 20 de maio de 2010, o Shopping Via Catarina é o primeiro shopping de Palhoça. Localizado no Loteamento Pagani, às margens da BR 101, o shopping está instalado em uma área de mais de 13.850m², que compreende ainda um hipermercado e um hotel da rede Slaviero. A obra é da Vende Casa Empreendimentos Imobiliários Ltda, empresa do Grupo Sibara.³⁶ A Imagem 5 traz uma boa visualização do empreendimento.



IMAGEM 5 – Shopping VIACATARINA.

Fonte: Autor

³⁶ <http://www.viacatarina.com.br/#/Shopping> acessado em 09-07-2011.

Em Florianópolis grandes empreendimentos privados também permitem grande valorização e mudanças significativas na cidade. O Shopping Iguatemi no Santa Mônica, o Floripa Shopping nas margens da SC-401 em direção ao norte da ilha e o Costão do Santinho na praia do Santinho modificaram o espaço e reorganizam o território. A construção do Shopping Iguatemi (Imagem 6), com apoio da construtora AS Ramos mudou os acessos ao bairro e contribuiu para a valorização da região, além do aumento do fluxo de carros e pessoas, piorando ainda mais o trânsito local.



IMAGEM 6 – Shopping Iguatemi

Fonte: <http://www.asramos.com.br>

Atualmente o município de Florianópolis está inserido num aglomerado urbano composto por mais alguns municípios entre eles Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz e São José. Este aglomerado, como já exposto, constitui oficialmente a Região Metropolitana de Florianópolis. Assim como ocorreu a expansão urbana e o crescimento econômico e demográfico da região, a expansão da pobreza urbana ocorreu como consequência da estrutura produtiva e desta forma expandindo sua condição nessas novas áreas além da ilha de Santa Catarina.

Campos (2010) constata que atualmente a expansão urbana da Região Metropolitana alcançou ritmo jamais alcançado na história e que em um breve espaço de tempo os Municípios de Palhoça e Biguaçu possivelmente estarão totalmente integrados com Florianópolis e São José, o que já ocorre com ambos. O autor afirma ainda que em breve a Palhoça e Biguaçu experimentarão um processo de verticalização com grande explosão imobiliária.

Para efeito de conclusão desta parte da pesquisa o que se tem necessidade de compreender é que o processo de desenvolvimento econômico dos municípios que compõem a Região Metropolitana é bastante desigual, existindo fortes desequilíbrios entre eles. Florianópolis enquanto capital concentra uma gama de serviços e poderes representativos de decisão, ou seja, a expansão se processa a partir da Capital.

De acordo com CECA (1997, p.104) a característica da população migrante, na sua maioria é de origem urbana, destacando três fluxos básicos: aqueles que vem preencher os cargos públicos administrativos, os estudantes universitários e o tradicional rural-urbano ou urbano – urbano. Os dois primeiros vêm no intuito de morar preferencialmente na ilha, mas nos últimos, contudo, se localizam nos demais municípios da região.

A maior parte da população concentra-se nos municípios de Florianópolis e São José. Palhoça e Biguaçu que nos últimos anos também apresentam grande crescimento populacional e econômico, e em seu processo histórico, funcionando como cidades dormitórios³⁷ da Região. Em Florianópolis, se concentram a procura de emprego pela população, pois no município estão localizadas

³⁷ No Início da ocupação dos municípios próximos a Florianópolis, estas cidades eram cidades dormitórios, devido ao fato da maioria dos moradores destas localidades trabalharem na construção civil e nas indústrias nascentes, ficando fora o dia inteiro, voltando para casa somente para dormir, o que não difere muito de vários trabalhadores dos dias de hoje.

as principais repartições públicas, o comércio e os hotéis da região.

O que deve ficar claro ao leitor é que o processo de expansão urbana e o crescimento da atividade produtiva capitalista permitiram, além do aumento da área urbana da Região Metropolitana de Florianópolis, o surgimento e o aumento de áreas empobrecidas dentro desta região. O Processo histórico de formação econômico e social, com o advento do processo de industrialização brasileiro, contribuiu para a estruturação e a expansão do espaço urbano local, além de expandir a pobreza dentro da Região Metropolitana. Primeiramente na Ilha e se consolidando nos municípios adjacentes.

4. A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA COMUNIDADE FREI DAMIÃO

Para compreendermos a atual disposição geográfica e situacional da comunidade Frei Damião, estudo de caso do objeto de estudo do presente trabalho, foi necessário compreendermos os determinantes históricos da Região Metropolitana de Florianópolis e a formação do município da Palhoça. Para tanto, buscou-se informações em diversos sítios de pesquisa virtual, fontes bibliográficas impressas e visitas a campo para composição desta etapa da pesquisa.

O município de Palhoça está localizado no litoral catarinense, a três quilômetros da capital do estado de Santa Catarina. As coordenadas geográficas do município são 27°38'43" de latitude Sul e 48°40'04" longitude Oeste e sua altitude média de 15 metros. Palhoça limita-se ao Norte com o município de São José, ao Sul com o município de Paulo Lopes, Oeste com Santo Amaro da Imperatriz e ao Oeste limita-se com o Oceano Atlântico (Ver Anexo I).

No município de Palhoça as unidades litoestratigráficas encontradas são, segundo Gerco (2002) ³⁸

³⁸ <http://www.mma.gov.br/sitio/> acessado em 14-08-2011.

de origem do embasamento cristalino, representadas pelo Complexo Canguçu, Granito Tabuleiro, Granito Ilha e Riolito Ilha. Também o sistema deposicional do Cenozóico que se subdivide em deposicional Continental, representados por feições aluviais, coluviais e de leques aluviais, e, deposicional litorâneo, representadas por depósitos de origem marinho praial, flúvio-lagunar, paludial, lagunar e eólico. A linha de costa se estende por 47 km², representando um litoral bastante recortado, com a presença de penínsulas, enseadas e ilhas. A orientação da linha de costa é NS e NE-SW.

Em relação à geomorfologia da área, o terreno da região é composto por terras baixas: constituído pelo sistema deposicional, representado pelo modelado de acumulação, cujas formas resultantes se mostram em feições como leques aluviais, depósitos eólicos, lagunares e marinhos. Além destes depósitos de origem natural, há também os de origem antrópicas, como por exemplo, os sambaquis, os tecnogénicos, que constituem os materiais utilizados para aterros, elevados e acessos para a duplicação da BR 101, além dos diversos loteamentos como o Eldorado, Pedra Branca, Passa Vinte de Cima, entre outros (GERCO, 2010).

A cobertura vegetal do município em questão é constituída, em sua predominância por espécies de capoeiras, encontradas nas áreas de morros e montanhas, cuja vegetação se apresenta com florestas em estágio de regeneração médio ou avançado, e/ou primário. Nas regiões mais planas, encontram-se áreas de manguezais e vegetação de várzea e restinga, porém em lugares pontuais, visto que a devastação para ocupação desta área aconteceu de forma acentuada e acelerada. Muitas dessas regiões, (em áreas planas), principalmente no entorno da BR 101, são utilizadas para agricultura e pastagens (Ver Imagem-7).

É importante compreender a geomorfologia da região da Palhoça – SC, pois a comunidade em estudo está localizada nesta região. Estas características geomorfológicas surgem como condicionantes para a

determinação da organização espacial do estudo de caso, ou, da comunidade Frei Damião, cuja formação histórica será apresentada a seguir.



IMAGEM 7 – Limite oeste da comunidade Frei Damião.

Fonte: Autor.

4.1 Formação da Comunidade Frei Damião

De acordo com ICESP (2002) no ano de 2000, a comunidade foi agregada ao município de Palhoça, antes a mesma pertencia ao município de São José e por legislação Estadual, passou a fazer parte de Palhoça. A ocupação da localidade foi feita através de posse do território que antes pertencia a COHAB e também por um grande terreno privado e da própria prefeitura.

A agregação se deu por lei estadual nº11.340 de 08/01/2000 e já havia sido acordada pelos prefeitos envolvidos e como consequência houve a modificação dos limites de ambos os municípios envolvidos. (Ver Anexo II)

A formação social da comunidade teve início no final da década de 1980 e primórdios da década de 1990,

composta de ocupação irregular e de pessoas que encontraram na localidade um território para ocupação, pois se constituía de uma enorme área de inundação e pouco valorizada.

A ocupação da área para a constituição da comunidade teve início na virada da década de 1980 e nos primórdios da década de 1990. Maria Inês Sugai (1994) define uma data mais exata: em 1991. A ocupação da área deu-se de maneira irregular dentro dos parâmetros legais definidos pelas instituições públicas atuantes.

A área que hoje constitui a comunidade era um antigo terreno da COHAB³⁹, uma grande propriedade privada e também um grande terreno da Prefeitura. Devido à localização em uma área de declive e fácil inundação, além da grande distância do centro de Florianópolis e também da própria Palhoça, a localidade no início não possuía grande valorização. Contudo com o processo de expansão da Região Metropolitana de Florianópolis, a área hoje se tornou extremamente valorizada e restou aos seus moradores, como mecanismo de posse da terra, construir pequenas casas, na maior parte de madeira para que se constituíssem enquanto habitação. (Ver Anexos II e III)

Os primeiros moradores, além da Chico Mendes, vieram em sua grande parte de outras localidades de Santa Catarina, principalmente de áreas rurais próximos a Palhoça, como Biguaçu, Três Riachos, Oeste Catarinense entre outros. Além do processo migratório urbano – urbano. Tendo como forte influência a propaganda da cidade enquanto pólo de desenvolvimento. O que se observou pelas

³⁹ Sociedade de Economia Mista, criada pela Lei Estadual nº 3.698, de 12 de julho de 1965 e constituída na forma do Decreto Lei nº 4.032, de 15 de abril de 1966. Regida por Estatuto pela Lei das S.A. Integrante do Sistema Financeiro da Habitação. Área de atuação - todos os municípios do Estado de Santa Catarina. Na estrutura de governo, a COHAB/SC é um órgão vinculado a Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação. Destina-se ao atendimento dos estratos populacionais de mais baixa renda, com a produção e comercialização de casas populares.

visitas realizadas, foi que outros estados também são berços de alguns, como é o caso do Rio Grande do Sul, São Paulo, Mato Grosso e até mesmo Cidade de Leste (Paraguai).

O que também foi observado é que muitos vieram para a região de Florianópolis no intuito de buscar melhores condições de emprego e de vida, principalmente pela ilusão desenvolvida pela propaganda da cidade enquanto excelente qualidade de vida. Porém o que se observou é que a falta de oportunidades de emprego e renda, inviabilizaram tal sonho e o que lhes restaram foi à busca de mecanismos para a sobrevivência.

Nas visitas a campo, foi constatado que as primeiras ocupações estavam diretamente ligadas aos moradores da área do Pasto Gado e da comunidade do Chico Mendes, ambos inseridos dentro do Município de São José.

Constatou-se que entre o período de 1986 e 1990, pessoas ligadas ao movimento Sem-Teto da capital, em conjunto com os moradores das localidades acima expostos, começaram a ganhar terrenos do até então Prefeito de São José, Paulo Vidal. Era um terreno grande que ia da Palhoça até São José. Havia já cerca de dezesseis casas perto da Ponte que atravessava o Rio Maruim. Havia também, iluminação Pública e certa estrutura urbana. Esta localidade hoje que se expandiu e contribui para a formação dos bairros do Brejarú e do Jardim Eldorado.

Metade do terreno que hoje é localizado a comunidade Frei Damião é formado por terras altas que serviam para plantação de feijão e a outra parte surgiu pelo processo de drenagem do rio Maruim, a partir da areia e detritos do rio, o que resultou em uma grande faixa de terra.

As primeiras ocupações se deram pelas margens do rio e se entenderam até o terreno que pertencia a COHAB. As primeiras casas eram construídas na forma de Palafita e de Pau-a-pique, através de ocupação do terreno descrito acima que também possuía uma parte pertencente ao Café Oto.

O movimento de ocupação da localidade se dá neste sentido, e diretamente relacionado com a formação da comunidade Chico Mendes. Pois a COHAB, a partir de projeto de construção do Conjunto Habitacional Panorama (onde se localiza atualmente a Chico Mendes e o Horizonte) alegava que para dar seqüência no projeto necessitava de desocupação do terreno da Chico Mendes. A partir de relatos, constatou-se que técnicos da COHAB começaram a entregar papéis manuscritos aos, então, moradores da Chico Mendes, fazendo com que estes, na crença de legalidade do documento, se mudassem para os novos endereços, localizados na região do atual Frei Damião.

Este fato é de difícil verificação oficial, devido aos enormes e crônicos conflitos legais que envolveram as ocupações e desocupações das áreas acima citadas. Além do receio de perda do terreno, pois não podiam expor tal situação. O que se deve ficar claro é que existe uma previa organização e planejamento de ocupação da comunidade, facilmente verificado pelo fato dos primeiros moradores possuírem endereços dados pela própria prefeitura e pela própria organização estratégica da localidade. (Ver anexo II)

Para avançar na compreensão da dinâmica de formação da comunidade, se faz necessário o resgate histórico do Bairro Jardim Eldorado, que se originou em 1982 através de compra de uma fazenda de propriedade privada pela construtora C.R. Almeida⁴⁰ e inicialmente para locação de equipamentos que auxiliavam na construção da BR 101. Com a conclusão dos trabalhos surge então o loteamento por parte da construtora.

A história do Bairro do Brejarú está estreitamente ligada ao do Jardim Eldorado e com o surgimento das Paróquias São João Batista e São Judas Tadeu, no Bairro da Ponte do Imaruim - Palhoça/SC, que de acordo com o próprio sítio da instituição foi fundada em 30/01/1983, tendo como Pároco o Padre Osvaldo Prim seu fundador.

⁴⁰ ICESP 2002.

A instituição possuía como grande preocupação fornecer atendimento as comunidades próximas e que não tinham atendimento religioso na época, sendo o Brejarú uma dessas comunidades. O bairro tinha um pouco menos de um ano de criação e era conhecido por Conjunto Habitacional Tomaz Domingos da Silveira, no bairro Jardim Eldorado. De acordo com o sítio da instituição o Padre Osvaldo se preocupou com a situação da comunidade e procurou as lideranças da época, tendo como líder principal o Senhor Raul, o qual não mediu esforços para divulgar a 1ª Missa no bairro.⁴¹

4.2 A evolução sócio econômica

A Palhoça hoje conta com 137.334 habitantes (de acordo com o censo de 2010 realizado pelo IBGE⁴²). Localizada às margens da BR 101, possui um dos mais extensos territórios do litoral catarinense com aproximadamente 395 km² de unidade territorial. Sua densidade demográfica é de 347,68 habitantes por Km² e nos mostra que a cidade é densamente povoada.⁴³

De acordo com Mattei (2007) o Município da Palhoça mudou totalmente o seu perfil produtivo nas últimas décadas. A estrutura econômica do município baseasse em algumas atividades industriais, principalmente no setor moveleiro, e em atividades de prestação de serviços e comércio em geral. O incentivo do poder público surge como força impulsionante na instalação de diversas empresas no município.

⁴¹ p://www.capelansrosario.com.br/historico.html acessado em 07-07-2011.

⁴² Acredita-se que a população habitante da comunidade Frei Damião esteja incluída neste censo, mas como integrantes do bairro Brejarú (a ser comentado no próximo capítulo).

⁴³ Extraído do sítio do IBGE cidade@:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> em 01 de julho de 2011.

Mattei (2007) conta que a arrecadação de ICMS praticamente triplicou nos últimos dez anos e o PIB local teve um enorme crescimento. A Tabela x evidencia alguns movimentos econômicos na Palhoça, como o aumento dos setores industriais e de serviços e um leve declínio do setor agropecuário, além do forte aumento na arrecadação de impostos no período de 2003 até 2008. De acordo com o Mapa de Pobreza e desigualdade dos municípios brasileiros de 2003 do IBGE, a incidência da pobreza no município da Palhoça estava em 31,72 % da população total e o índice de Gini estava em 0,37.⁴⁴

TABELA 4 – Evolução do PIB em Palhoça (SC)

PIB (mil)	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Agro.	34.353	28.591	17.649	15.660	17.793	21.559
Ind.	213.498	241.518	149.507	213.788	232.606	255.894
Serv.	277.586	304.151	494.171	680.463	729.759	1.036.856
Imp.	13.378	12.695	57.686	91.870	111.709	154.110
PIB*:	531.665	577.457	719.013	1.001.782	1.091.867	1.468.420

Fonte: @cidade, IBGE. * à Preço de mercado corrente

O setor moveleiro é importante para a compreensão do estudo de caso, devido ao fato de que os bairros do Jardim Eldorado e do Passa Vinte apresentam grande número de empreendimentos ligados ao setor, além da proximidade geográfica com o Frei Damião e de serem locais de emprego para os moradores da comunidade.

⁴⁴ Índice de Gini é um índice econômico que mede o grau de concentração de renda de uma determinada sociedade. Quanto mais próximo de um, maior o grau de concentração da renda.

De acordo com Mattei fator limitante de desenvolvimento dos empreendimentos consiste na escassez de Mão de obra especializada, sendo que a qualificação do trabalhador geralmente acontece nas próprias empresas, formando profissionais a partir de suas necessidades. O perfil dos trabalhadores consiste em sua maioria de jovens, do sexo masculino e com baixo nível de escolaridade. O mercado de Trabalho é caracterizado mais pela necessidade do emprego do que propriamente pelas habilidades ligadas ao ofício dos trabalhadores.

O setor moveleiro foi caracterizado, pois consiste de fonte de emprego para os moradores da comunidade e a característica do mercado de trabalho na localidade tem relação estreita com os moradores, pois os mesmos se tornam integrantes deste perfil acima referido, o que será mais bem detalhado durante o capítulo.

A comunidade Frei Damião é localizada no Município da Palhoça – SC, oficialmente não é reconhecida, enquanto bairro, ou outra categoria formal de divisão territorial, pela Prefeitura, tendo seus moradores vinculados ao bairro do Brejarú dentro dos parâmetros legais. (Ver Anexo II)

Em relação à renda, de acordo com o levantamento do ICESP (2002), a renda individual em 2002 estava concentrada na faixa compreendida entre R\$ 100,00 e R\$ 400,00. A renda familiar é de R\$ 387,00, sendo a renda per capita de R\$91,00. Como base de comparação, no Bairro do Jardim Eldorado, a renda familiar estava na faixa de R\$ 540,00 e R\$ 900,00.

O que deve ficar claro ao leitor é que existem limitações para confirmação destes levantamentos, devido à falta de conhecimento dos próprios moradores e também pela informalidade e ilegalidade de algumas de suas atividades econômicas. O que limita ainda mais dados atuais, é a volatilidade dos moradores da comunidade, a dificuldade de obtenção de renda fixa, pois muitos são autônomos ou desempregados e facilmente migram na procura de outras oportunidades.

Outro fato importante consiste no preconceito da sociedade com os moradores da comunidade Frei Damião, do qual estes constantemente estão vinculados ao crime, ao dito subemprego, a violência e ao constante processo de marginalização, dificultando ainda mais a obtenção de emprego por parte dos moradores. Isso foi constantemente escutado durante as conversas com os moradores e é facilmente observado nos noticiários sobre a comunidade. Muitas vezes escutei que em entrevistas de emprego, em muitos casos os candidatos da comunidade dizem que moram nos bairros vizinhos para evitar preconceitos e conseguir a desejada vaga de emprego.

Ao redor da comunidade estão empreendimentos privados industriais e grandes conjuntos habitacionais de alto padrão, como é o caso da Cidade Universitária Pedra Branca, Exatta Bombas Dosadoras, Office Green, Pátio das flores, Pátio da Pedra, Parque das Pedras, Multiporte Industrial, Metalúrgica Evidence e Inox, Metalúrgica Desterro, O Condomínio Empresarial de Palhoça, O SENAI, Metal Mundi, MS vidros, Marmoaria Sul Brasil, a Liquigás da Petrobrás, além do Aeroclube de Santa Catarina, entre outros.

Fundado em 20 setembro de 1937, a principio no bairro Kobrasol no município de São José, o aeroclube teve como Primeiro Presidente o senhor Franklin Ganzo. Após alguns anos houve a necessidade de transferir o Aeroclube de Santa Catarina de localidade, devido ao crescimento urbano e as questões de infra-estrutura. Então, foi determinado pelas autoridades responsáveis, que o Aeroclube fosse transferido ao Bairro Colônia Santana, ainda situado no município de São José próximo ao limite com a Palhoça, devido as suas qualidades, como posição geográfica, acesso rápido e local pouco habitado. De acordo com o sitio do empreendimento suas atividades foram reiniciadas em 30 de junho de 1977. Atualmente a instituição está sendo presidido pelo Sr. Cesar Augusto Olsen. A estrutura física do Aeroclube é composta de relativa infra-

estrutura e é aberto ao tráfego aéreo e labora como aeródromo privado, além de funcionar como um pequeno aeroporto da região.⁴⁵

Nas conversas com os moradores e lideranças locais, foi constatada a grande rotatividade dos mesmos, evidenciadas pela comercialização de terras, onde persiste a lógica do “pago quanto posso”. Existe comércio de terrenos com diferentes valores, de R\$50,00 até R\$2.000,00 por uma pequena habitação ou fração de terreno.

Outro fator econômico importante está na locação de moradias que compõem a estrutura de habitação, dos quais foram encontrados inquilinos tanto nas casas como em estruturas feitas para tal finalidade (Puxadinhos).

Boa parcela dos moradores da comunidade é formada por catadores de lixo, que formam importantes agentes da dinâmica econômica da localidade. Ali habitam quase sete mil pessoas que vivem sem saneamento básico, asfalto, serviços de correios, coleta de lixo, transporte público e nem mesmo serviços oficiais de água e iluminação. O material que sobra da reciclagem vai para a vala junto com detritos vindos das próprias casas que em sua grande parte são feitas de madeira e restos de materiais recicláveis, como as mobílias das casas, na Imagem 8 observa-se este fato.

⁴⁵ <http://www.aeroclubesc.com.br/conteudo.php> acessado em 11-08-2011.



IMAGEM 8 – Fachadas das casas.

Fonte: Autor.

Existe fator limitante de compreensão da pesquisa que é a grande dificuldade de censo dos moradores, a volatilidade e a forte dinâmica ligada aos processos migratórios, não permitem dados concretos sobre a população. A grande quantidade de pessoas de uma mesma família que habitam uma mesma residência, o desaparecimento de outros indivíduos e até mesmo a grande quantidade de crianças na região, além da ocupação ilegal das terras e grande marginalização e a criminalidade, dificulta a realização de contagem exata da população da comunidade e a viabilização de informações oficiais a respeito das características econômicas e sociais.

Enquanto dinâmica econômica a coleta de lixo e dos resíduos despejados ali, formam importante determinante para organização espacial da comunidade. As casas são repletas de lixo e, muitas vezes, se confundem com a própria estrutura destas. A informalidade, ligados aos serviços (produção de salgadinhos e serviços domésticos) além de serviços ligados à construção civil como pedreiro, servente, carpinteiro, mas na sua maioria sem carteira assinada, em conjunto com os famosos “bicos” também compõem meio

de obtenção de renda na dinâmica econômica da comunidade.

As atividades informais e até mesmo ilícitas são tipos de trabalho que compõem o perfil econômico dos moradores, além da própria pequena atividade comercial existente na região, como é o caso de alguns pequenos mercados, bares, oficinas, borracharias e propriedades ligadas à reciclagem de lixo, podendo fazer certa alusão ao que Milton Santos (2008) define como circuito inferior do sistema urbano.

Uma observação importante a respeito do fato está em análise de um dos itens pesquisados pelo ICESP em 2002, do qual num rol de 3.027 pessoas entrevistadas, no que diz respeito à ocupação atual na época. 2.041 pessoas não responderam a questão, podendo constar que, por mais que boa parte das pessoas do levantamento ser constituídas por crianças, doentes mentais, donas de casa e desempregados, pode-se intuir que o receio de disponibilizar tal informação, tenha forte ligação com as atividades não legalizadas. Simplificando o raciocínio, a informalidade e a ilegalidade formam características importantes na dinâmica econômica local.

Dentro do levantamento do ICESP, o que se observou também, foi um grande número de pessoas que trabalham na construção civil, trabalhos domésticos, inativos remunerados e trabalhadores ligados a reciclagem e ao recolhimento de lixo. A tabela abaixo mostra algumas ocupações mais frequentes na comunidade.

Tabela 5– Ocupação da População em 2002.

Ocupação	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Construção civil (Pedreiro, servente, Mestre de Obras, marmoeiro)	207	6,8
Doméstica, Faxineira, Diarista.	94	3,1
Reciclagem, Carroceiro, Catador.	92	3,0

Aposentado, Pensionista	68	2,2
Comerciante	43	1,4
Não Respondeu	2.041	67,4
Total	3.027	100

Fonte: ICESP (2002).⁴⁶

A indústria de móveis em Palhoça também merece destaque, pois ao longo das últimas décadas, ganhou destaque no cenário econômico local e nacional, principalmente pela presença de pequenas e médias empresas.

Nas observações de campo constatou-se a dificuldade de muitas mães para trabalharem fora de casa, devido à dificuldade de obtenção de vagas em creches próximas para deixarem seus filhos pequenos, onde apenas uma localizada no Brejarú atende a região. Mesmo muitos moradores provindos do meio rural, a atividade agrícola como plantação de hortas e criação de animais, não se torna possível devido às precárias condições do solo e o processo de ocupação do território.

A falta de atendimento no posto policial, no posto de saúde, nas escolas públicas básicas e de capacitação profissional revela-se problemas enfrentados pelos moradores, que em conjunto com a falta de transporte público dificulta ainda mais a acessibilidade aos serviços básicos de cidadania.

De acordo com o ICESP (2002) o Jardim Eldorado II e III contava com os seguintes equipamentos comunitários na época:

- 1 Posto de Saúde;
- 1 colégio de ensino Fundamental;
- 1 posto policial,
- 1 conselho comunitário e 1 creche.

A descrição do surgimento do Bairro Jardim Eldorado II e III tornam-se importante, pois este bairro cobre uma

⁴⁶ Adaptado (ICESP 2002; p. 35)

série de serviços ligados aos moradores do Frei Damião, que devido à falta de serviços públicos de saúde, educação e transportes, recorrem aos bairros próximos para tentativa de satisfação de tais necessidades.

A limitação das linhas de ônibus no Jardim Eldorado, que promovem deslocamentos dos residentes do bairro ao centro de Palhoça, dificulta ainda mais o acesso aos serviços públicos do município, como o comércio, bancos e outros serviços.

A limitação por parte dos moradores do Frei Damião torna-se ainda pior, pois, os mesmos têm que sistematicamente recorrer aos bairros próximos para atendimento destes serviços. Pois na comunidade não existe uma série de serviços públicos que possibilitem o pleno exercício da cidadania. Percebe-se uma relação contraditória na comunidade: O fato de existir fisicamente e socialmente, porém ainda sofrendo dificuldades de articulação política por conta da não legalidade de suas terras. O poder público quando atuam na comunidade o faz, geralmente por via de políticas de urbanização, mas, majoritariamente, acaba sendo englobada pelo Bairro do Brejarú.

O que ficou observado tanto nas visitas quanto na pesquisa do ICESP foi à baixa escolaridade de muitos dos moradores, tendo um grande número de analfabetos e semi-analfabetos. Alguns moradores, com cursos técnicos e uma melhor escolaridade (uma das lideranças locais é estudante de direito) possuem uma condição de vida um pouco melhor em questões de renda.

A qualificação profissional torna-se, portanto, uma grande barreira para a efetivação de emprego por parte dos moradores, possuindo uma grande demanda referente a estes cursos profissionalizantes, que ainda em pequena escala é desenvolvida por instituições públicas como o SENAI, ONGS, e Programas Federais (Consórcio Social da Juventude).

Muitos dos moradores são beneficiados por Programas Federais, como o Bolsa Família, o PETI

(Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), e algumas entidades não governamentais em conjunto com o poder público prestam assistência aos moradores, como é o Caso do CRASS (Centro de Referência a Assistência Social) o CADI (Centro de Assistência e Atendimento Integral), o Programa Saúde na Família via Posto de Saúde do Brejarú, a Associação Pro-Brejarú, a Caixa Econômica Federal, ONG's ligadas às questões de micro crédito e capacitação profissional. Porém a falta de instrução leva a um não conhecimento do funcionamento de certos federais como o Seguro Desemprego, o PIS e o FGTS, que possui pouca relevância e compreensão dos moradores.⁴⁷

O CADI-Palhoça (Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral) é uma organização não governamental que articula e desenvolve programas e projetos voltados ao desenvolvimento de comunidades em vulnerabilidade social, focando no atendimento às crianças, adolescentes e famílias, principalmente nas áreas de educação, saúde, infra-estrutura, acompanhamento familiar e projetos emergenciais.

Em 2001 a ONG começa a articular projeto que estivesse voltado ao atendimento de famílias moradoras na comunidade Frei Damião. De acordo com sítio da entidade as primeiras iniciativas foram para o reconhecimento das entidades e organizações presentes na localidade. Buscando estender ações e projetos e descobrir quais eram as lideranças locais e qual o seu comprometimento com as transformações que poderiam ajudar no desenvolvimento da Comunidade. Nesse processo foram organizados alguns projetos numa parceria entre a Primeira Igreja Batista Eldorado – PIBÉ e a Associação Comunitária Cidade Pedra Branca do Bairro Frei Damião.⁴⁸

⁴⁷ O anexo III ajuda na visualização e localização do Posto de Saúde, do CADI entre outros.

⁴⁸ <http://cadi-palhoca.org.br/novo/about/nossa-historia/> acessado em 15-07-2011.

De acordo com o sítio da instituição “em uma reunião histórica para a comunidade aconteceram grandes decisões com o objetivo de iniciar a transformação do Bairro Frei Damião.” Um importante acontecimento na comunidade foi à realização, em parceria com a Prefeitura Municipal e com apoio do Governo Estadual, na construção da creche e do posto de saúde. A Companhia de Habitação de Santa Catarina – COHAB fez a liberação da área verde para que os equipamentos comunitários fossem construídos no bairro, e a Câmara de Vereadores aprovou o Comodato da Área destinada para a construção do Centro de Múltiplo-Uso, o qual teve o início de sua construção, administrado pela PIBE em 2005.⁴⁹ As Imagens 9 e 10 mostram as construções.



IMAGEM 9 – CADI.

Fonte: Autor.

⁴⁹ Idem.



IMAGEM 10 – Posto de Saúde e Creche.

Fonte: Autor.

Este fato é marcante, pois a creche e o posto de saúde fornecem um pouco, mesmo que ainda precário, de serviços básicos aos moradores, o programa saúde na família realizado em parceria com o posto de saúde, auxilia no acompanhamento das famílias, porém, a dificuldade de obtenção de medicamentos, a falta de médicos e de ambulâncias, além da distância da comunidade com a rede hospitalar⁵⁰, não permite uma ação mais efetiva por parte dos agentes de saúde.

Tendo em vista o crescimento do Projeto como um todo e com o objetivo de garantir a eficiência das Ações no Bairro, decidiu-se organizar uma ONG que seria responsável pela implantação e gestão de todas as ações comunitárias desenvolvidas naquele local e das parcerias estabelecidas com órgãos governamentais.

Conforme assistente social da entidade, hoje o CADI atua na área da educação, com aproximadamente 150

⁵⁰ Cabe Lembrar que o município da Palhoça não tem Hospital, fazendo com que os moradores tenham que se deslocar até São José e Florianópolis para conseguirem atendimento.

crianças, que tem aulas de violão, artes, entre outros. Além da própria assistência familiar aos moradores, como a marcação e encaminhamento de consultas médicas e relação direta com o conselho tutelar.

Em uma das visitas, o que me chamou a atenção, foi uma mãe que não tinha nem identidade e não sabia ler e escrever, estava pedindo ajuda para a entidade, pois não conseguia trabalho e cogitava até mesmo entregar seus filhos à adoção.

O CRAS-Brejarú é outra entidade que atua na localidade. De acordo com o sitio do Ministério do Desenvolvimento Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRASS) é uma unidade pública estatal descentralizada da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O CRAS atua pelo Sistema Único de Assistência Social (Suas), dada sua capilaridade nos territórios e é responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica nas áreas de vulnerabilidade e risco social.⁵¹

A Associação Pró-Brejarú é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, de caráter educativo, beneficente e de assistência social, com sua administração formada por um núcleo gestor, diretoria e conselho fiscal. O Pró-Brejarú atua na tentativa de educar para conquista gradual da autonomia e plena cidadania de crianças, adolescentes, jovens e adultos, ampliando sua visão de mundo, para que possam atuar como agentes de transformação.

O Cras-Brejarú, o CADI e a Associação Pró-Brejarú e algumas lideranças locais como a Dona Olália, Presidente da Associação dos Moradores do Frei Damião ajudam na proposição do Fórum Permanente dos Moradores do Frei Damião, que há um ano ocorre mensalmente na comunidade.

⁵¹ <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras> acessado em 15-07-2011.

Outra ONG que indiretamente atua em parceria com outras entidades e com o poder público é o CENTRO CULTURAL ESCRAVA ANASTÁCIA. De acordo com o sítio da instituição, o CCEA foi fundado em sete de junho de 1994, na capela Nossa Senhora do Monte Serrat e o seu registro oficial em Cartório data de 25 de Maio de 1998. A partir do trabalho de um grupo da comunidade, que tinha como objetivo a educação e reunia representantes das seguintes entidades e instituições de caráter educacional: CEBEM Monte Serrat, Escola Básica Lucia Livramento Mayvorne, Creche Casulo LBA, Creche Monte Serrat, Grupo Pinheiro e Escola de Datilografia.

Os objetivos destas entidades centravam-se no fortalecimento das relações interpessoais, buscando estimular, intensificar e aperfeiçoar a reflexão e a participação na vida comunitária. O Centro Cultural foi projetado com a finalidade de abrigar projetos e atividades educativas para os moradores do Morro. A partir desta iniciativa desencadearam-se outros projetos articulados pelo CCEA como: Projeto Travessia, Movimento dos Trabalhadores Oriundos dos Quilombos e o Fórum do Maciço, todos tendo como foco a articulação de forças sociais e a constituição de redes. Esse processo possibilitou a existência do Aroeira – Consórcio Social da Juventude e os demais projetos com foco na geração de emprego e renda e inserção cidadã da juventude das periferias, que por outras entidades procuram fazer ações.⁵²

Constatou-se que muitos moradores não possuem documentos básicos, como registros civis e profissionais (RG, CPF, Título de Eleitor, Carteira de Trabalho) e até mesmo certidões de nascimento. Isso contribui ainda mais para dificuldade de obtenção de emprego e auxílio por parte do poder público, pois geralmente os programas sociais exigem uma série de documentos.

⁵² <http://ccea.org.br/blog/> acessado em 14-08-2011.

4.3 Pontos de estrangulamento:

A comunidade Frei Damião tem como ponto de estrangulamento a falta de infra-estrutura pública: calçadas, saneamento básico, pavimentação, escoamento de águas pluviais, a falta de coleta de lixo, entre outros, pontos que agravam o problema gerado com as enchentes. Este problema acarreta em má qualidade de vida, trazendo a comunidade diversos tipos de doenças, dificuldade na mobilidade urbana e segurança. Esta realidade será discutida a partir da perspectiva do problema do lixo, das enchentes e do saneamento básico, como segue.

4.3.1 O problema do lixo, das enchentes e do saneamento básico:

Em 1991 e 1995 os problemas relacionados às enchentes trouxeram grandes perdas aos moradores do bairro Jardim Eldorado que haviam construído casas com boa qualidade e devido ao medo de novas inundações, a área começou a se desvalorizar e possibilitando a acessibilidade da população de baixa renda.

Além do problema com as enchentes os moradores da região sofrem até hoje com problemas de infra-estrutura básica como: drenagem, pavimentação das ruas, saneamento básico, além dos problemas relacionados à violência urbana e doméstica.

A comunidade não é reconhecida oficialmente pelo poder público, portanto, grande parte de seus moradores não usufruem de serviços básicos públicos, como serviço de correio, água e esgoto, iluminação pública e privada, saneamento básico, transporte público, calçamento e asfalto. Este último inclusive é o que determina os limites entre o Brejarú e o Frei Damião, a Imagem 11 ilustra bem este limite.



IMAGEM 11 – Limites entre o Brejarú e Frei Damião. Fonte: Autor.

A história destes dois Bairros, o Jardim Eldorado e o Brejarú possuem forte ligação com a comunidade Frei Damião, pois o mesmo surge com o processo de expansão urbana do bairro e da Palhoça e historicamente abarca a comunidade frente ações do poder público.

Em relação à infra-estrutura urbana existe uma grande dificuldade de reivindicação por parte dos moradores, pois como os terrenos são de posse, mesmo existindo o comércio de terras, a falta de escritura, o não pagamento de IPTU, além de ligações clandestinas de água e luz, dificulta ainda mais o respaldo de suas reivindicações perante o poder público. Mesmo existindo cobrança de taxas de iluminação pública e de coleta de lixo em alguns estabelecimentos.

A Coleta de lixo na comunidade não existe, ficando restrita nas imediações, como no bairro Brejarú e no Jardim Eldorado. De acordo com relatos, anos atrás a localidade ainda sofria com o próprio despejo do lixo por parte dos órgãos responsáveis na localidade.

Muitas residências possuem água e luz de maneira clandestina, os famosos “gatos”, mesmo possuindo água

encanada em boa parte das residências, a condição é agravada pela falta de caixas de água e a própria dificuldade de abastecimento por parte da CASAN.

A falta de saneamento básico consiste em grande problema para os moradores, os mesmos não usufruem de esgoto, fossas e até mesmo banheiros, tendo seus dejetos lançados diretamente nas ruas e valas abertas pelos próprios moradores para melhor escoar as águas das chuvas, a Imagem 12 mostra uma das valas abertas pelos moradores.



IMAGEM 12 – Valas Abertas pelos Moradores.

Fonte: Autor.

A falta de saneamento constitui em um grande problema, agravado ainda mais pelas chuvas, pois como já analisado, a área é de fácil inundação, devido às características físicas e a falta de infra-estrutura básica para escoamento da água. Isto se torna um problema maior, pois com o alagamento da região, o lixo e o esgoto das casas se misturam, piorando ainda mais as questões de higiene dos moradores, resultando em sérios problemas referentes às doenças, como a incidência de leptospirose, doenças cutâneas, sarnas, além de doenças respiratórias.

A falta de calçamento piora ainda mais a condição, pois a lama misturada com o lixo e o esgoto das casas se confunde com o quintal destas, sendo os mesmos lugares de diversão das crianças (Ver Imagem 13).



IMAGEM 13 – Fundo da casa de um morador.

FONTE: Autor

A maior parte das ruas foi aberta pelos próprios moradores, havendo pouca conexão entre as mesmas, formando vielas e becos sem saída em boa parte das localidades. As habitações normalmente são próximas umas das outras e poucas possuem cercas delimitando a área do terreno.

Existe uma grande quantidade de animais como cavalos, cachorros, gatos e galinhas que circulam e convivem com os moradores. Não recebem os cuidados necessários, muito em função de limitações de renda. O contato com os animais sujeita os moradores à doenças e contribuem ainda mais, espalhando sujeira quando vasculham os lixos na busca de alimentos.

A grande quantidade de cavalos se da também pela necessidade dos trabalhadores, pois além de servir como

meio de transporte⁵³, são instrumentos de trabalho para os catadores de lixo que saem pelas ruas do município para coleta de lixo (Ver Imagem 14).



IMAGEM 14 – Animais na Comunidade.

Fonte: autor

O transporte individual como carros e motos servem também como meio de transporte para alguns moradores, talvez aqueles que possuam um emprego fixo melhor, e donos dos estabelecimentos comerciais.

O serviço de ônibus é considerado caro pela comunidade e são disponibilizadas poucas linhas pelo Jardim Eldorado, além da grande distância dos pontos de ônibus das residências, que ainda possuem dificuldades de acesso devido à precariedade das ruas, na sua maioria, cobertas de lama e buracos. Pelos relatos dos moradores, em dias com muita chuva torna-se inviável o deslocamento nestas ruas, impossibilitando até mesmo as visitas de acompanhamento

⁵³ Não há transporte público na comunidade, além do alto custo das linhas de ônibus das regiões próximas.

por parte dos agentes de saúde do programa Saúde na Família, realizado pelo posto de saúde.

Durante as visitas aos moradores pode-se observar as dificuldades destes em trabalhar devido à problemas relacionados à locomoção, pois alguns destes moradores encontram-se bastante doentes. Em conversa com dois moradores de mais idade (50 ou 60 anos), ambos encontravam dificuldade de locomoção em decorrência de gangrena nas pernas, provavelmente resultado de problemas de circulação. Não conseguiam atendimento médico, pois no posto de saúde consta apenas um médico, que não está lá diariamente. Há ainda a dificuldade de acesso a hospitais em Florianópolis e São José, lembrando que na própria Palhoça não existe Hospital Público e dificilmente uma unidade do SAMU vai até a localidade. A falta de ambulância para traslado dos doentes dificulta ainda mais o atendimento a estas pessoas, que por não possuírem assistência e previdência social esbarram na impossibilidade de obtenção de alguma renda, pois a mesma, era resultado de trabalho autônomo, ou como catadores de lixo ou como pequenos produtores de alimento.

De acordo com o Levantamento do ICESP (2002) as doenças mais citadas são referentes ao coração, ao fígado, rins, há incidência de malária, osteoporose, aneurisma cerebral, herpes bucal e AIDS. Segundo levantamento da época, duas famílias inteiras eram portadoras do HIV e não recebiam nenhum tipo de assistência oficial.

O posto de saúde não consegue dar conta da demanda, mesmo possuindo agentes de saúde que acompanham as famílias, a cobertura fica difícil por falta de estrutura física e humana, faltam médicos, dentistas, além de remédios e pouca interatividade com o sistema de saúde regional e o próprio Sistema Único de Saúde.

Os problemas com a falta de infra-estrutura urbana na comunidade pode possuir forte relação com o período de crise na economia brasileira marcado pela virada da década de 1980 para 1990, do qual as políticas de estado vinham

com viés determinada pelo FMI, que possui como principal diretriz a austeridade fiscal dos governos de estado, através de cortes com gastos do governo.

A idealização de abertura econômica com viés de políticas de privatização pode ter estreita relação com o que Rangel (1985, p. 704) discute em sua obra “Economia: Milagre e Anti-milagre.” Do qual conta que o “esforço do estado para captar esses excedentes e orientá-los para as áreas onde se ponham em evidencia os estrangulamentos, submete as finanças do estado a uma tensão acima de suas forças.” O autor enfatiza ainda que a superação da crise financeira costuma tomar forma em uma distribuição das atividades econômicas entre os setores privados e públicos.

A luta entre os privatistas e os estadistas, sempre latente assume formas agudas. E, como sempre acontece cada um dos partidos reveste suas reivindicações específicas com brilhantes véus ideológicos.

Os privatistas justificam suas reivindicações específicas como uma luta pelo capitalismo - não, por certo, o capitalismo real que, nas condições da crise, assume formas indefensáveis – mas um capitalismo idealizado, não raro, com conceitos pescados na Riqueza das Nações de Adam Smith. Por seu lado, os estadistas, extrapolando ingenuamente as tendências da estatização, julgam estar nada menos do que partindo para a construção do socialismo ao defender seus programas com conceitos hauridos, afinal, em o Capital de Karl Marx.

O importante está na compreensão da realidade local que transcende uma discussão ideológica. Porque, como Rangel destaca, a luta concreta gira em torno de problemas

decorrentes do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, que sua trajetória já seria em tempo de ser melhor compreendida. Os problemas com a falta de infra-estrutura básica na comunidade pode ser resultado de uma falta de política pública eficaz dos órgãos de planejamento da região no período em que a comunidade começou a se formar e a se desenvolver.

A comunidade surgiu na época em que o Brasil passava por um período de crise econômica, na virada dos anos de 1980 para os anos 1990. Período em que a política de privatização tomou conta das reformas estatais do Brasil. A medida de Estado no período resulta em políticas pautadas pelo processo de grande abertura econômica, aliadas ao de políticas de privatizações, como mecanismo de atender a idéia de austeridade fiscal impostas pelo FMI. O que de maneira simples pode-se fazer relação como condicionante para a falta de apoio do poder público para com infra-estruturas da comunidade. Pois como já destacado a cartilha do FMI seguida pelos formuladores de políticas de estado preza pela redução dos gastos do governo em detrimento do aumento no que é tradicionalmente conhecido como gastos em investimento.

A falta de infra-estrutura urbana, a dificuldade de obtenção de emprego e a questão da habitação tornam-se importantes aspectos condicionantes para a situação de vulnerabilidade social dos moradores da comunidade.

4.3.2 O problema da habitação:

As unidades habitacionais são em sua maioria de pequeno porte, abarcando grande número de pessoas de uma mesma família e até mais de uma por habitação. Nem todas as residências possuem banheiro, e quando possuem, muitas vezes são latrinas em área externa, sem encanamento e fossa adequada, a Imagem 15 ilustra bem o fato. O banheiro foi construído posteriormente, no lado externo da residência.



IMAGEM 15 – Latrina de uma residência.

Fonte: Autor.

Alguns imóveis são destinados a atividades produtivas como o pequeno comércio, mercados, prestação de serviços (borracharia, cabeleleiro, costura, conserto de Bicicleta, entre outros) e atividades ligadas à coleta de lixo. Existem ainda na comunidade alguns empreendimentos privados de coleta e separação de lixo e algumas poucas cooperativas no mesmo setor.

A virada do milênio trouxe mais uma dor de cabeça aos moradores da comunidade, o medo constante da perda de suas residências devido ao conflito constante com a legalidade das terras ocupadas. O conflito permanente com o poder público estadual e municipal, além de conflito de interesses com os empreendimentos privados, tanto do ramo industrial quanto da construção civil, torna-se ponto que merece muita atenção dos diferentes atores políticos, econômicos e sociais. A valorização imobiliária da região próxima a comunidade, que nos últimos anos foi alvo de grandes investimentos públicos e privados, que surgiram como determinante para o processo de expansão econômica na região. A instalação da área industrial e de grandes

condomínios residenciais de alto padrão são exemplos deste processo, como é o caso da Cidade Universitária Pedra Branca.

A Cidade Universitária Pedra Branca começou a ser desenvolvida no ano de 1997 onde, de acordo com o próprio sitio do empreendimento⁵⁴, as terras que compõem o maior empreendimento faziam parte de uma grande fazenda destinada à atividade agropecuária.

O processo de valorização da região devido ao próprio ciclo de expansão local teve a Unisul como importante determinante. O empreendimento, portanto, consolida-se e ocorre a implantação do projeto de urbanização nos mais de 250 hectares disponíveis de acordo com o próprio empreendimento.

Em confluência com estes acontecimentos e da própria necessidade de uma empresa âncora para dar início ao projeto e, ao mesmo tempo, tendo o fato de que a Unisul procurava um local para instalar seu novo campus em Florianópolis, foi realizada uma parceria entre o empreendimento e a universidade, através da qual, a Unisul ganhou o terreno para implantar o Campus Pedra Branca. Encontrou-se assim a oportunidade necessária para viabilização e execução da obra.

A execução da obra teve grande apoio da prefeitura da Palhoça - SC. Do qual se apoiaram na **Lei de Incentivo da Palhoça**, que de acordo com o próprio sitio do empreendimento⁵⁵ possui como objetivo gerar novos investimentos e criar novos postos de trabalho. A Prefeitura Municipal de Palhoça instituiu o PRODEP (Programa de Fomento Econômico e de Incentivos Fiscais) para empresas do município através da Lei 2460, de 25 de outubro de 2006, que prevê entre outros benefícios:

⁵⁴ <http://www.cidadepedrabranca.com.br/historico.html> acessado em 04/07/2011.

⁵⁵ Idem

- Concessão de crédito de fomento sobre mão-de-obra contratada em novos estabelecimentos;
- Concessão de crédito de fomento sobre novos investimentos realizados em novos estabelecimentos;
- Isenção de IPTU em relação ao montante acrescido ao imposto em função de novos investimentos realizados;
- Isenção do ITBI em relação ao montante acrescido ao imposto em função de novos investimentos realizados;
- Redução em 60% do ISS relacionado aos novos estabelecimentos.

Para verificação completa da Lei de Incentivo da Palhoça vide anexo V.

Ao compreendermos um pouco a dinâmica de ocupação das redondezas, pode-se identificar que muitos dos conflitos ligados a terra por parte dos moradores esteja relacionado ao antigo conflito de classes sociais. O bolsão de pobreza estabelecido na região encontrasse bem no centro de uma área que se valoriza cada vez mais, com grande peso em relação aos grandes empreendimentos privados que se estabelecem na região. No Anexo III o mapa apresentado possibilita a visualização da localização geográfica das duas áreas (Frei Damião e Pedra Branca).

O poder público municipal e estadual não consegue conter o crescimento da comunidade pela própria dinâmica urbana capitalista que dentro do discurso pautado no desenvolvimento esbarra no que Celso Furtado (2009) apresenta sobre o processo de subdesenvolvimento⁵⁶. Se fizermos uma análise correspondente com o exército industrial de reserva mostrado por Marx, podemos compreender um pouco mais a idéia da percepção do subdesenvolvimento ter como causa e consequência às condições para o desenvolvimento capitalista. Este ponto de reflexão é importante, pois o discurso do desenvolvimento

⁵⁶ “Podemos definir uma estrutura como aquela em que a plena utilização do capital não é condição suficiente para a completa absorção da força de trabalho, no nível de produtividade correspondente à tecnologia que prevalece no setor dinâmico do sistema”. (FURTADO 2009, p. 173)

está presente constantemente no debate econômico em todas as escalas. Ou seja, a pobreza torna-se estrutural dentro do modo de produção capitalista.

Isso pode ser mais bem exemplificado ao analisar trecho retirado do sítio do empreendimento imobiliário Cidade Pedra Branca⁵⁷:

Após mais de 10 anos, a Cidade Universitária Pedra Branca, defende o conceito de Urbanismo Sustentável integrando uma preocupação com os pedestres, com as construções sustentáveis e a qualidade dos espaços públicos, além de toda uma infraestrutura de alta performance desenvolvida para as áreas de tecnologia e saúde. Silvia Lenzi arquiteta e consultora do empreendimento conclui que a cidade “apresenta um grande potencial para se tornar uma centralidade urbana de primeira grandeza, por estar localizada na região litorânea de Santa Catarina, onde se encontram as maiores densidades populacionais do Estado.

Estes aspectos foram abordados para melhor compreender o problema, pois o que ficou claro nas visitas as famílias foi à grande preocupação de não terem mais um teto para morar. Matérias veiculadas nos meios de comunicação mostram o histórico problema de demolição de casas na comunidade, acentuando ainda mais a situação de vulnerabilidade social, ligados a precariedade e falta de moradia e ao constante medo de perda de sua residência.

Em matéria publicada no sítio “Notícias do Dia” do portal R7⁵⁸ em 10-05-2011 sob o título de: **Casas são**

⁵⁷ <http://www.cidadepedrabranca.com.br/historico.html>. acessado em 04/07/2011.

⁵⁸ <http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/casas-sao-demolidas-no-frei-damiao-em-palhoca.html> acessado em 03/07/2011.

demolidas no Frei Damião, em Palhoça, construídas em terrenos da Prefeitura Municipal, duas casas foram demolidas na tarde desta terça-feira, evidencia o constante problema na comunidade.

De acordo com a matéria duas famílias tentaram voltar para casa na tarde de terça-feira, dia 10-05-2011, mas no lugar de suas moradias encontraram uma pilha de entulhos. O fato ocorreu, na Rua Pascoal Mazzilli, uma das poucas ruas com denominação. De acordo com a matéria, também com o Fórum dos Moradores e a Associação de Moradores do local, nenhum dos moradores foi informado sobre a demolição, ordenada pela Procuradoria Geral do Município de Palhoça.

Ainda de acordo com matéria, o procurador do município, Ezair Meurer, esclarece que a área onde estavam às casas será utilizada para as obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

O que fica evidente nas visitas a campo é que existe uma grande descrença dos moradores perante o poder público, pois os mesmos não são vistos com muito agrado, pois na maioria das vezes, as ações públicas aparecem em conjunto com a força policial, para demolição de casas. Um relato me pareceu muito curioso, no qual um morador, em desabafo em relação às demolições, observou que a maioria das casas demolidas estão em terrenos já aterrados, pois como já abordado na pesquisa, à área é composta por áreas de banhados e de fácil inundação e somente algumas casas e locais foram aterrados pelos próprios moradores afim de minimização dos riscos ligados aos alagamentos provenientes das chuvas.

Talvez a grande preocupação dos outros moradores seja que o caso se repita com outras casas, afinal, a ação foi feita sem data marcada e sem aviso prévio.

A guisa de conclusão do capítulo, observa-se que a formação da comunidade Frei Damião surge como consequência do processo de expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis. O fluxo migratório para os

grandes centros urbanos, surge, geralmente da necessidade de busca de melhores condições de emprego e de vida. Contudo, muitas vezes o sonho de uma vida melhor esbarra em serias limitações de obtenção de emprego e renda, condições essenciais para o alcance pleno de cidadania. A Falta de assistência pública e principalmente os interesses econômicos atuantes dentro do Estado, por muito não conseguem atender determinadas necessidades sociais (Educação, Saúde, Emprego, Habitação, entre outros) e quando não se tornam objetos de discriminação social pela localização de suas moradias, o que dificulta ainda mais uma busca de melhores condições de vida dos seus moradores.

Os problemas relacionados à falta de emprego, de saneamento básico, de mobilidade urbana, calçamentos, pavimentação, educação, iluminação, saúde, violência, enchentes, lixo, entre outras condiciona a uma maior dificuldade de desenvolvimento da comunidade, a falta de políticas públicas e muitos casos a própria ação repressora do estado, piora ainda mais a situação dos moradores da comunidade. A condição de empobrecimento pode ser comprovada pelo conjunto de determinantes apresentados e a necessidade de reflexão sobre políticas públicas e principalmente no debate sobre a cidadania, os deveres e direitos dos cidadãos e do Estado que serão melhor trabalhados no capítulo a seguir, que servirá como momento de reflexão e de conclusão da pesquisa.

5. CONCLUSÃO:

No presente trabalho buscou-se analisar e compreender o processo de urbanização da Região Metropolitana da Grande Florianópolis. O que se observou foi que as relações de produção pré-determinadas pelos interesses locais constituíram-se como forte determinante para a organização espacial e a expansão urbana da região Metropolitana de Florianópolis.

A realização da análise foi feita através de estudos teóricos das obras de diversos autores, estudos estes que levaram a identificação da ocorrência de quatro diferentes urbanizações da localidade em questão. As três primeiras têm aporte teórico no trabalho realizado por José Messias Bastos e, a última, nos trabalhos de Edson Telê Campos e Maria Inês Sugai. Contudo, apesar destes autores terem determinado em seus trabalhos períodos de urbanização, a presente pesquisa reorganizou estes períodos, fazendo uma nova separação cronológica da urbanização da região da Grande Florianópolis.

A primeira urbanização ficou marcada pela ascensão da pequena produção mercantil açoriana em conjunto com a política de colonização do território tanto brasileiro quanto da ilha de Santa Catarina. A expansão urbana ainda está em germe e surge relacionada com o processo de industrialização em escala mundial, que tem o território brasileiro como instrumento importante para expansão industrial européia. A segunda urbanização é compreendida pelo período histórico marcado pelo momento em que Florianópolis se estabelece como praça comercial importadora e surge como característica importante para organização espacial urbana da região metropolitana. A terceira urbanização é caracterizada pela inserção do capital catarinense no contexto do capital industrial brasileiro que contribui diretamente para o avanço da dinâmica de expansão da região metropolitana e transforma radicalmente a cidade. A quarta urbanização compreende a urbanização

contemporânea da região, a qual foi dividida em duas fases distintas onde a primeira consiste no processo de grande transformação da estrutura e da forma da cidade, a qual constrói base para a segunda fase que está relacionada à grande explosão demográfica e urbana da região.

Além desta discussão, o trabalho buscou analisar a formação social e espacial da comunidade Frei Damião. Este trabalho foi realizado através de estudos teóricos, visitas à campo, confecção de mapas de localização, análise geomorfológica, formação e evolução histórica, social e econômica e identificação dos pontos do estrangulamento e de infra-estrutura da comunidade.

Nos estudos teóricos chegou-se a conclusão de que a comunidade do estudo de caso não possui condições de cidadania e sua pobreza está condicionada a falta de emprego e renda, falta de saneamento básico, falta de educação formal, falta de segurança pública, entre outros fatores que estão ligados ao direcionamento dado pelo Banco Mundial sobre políticas de combate a pobreza a partir das multi-dimensões, que consistem nos aspectos políticos, econômicos e sociais.

As visitas a campo, as quais englobam a elaboração de mapas de localização e a obtenção de imagens locais, foram realizadas no período de maio, junho, julho e agosto de 2011. Nestas o pesquisador participou de diferentes Fóruns de moradores e fez visitas às famílias do local, isso com o auxílio da agente de saúde da comunidade que mostrou diferentes aspectos locais que levaram a conversas e relatos sobre a atuação do poder público e os problemas enfrentados pelos moradores.

De forma geral o presente trabalho atendeu os objetivos gerais e específicos propostos ao início da pesquisa. Assim, acredita-se que se possa colaborar para com a comunidade em questão, e para a região da Grande Florianópolis, através de diagnóstico local, podendo auxiliar na formulação de políticas públicas que possam melhorar as condições de cidadania dos moradores da região em geral. O

trabalho contribui ainda como base de pesquisa para outras pesquisas que englobem estes aspectos.

A volatilidade dos moradores da comunidade e a falta de outras pesquisas e dados concretos sobre a localidade fez com que os dados coletados para o presente trabalho sejam limitados, o que se constitui um ponto negativo. No entanto, a escolha do objeto e do estudo de caso veio fato do desconhecimento e pela falta de informação sobre a formação social do local. Não se deu ênfase na formulação de dados quantitativos dos habitantes e das faltas para estes, mas sim se buscou focar na formação social e procurar evidenciar a existência de sérios problemas na região, os quais devem ser melhorados com urgência.

O que se está tentando dizer é que, independente da formação, da localização, da condição financeira e de outros aspectos inerentes a uma classe social, as políticas públicas podem atingir outro modelo de atuação que, ao invés de visar o modelo econômico, vise o lado mais humano, através de políticas pautadas pela perspectiva do modelo de cidadania. Deve se levar em questão que são pessoas que lá estão e o Estado deve prover condições de cidadania mínimas para estas.

Na seqüência, apresenta-se uma reflexão sobre o trabalho de Milton Santos “O espaço do cidadão” e, esta reflexão serve como guisa de conclusão para a melhor compreensão da idéia apresentada no presente trabalho.

5.1 Uma questão de cidadania – um diálogo com Milton Santos.

De fato, se desejarmos escapar a crença de que esse mundo assim apresentado é verdadeiro, e não queremos admitir a permanência de sua percepção enganosa, devemos considerar a existência de pelo menos

três mundos num só. O primeiro seria o mundo tal como nos fazem vê-lo: a globalização como fábula; o segundo seria o mundo tal como ele é: a globalização como perversidade; e o terceiro, o mundo como ele pode ser: uma outra globalização (SANTOS, 2002, P.18).

As considerações e análises finais da pesquisa serão realizadas através de uma reflexão da obra “Espaço do Cidadão” de Milton Santos, concomitante, a reflexão surge com o debate da cidadania enquanto conceito e modelo político de compreensão dos problemas urbanos apresentados no estudo de caso.

Para isso a análise do processo de expansão da Região Metropolitana de Florianópolis e a Formação Social da Comunidade Frei Damião entram no contexto com efeito de conclusão do Trabalho, pois como Milton Santos (1998, p. 113) afirma:

Uma política efetivamente redistributiva visando a que as pessoas não sejam discriminadas em função do lugar onde vivem, não pode, pois, prescindir do componente territorial. É a partir dessa constatação que se deveria estabelecer como dever legal e mesmo constitucional uma autêntica instrumentação do território que a todos atribua, como direito indiscutível, todas aquelas prestações sociais indispensáveis a uma vida decente e que não podem ser objeto de compra e venda no mercado, mas constituem um dever impostergável da sociedade como um todo e, neste caso, do Estado.

O ambiente urbano é um mundo criado pelo homem, ele surge da vivência intelectual, cultural, econômica, política e social. Adquire a forma física pela materialização do processo de construção da cidade. A cidade e o ambiente urbano representam à tentativa de refazer o mundo em que vive da forma e do jeito de seus próprios desejos. Portanto o homem ao construir a cidade está de alguma forma refazendo e reproduzindo a si mesmo.

Torna-se importante a compreensão do mundo tal qual ele é de fato, verificar os processos reais que determinam a realidade concreta das organizações e formações espaciais. Milton Santos (2002) faz importante observação do processo de globalização contemporânea, tendo as diferentes escalas, importantes condicionantes para os ajustes espaciais do território.

David Harvey (2006, p. 190) expõe que para alimentar o monstro do centro da cidade, a política de estado torna-se compensadora de cada leva de investimento público e que posteriormente se faz necessário mais uma leva de investimentos:

A parceria entre o poder público e a iniciativa privada significa que o poder público entra com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros. Os cidadãos ficam à espera de benefícios que nunca chegam. Vários dos projetos públicos malogram, e um complexo de prédios para pessoas de alta renda [...]

Para compreendermos a percepção dos ajustes espaciais dentro do espaço urbano, Harvey (2006, p. 40) explicita bem a questão da acumulação do capital como uma questão profundamente geográfica:

Sem as possibilidades inerentes à expansão geográfica, à reorganização espacial e ao desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo há muito teria cessado de funcionar como sistema econômico-político. Essa perpétua realização do que chamei de alhures de “ajuste espacial” das contradições internas do capital, associada com uma inserção desigual dos diferentes territórios e das formações sociais no mercado mundial capitalista, criou uma geografia histórica global de acumulação do capital cujo caráter precisa ser bem entendido.

O anexo III procura evidenciar melhor este processo, mesmo em localidades próximas geograficamente, o tratamento relacionado aos investimentos tanto público quanto privado, provocam uma série de conseqüências na organização espacial dos territórios em questão. As infra-estruturas urbanas acentuam ainda mais as desigualdades no desenvolvimento da região apresentada. Nas duas localidades (Pedra Branca e Frei Damião) ficam evidenciados os desenvolvimentos geográficos desiguais, sistematizados por Harvey (2006), das localidades, mesmo ambas se inserindo dentro de um mesmo sistema urbano, ou seja, possuindo atividades econômicas, culturais, políticas e sociais em diferentes estágios de desenvolvimento e da estrutura urbana.

Por conseguinte, as buscas por novos mercados propiciam as expansões territoriais que surgem como importantes fatores de transformação do espaço urbano, através da criação e recriação de suas relações produtivas e sociais. Dessa forma, como conseqüência, ocasiona impactos transformadores do espaço. Harvey (2004, p.47) reforça essa teoria quando afirma que:

Os novos mercados e os novos campos para a indústria, que Hegel considerava vitais, só podem ser conquistados pela recriação de relações capitalistas e do poder associado de se apropriar do trabalho alheio.

A expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis consiste em um processo real e concreto, da qual as transformações e os ajustes espaciais historicamente foram construídos para atenderem os diferentes interesses econômicos e políticos, o que de certa forma reflete a estrutura sistematizada pelo modelo capitalista de produção e pelos agentes que direcionam investimentos.

Por isso qualquer processo de expansão do espaço urbano inserido no modo de produção capitalista terá uma série de determinantes históricos que ajudam na compreensão e apropriação desigual dos territórios, pois como já destacado na pesquisa, o modo de produção consiste em uma possibilidade de realização, tendo uma lei geral e sistematizada pelo processo produtivo. Contudo, Santos esclarece bem quando confirma a idéia da formação social enquanto uma possibilidade realizada, ou seja, não existe lei geral para as formações sociais. Estas categorias acima apresentadas são importantes, pois durante a pesquisa sobre os determinantes para a expansão urbana e a formação social da comunidade Frei Damião, revela-se uma série de contradições inerentes ao modo de produção.

A economia espacial está sujeita a mudanças decorrentes de sua busca pelo crescimento. A circulação de bens e serviços, a movimentação de indivíduos e a circulação de investimentos, dinheiro e crédito, implicam na construção do urbanismo advindos da concentração geográfica de um produto social excedente. As cidades dependem amplamente de sua localização e do processo de circulação de seu excedente, por isso as variações e o grau quantitativo do total do excedente de uma cidade afetam seus

atributos qualitativos. As inovações tecnológicas, tanto na área de equipamentos quanto no aspecto de gestão, proporciona à cidade uma mudança mais rápida na circulação do seu excedente e conseqüentemente no crescimento do seu espaço urbano.

A relação interligada da cidade e do cidadão acaba por reproduzir uma geografia específica da cidade. No momento em que a cidade desponta como um lugar de pontencialização das polaridades construídas pela base de produção da sociedade que vive naquele espaço. Surgem dessa forma contrastes e contradições, providas da própria polarização entre as imagens positivas e negativas na formação da geografia urbana da cidade. A cidade se torna o lugar, como Harvey (2004, p.209) definiu, do “estranho anônimo”, da subclasse, da poluição, das diferenças sexuais, culturais e sociais. A cidade e o cidadão são compostos da imaginação pública politicamente oposta por interesses distintos dos seus indivíduos.

O que deve ficar claro, como efeito de compreensão do processo de expansão urbana da Região Metropolitana de Florianópolis, são os ajustes espaciais e a organização espacial do espaço urbano como mecanismo de facilitação de acumulação capitalista. As diferentes fases da expansão mostram que o espaço urbano o tempo todo se ajusta. Não há necessidade de um contingente populacional, mas é necessária a apropriação dos espaços e a organização do mesmo. Esta organização tem uma lógica imposta, e condiciona uma série de investimentos públicos em determinadas localidades, em detrimento de outras áreas que, por diferentes motivos, tornam-se privados de acesso a uma gama de serviços essenciais para o desenvolvimento pessoal, profissional e social dos indivíduos.

A organização territorial derivada de órgão de planejamento e a adoção de políticas econômicas de cunhagem ideológica transformaram o que Santos (1998, p.4) enfatizou, quando cita o processo que transforma a economia em a “técnica das técnicas” e o modelo a

referência maior de uma elaboração intelectual, destinada a se tornar concreto histórico e vivido.

Por isso a compreensão do movimento social, ou o equacionamento intelectual das intervenções urbanas pelo planejamento e ações cotidianas do poder público, ganha como referência maior as necessidades econômicas. Santos (1998, p. 4) destaca que as chamadas necessidades econômicas consistem em abandono de toda a preocupação teleológica, e consiste ainda em valorizar um pragmatismo que atribui o comando, sem base filosófica, da vida social aos instrumentos e a sua utilização racional em nome do lucro.

A partir da idéia de infalibilidade da ciência como fator decisivo da atividade produtiva em nossos dias, a ciência da economia se viu atribuir uma aura mística por conferir credibilidade, através de uma formulação teórica, a práticas mercantis com diverso conteúdo moral.

A construção da idéia, apresentada por Milton Santos, de um modelo cívico, inclui um novo tipo de preocupação do planejamento urbano. A construção de um modelo cívico autônomo e não subordinado ao modelo econômico, como o que a Região Metropolitana de Florianópolis e de forma geral os espaços urbanos foram condicionados, consiste na implantação de uma democracia verdadeira, que pressupõe um modelo econômico que se subordina ao modelo cívico. Portanto “Devemos partir do cidadão para a economia e não da economia para o cidadão” (SANTOS, 1998, p. 5)

Para o autor este modelo cívico forma-se de dois componentes essenciais que é a cultura e o território. A construção do componente cívico supõe a idéia de civilização que se quer, o modo de vida que a sociedade

deseja para todos e uma visão comum do mundo e da sociedade. O indivíduo atua enquanto ser social e a partir das suas regras de convivência. Por isso ele enfatiza que “Quando aceitamos que sejam pagos salários de fome a uma boa parte da população, é certo que estamos longe de possuir uma verdadeira cultura.” (SANTOS, 1998, p.5)

O que se observa na análise da comunidade estudada está principalmente na degradação do trabalho, ou até mesmo do não trabalho, a falta de uma série de recursos materiais e imateriais (Educação, alimento, saneamento, renda, entre outros) torna-se grande empecilho para o próprio desenvolvimento local. O que se observa é que uma parcela dos moradores trabalha na construção civil, outra como vigilantes, com o pequeno comércio, com a informalidade, e até mesmo com atividades consideradas ilegais. Pode-se fazer direta relação com o circuito inferior⁵⁹ apresentado por Milton Santos (2008), do sistema urbano que geralmente possui suas atividades relacionadas à economia da pobreza, como é o caso da comunidade estudada.

Contudo o componente territorial supõe a instrumentação do território, possibilitando que todos os habitantes possam usufruir daqueles bens e serviços indispensáveis para sobrevivência e crescimento pessoal e profissional, não importando a onde esteja localizada aquela pessoa ou um grupo de pessoas. Deve se buscar instrumentos que assegurem a adequada gestão do território e que este seja proveniente de distribuição geral dos bens e serviços públicos nos diferentes níveis da demanda social.

⁵⁹ Para melhor apreender a variedade das situações das cidades do Terceiro Mundo, preferimos chamar esses dois circuitos da economia urbana de “circuito superior” e “circuito inferior” [...]; Simplificando, pode-se apresentar o circuito superior como constituído pelos bancos, comércio e indústrias de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores. O circuito inferior é constituído essencialmente por formas de fabricação não-“capital intensivo”, pelos serviços não modernos fornecidos “a varejo” e pelo comércio não moderno e de pequena dimensão. (SANTOS, 2008, p. 39,40)

O que se observa no processo de expansão urbana da Região Metropolitana e o caso da comunidade Frei Damião está na relação desigual de apropriação e consumo dos serviços e bens essenciais para o desenvolvimento de um indivíduo e de uma sociedade determinada. A localização de determinadas estruturas e instituições públicas e privadas seguiram um modelo determinado por agentes com forte poder econômico e político, isso facilmente visto em todas as fases da expansão estudada.

A partir desta idéia, Santos fala da construção de um modelo cívico-territorial. A organização e a gestão do espaço são instrumentos para uma política efetivamente redistributiva, que tende a atribuição de justiça social para a totalidade da população, não importando, essencialmente, onde este indivíduo esteja localizado. “A plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar” (SANTOS 1998, p.6).

O autor ajuda na construção da idéia de que o modelo cívico deva resultar de um quadro de vida, material e não-material, que concomitantemente inclua economia e cultura. O território possui papel ativo e deve ser considerado como fator e não exclusivamente como puro reflexo da sociedade. Pois para Santos é no território que a cidadania se dá tal como ela é nos dias de hoje, ou seja, incompleta. Portanto as mudanças no uso e na gestão do território tornam-se essenciais para a construção de um novo tipo de cidadania, que constitui o respeito à cultura e como, fundamentalmente, a busca da liberdade.

No instante em que a distribuição desigual de recursos ocorre na sociedade, esse tipo de formação pode induzir a uma nova organização da sociedade, conflitando com soberania nacional de estado e estabelecendo um controle sobre uma camada da sociedade. Isso pode trazer graves conseqüências para o desenvolvimento das cidades, pois como já observado em muitas cidades do mundo e do Brasil, atividades criminais dominam bairros e comunidades

e determinam à nova ordem, atuando de forma violenta e intimidadora sobre os cidadãos que vivem na determinada área da cidade.

Trabalhar no processo distributivo de renda e desenvolver alternativas que possibilitem aos indivíduos terem a possibilidade de escolha, que não seja a criminalidade como sua fonte principal de renda, são medidas e aspectos cruciais no planejamento da cidade.

A formação de grupos coesos e fortes, com uma identidade bem definida, se torna um importante instrumento na construção dessa organização territorial. David Harvey (1980, p.76) afirma que a ação pública deve ser proposta de modo a ser reativa a dinâmica do sistema urbano. Portanto o fortalecimento de organizações territoriais surge como uma maneira de potencializar o poder político em determinadas comunidades e assim fortalecer o poder político dos mesmos. Claro que isso não é tão simplista, pois envolve forças das elites que estão interessados na manutenção ou até mesmo na deteriorização de determinadas relações econômicas e sociais existentes em alguns espaços do sistema urbano.

A atuação de ONG's como o CADI e a Associação Pró-Brejaru são exemplos de atuação que permitem um alento para o desenvolvimento local da comunidade, pois promovem uma série de ações que buscam inserir os moradores dentro deste modelo cívico. Por isso, as diversas instâncias de Estado devem o tempo todo permitir e construir ações que desenvolvam não somente a inserção produtiva dentro de uma estrutura burocrática, mas disponibilizar uma série de recursos que permitam aos indivíduos uma melhor condição de vida e assegurem a sobrevivência e a liberdade dos mesmos.

A educação formal, a segurança pública, o sistema de saúde, a infra-estrutura urbana, como calçamentos, canais de drenagem, iluminação, coleta de lixo, serviços de correio, acesso a rede de abastecimento de água e esgoto e acesso ao

transporte público, são algumas destas ações que poderiam melhorar as condições de vida destes habitantes.

Concomitantes a estas ações, programas que assegurem inserção no mercado de trabalho, a formação profissional, o incentivo a outras formas de produção, são algumas ações que podem possibilitar obtenção de alguma renda que permita um melhor acesso aos recursos fundamentais.

Estas ações devem sempre ser conjuntas, para que as melhorias nas infra-estruturas urbanas da comunidade não resultem em mais um processo de marginalização destes moradores, devido à valorização e a especulação imobiliária de mercantilização das terras, e acabem por mais uma vez expulsar os moradores atuais e afastá-los ainda mais dos centros que concentram o emprego, os serviços e os bens essenciais.

O espaço urbano vivido consagra desigualdades e injustiças e resulta o que Milton Santos define como um “Espaço Sem cidadãos”. Fica fácil observar que dentro do ambiente urbano existem extensas áreas sem infra-estrutura básica de vida urbana. A comunidade Frei Damião é um destes inúmeros exemplos, pois existem enormes vazios de serviços básicos essenciais à sua população. A falta de saneamento básico, a não localização de hospitais, não só na comunidade, mas também no município de Palhoça, a precariedade dos serviços de educação e saúde, (escolas, creches e posto de saúde), a falta de informação geral e especializada, ou seja, são construídos enormes bolsões de áreas desprovidas de serviços básicos essenciais a vida social e cotidiana do indivíduo. Muitas vezes, mesmo com grande densidade demográfica, estas áreas são tratadas como se nem mesmo existissem pessoas, com nome, família, história de vida e sonhos a serem realizados.

Milton Santos (1998) enfatiza a análise dos fluxos migratórios como consequência de um processo de concentração de serviços e emprego dentro de um espaço construído pela necessidade econômica. A expansão urbana

da Região Metropolitana torna-se parte deste processo, pois localiza a capital do Estado, a ilha e a região do entorno, e concentra uma série de instituições públicas proponentes de emprego e serviços. O crescimento da indústria da construção civil e o avanço da indústria do turismo, em apoio à propaganda da cidade enquanto excelente qualidade de vida possui papel fundamental para o fortalecimento deste processo de expansão e concentração de bens e serviços na região.

O autor remete as migrações pelo ponto de vista humano, ou seja, a ausência de direito a um entorno permanente. Cada vez mais no Brasil as pessoas mudam de lugar ao longo de sua existência, sempre no intuito de realização pessoal, mas principalmente na busca de melhores condições de vida. Contudo, muitas vezes esbarram na falsa ilusão das oportunidades na cidade e deterioram ainda mais sua situação de vida, restando a um enorme grupo de pessoas a busca pela sobrevivência diária, com poucos recursos financeiros no bolso.

O que se observou nas visitas a campo foram os diversos relatos sobre este fato, onde a maioria dos moradores com quem tive contato saiu de sua cidade natal e veio à Região Metropolitana na busca (muitas vezes influenciada pela propaganda da excelente qualidade de vida) de melhores condições de vida, mas esbarram no desemprego e na falta de infra-estrutura básica que possibilite uma verdadeira qualidade de vida e garantia de existência enquanto cidadão.

Santos abre debate no questionamento sobre o direito de morar, que muitas vezes é confundido com o direito de propriedade de uma casa, torna-se, portanto, o que ele denominou de objeto de um discurso ideológico cheio de boas intenções, porém condicionado a confundir os espíritos, afastando uma verdadeira proposta que remedeie a questão.

O autor aborda a questão do mito do direito a propriedade da casa, a um primeiro momento em que se constroem casas e apartamentos para as classes medias e

altas, a preços, geralmente, exorbitantes, ainda que muitos destes imóveis sejam construídos com o dinheiro público, como os programas de financiamento do antigo Sistema de Habitação, do BNH e atualmente aos programas da Caixa Econômica Federal (Minha Casa Minha Vida).

O que foi observado durante a pesquisa é que estes programas inclusive da COHAB, tinham sempre como pano de fundo a construção de moradia aos pobres, contudo o que se viu foi historicamente no Brasil e em Florianópolis, foi à grande disponibilidade de recursos para outra lógica, a de maximização dos lucros da indústria do setor da construção civil.

Em contrapartida, o próprio autor mostra que diante da situação explosiva nas cidades e principalmente em face dos interesses eleitoreiros, decidiu construir habitações para os mais pobres. Passasse a autorização de construções de habitações tão pequenas que conduz a toda espécie de confinamentos e promiscuidades. A dificuldade de locomoção e de acessibilidade, seja por distância ou por condições de renda, contribui ainda mais para um maior confinamento dos habitantes a uma região restrita de convívio.

Na cabeça tortuosa de tais técnicos, as pessoas têm necessidades essenciais em função da classe a que pertencem. Não forma esses mesmos que traçaram ou desenharam os famosos quartos de empregada lado a lado com os quartos muito mais amplos dos patrões? Tais fatos relativos à normalidade da moradia dos pobres são praticamente aceitos pela sociedade, isto é, por uma classe média não culta. (SANTOS, 1998, P. 46)

Milton Santos (1998, p.46) expõe a situação em relação aos pobres a o que ele define como cidade

corporativa, do qual a construção de casas para os mais pobres são ajustadas a atender e viabilizar a estrutura e os interesses desta cidade corporativa. Cita que o dinheiro economizado pelo BNH na construção de casas populares é utilizado na construção dos extensores urbanos, instrumento importante de apoio a especulação imobiliária. Fica mais fácil esta observação, pois no decorrer do processo de expansão urbana, observa-se que os ajustes espaciais e a priorizações das obras públicas tem interesse e localização específica. Exemplo é a via de contorno Norte da Ilha em meados do século passado, que contribuiu para o rápido crescimento nesta região da ilha. Santos utiliza a idéia de que por meio destes extensores e de programas de habitação popular, a cidade aumenta desmesuradamente a área total e este aumento de área encoraja a especulação. Os pobres muitas vezes nem mesmo permanecem nas casas que fazem ou que lhes fazem, também possuem dificuldade de manterem-se nos terrenos ocupados (via compra, posse, doação), sujeitos ao que o autor define como a cidade corporativa, que esta condicionada pela lei do lucro.

Lenin (2010) lembra bem do problema que já atormentava a Europa no inicio do século passado:

Como não temos que fantasiar sistemas utópicos de organização da sociedade futura, seria pelo menos ocioso determo-nos sobre o assunto. Uma coisa é incontestável: atualmente, nas grandes cidades, há imóveis o bastante para satisfazer as necessidades reais de todos, sob a condição de serem utilizados racionalmente. . (ENGELS apud LENIN, 2010, p. 78).

Morar na periferia é um caminho que a maioria dos pobres encontra para sobrevivência na cidade, acarretam, por conseguinte, a condenação de não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente, ainda que pagando por estes serviços a preços extorsivos. Milton Santos cita o exemplo

dos transportes urbanos, que em sua maioria são caros, ruins e demorados e submetem uma enorme gama de trabalhadores a viagens cotidianas entre casa e trabalho que tomam horas e deixam os mesmos extremamente cansados, mas o que lhes restam é repetitivamente a mesma rotina.

Foi observada a dificuldade de locomoção dos moradores do Frei Damião, pois os mesmos têm que se deslocar para os bairros adjacentes para terem acesso ao transporte coletivo. Nas visitas a campo conversei com três moradores que estavam com problemas graves de saúde. Primeiramente não conseguiam agendar consultas nos hospitais da capital e segundo não conseguiam locomoção até o centro da cidade, devido à debilidade física que se encontravam. Mas o mais grave era a não possibilidade de trabalho, pois os mesmos tiram seu sustento como catadores. Como não possuem emprego com carteira assinada ficaram condenados a mais uma limitação de trabalho.

Alias, com o estímulo aos meios de transportes individuais, as políticas públicas praticamente determinam a instalação de um sistema que impede o florescimento dos transportes coletivos. “Enquanto isso, o planejamento urbano convencional trabalha a partir das mesmas falsas premissas e fica dando voltas em torno de si mesmo, sem encontrar uma saída que seja de interesse da população.” (SANTOS 1998, p.47)

Em entrevista concedida ao jornal do Almoço da RBS TV no dia 26/11/2010⁶⁰ o prefeito da cidade de Florianópolis, reitera a inviabilidade de desenvolvimento de transporte coletivo marítimo por questões principalmente de rentabilidade financeira. De acordo com reportagem publicada no sítio virtual da empresa, o prefeito afirma que a falta de retorno financeiro para as empresas que, por ventura, administrassem o serviço, inviabiliza o projeto em

⁶⁰ Fonte:

<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18&seccion=Geral&newsID=a3123113.xml> acessado em 09/08/2011.

Florianópolis: “Eu, como prefeito, sou obrigado a dizer que ele (o transporte marítimo) não liga nada a lugar nenhum. Ele não se integra ao sistema rodoviário” explicou Dário, em entrevista ao Jornal do Almoço, da RBS TV.

O direito ao entorno é outro aspecto importante na construção da cidadania. De acordo com Milton Santos (1998) o discurso está presente nos livros e nos argumentos oficiais, porém esta longe de uma implantação real. O processo produtivo historicamente imposto, produz resultados que ofendem, expulsam e desenraizam as pessoas, e não há lei que assegure o direito à cidade ou, ao menos, o direito ao entorno.

O direito aos espaços públicos também é de importância no debate da cidadania, pois como observados historicamente no processo de expansão do espaço urbano da Região Metropolitana de Florianópolis a apropriação dos espaços públicos por entidades privadas foram e são constantes até hoje. Fato este relacionado não apenas pela apropriação dos espaços públicos via mercantilização das terras, mas também outros espaços públicos como praias, montanhas, calçadas, estradas entre outros, que foram e continuam impunemente privatizados.

Hoje temos que comprar o ar puro, os bosques, os planos de água, em contrapartida se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds, os condomínios fechados, as praias e os balneários, principalmente no Norte da Ilha, além do fato do lazer na cidade ter se tornado igualmente pago, inserido na lógica do consumo. “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e ao ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais” (Santos 1998, p. 48).

O direito à privacidade é outro aspecto importante na construção da cidadania, pois hoje os prédios são construídos uns debruçados aos outros, o centro da cidade de Florianópolis e suas imediações são exemplos deste fenômeno de verticalização, onde anteriormente existiam

casas, hoje as mesmas são cada vez mais substituídas por edifícios imensos que muitas vezes ultrapassam os dez pavimentos. As Imagens 16 e 17 mostram bem o processo de verticalização do centro de Florianópolis, destinados a classes medias e altas enquanto nas encostas dos morros resta algum espaço para camadas mais pobres.



IMAGEM 16 – Verticalização do Centro de Florianópolis. Fonte: Autor.



IMAGEM 17 – Encosta de Morro no Centro.
Fonte: Autor.

Nas regiões periféricas, como é o caso do Frei Damião, onde quase não existem delimitações de terrenos e em uma pequena área concentram uma enorme quantidade de pessoas, que além da proximidade das casas, são submetidos ao fato de suas residências, com poucos cômodos, alocarem mais de uma família.

Milton Santos também reflete sobre a poluição, cada vez mais incorporada nas definições dos espaços urbanos, aparece como um problema cada vez mais freqüente. As ações ou mesmo falta de ação do poder público, subordina diversos moradores a uma maior ou menor vulnerabilidade social, pois quem mais polui são as localidades mais enriquecidas, pelo alto padrão de consumo, porém, condicionam a uma área mais empobrecida a maior vulnerabilidade da saúde em decorrência da sujeira produzida, principalmente pelo lixo e pela falta de saneamento básico nas diferentes áreas do espaço urbano.

Conforme Santos (1998, p.48) o resultado de todos esses agravos é um espaço empobrecido e que também se empobrece: material, social, política, cultural e moralmente. Diante de tantos abusos, o cidadão se torna impotente, a começar pelas distorções políticas de representação “A própria existência vivida mostra a cada qual que o espaço em que vivemos é, na realidade, um espaço sem cidadãos”. O autor salienta que cada homem, no modelo econômico, vale pelo lugar onde está, a composição do valor através do âmbito de produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. O valor muda de acordo com as diferenças de acessibilidade (tempo, freqüência e preço). Conforme Santos a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende do ponto do território em que se esta localizada.

A interpretação e compreensão da sociedade pela estrutura social de classes já apresentada por Marx⁶¹ em sua

⁶¹ MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

estrutura de método crítico de análise, tem como consideração relevante a base territorial. O espaço torna-se mais uma estrutura social como as outras e Santos considera que no modelo econômico o valor do homem, assim como o do capital, depende de sua localização no espaço.

Indivíduos que disponham de uma soma de capital, formação cultural e capacidade física equivalente, ocupados no mesmo tipo de atividade- para não falar senão dessas qualidades comuns- são sem embargo, dotados de possibilidades efetivas sensivelmente desiguais conforme os diferentes pontos do espaço em que se localizem (SANTOS 1998, p. 82).

Claro que a escolha de local de moradia transcende ao aspecto puramente econômico, e inclui uma série de fatores sociais e pessoais para alocação de sua residência, contudo, o que se deve levar em consideração principalmente em relação ao caso da comunidade estudada, está no movimento migratório, sobretudo por razões econômicas. Essas razões são apresentadas por Santos através de resumo nos termos de vantagens, que conferem a cada localização, um trunfo particular para um indivíduo e ou grupos de indivíduos. Do ponto de vista econômico, os indivíduos acabam por não serem recompensados igualmente segundo as localizações. Os moradores da comunidade muitas vezes omitem o local de residência em uma entrevista de emprego, pois o pré conceito social da comunidade impõe, de acordo com relatos, a omissão ou a remissão de sua residência aos bairros próximos.

David Harvey quando apresenta o conceito de desenvolvimento geográfico desigual, desenvolve bem a esta diferença, o mapa de “Desenvolvimento Geográfico Desigual” no anexo III ilustra bem este exemplo. A “Cidade

Universitária Pedra Branca”, uma localidade mais recente que a formação do Frei Damião, encontra-se em outro estágio de desenvolvimento, não somente no que se refere à qualidade das habitações, mas também nas infra-estruturas urbanas e na dinâmica econômica. Mesmo tendo suas localizações próximas geograficamente as disponibilidades de investimentos tanto do poder público quanto privado, potencializam ainda mais estas disparidades. A intenção do mapa é procurar ilustrar as diferenças de níveis de modernização das atividades econômicas e sociais das duas localidades, podendo assim fazer alusão aos dois circuitos da economia urbana apresentados por Milton Santos (2006) que de acordo com o autor, os dois estão inseridos no mesmo sistema urbano, contudo seus níveis de atividade condicionam uma série de instrumentalizações e resultam em duas formações sociais com suas características únicas.

O estudo da distribuição da pobreza no espaço consiste pela pesquisa das razões pela qual os indivíduos dotados das mesmas capacidades potenciais têm o seu valor diferente segundo o local de moradia. Trata-se, portanto, de constatar tais diferenças de situação no espaço. Santos reforça que o problema requer uma explicação maior. Trata-se não apenas em explicar o porquê as pessoas migram, e o porquê elas permanecem no lugar, pois isto se torna tanto mais grave pelo significado de que o fato de não migrar reforça ainda mais a condenação de que ela fique ainda mais pobre.

A diferença de tratamento dos agentes políticos e econômicos são fatores determinantes para transformação e organização das localidades determinadas. A diferença entre o tratamento histórico que os governos nas suas diferentes esferas deram e dão aos dois exemplos do mapa, tornam-se fatores importantes na organização espacial das duas localidades. Enquanto de um lado sobram asfalto e calçadas, do outro lado sobram buracos, lama, lixo e esgoto a céu aberto.

A intenção não é entrar em mérito de valor das pessoas pela localização, o importante está na compreensão da idéia da construção do modelo de cidadania para a totalidade da população, compreender e analisar os fatos reais e concretos resultantes dos processos decisórios econômicos, políticos e sociais.

Deve ficar claro ao leitor que, exceto por alguns casos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes sociais, e seus recursos e acessibilidade à cidade são definidos pelo planejamento em função das disparidades sociais. O fenômeno é historicamente mostrado na pesquisa e possui sua relação desde os primórdios de ocupação e de expansão do espaço urbano da Região Metropolitana de Florianópolis, tendo sua maior visualização nas fases mais recentes da expansão urbana.

Essa repartição espacial das classes sociais é um fato que de acordo com Santos (1998) se verifica no espaço total do país, porém, é, sobretudo, um fenômeno urbano. A existência de diferenciais de renda que podem acompanhar as diferenças do desenvolvimento entre as localidades, tornam-se agravantes do processo.

Essa relação, contudo, não pode servir como base de explicação, constitui o que autor define como resultado da organização economia, social e política da produção material das necessidades humanas.

Somente se pode falar de causas espaciais da pobreza em duas circunstâncias determinadas:

A primeira se liga a uma certa organização do espaço que, conduzindo a uma concentração da riqueza em poucas mãos, seja criadora de pobreza, e a segunda se liga aos casos extremos de imobilidade (SANTOS, 1998, p.84).

Muitas vezes pelo fato de não dispor de mais recursos, o indivíduo acaba por ser condenado a viver e permanecer num bairro desprovido de serviços. Tem-se uma

enorme dificuldade de acesso a bens e serviços, que muitas vezes são mais caros devido à distante localização, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade social de seus habitantes.

O Fato de que nem todos os indivíduos são “imóveis”, ou, em outras palavras, nem todos os cidadãos são desprovidos de mobilidade espacial dentro da cidade, deixa claramente ver que o estudo da pobreza não pode limitar-se à simples localização da pobreza no espaço. Optar por uma ótica espacialista pode levar-nos a perder de vista as verdadeiras causas da pobreza, e impedir a compreensão das razões de sua localização e, finalmente, retirar-nos as possibilidades de indicar caminhos alternativos. (SANTOS, 1998, p. 85).

Portanto vale lembrar o que Santos tanto enfatiza no estudo da pobreza, que está na compreensão do lugar pelo fato histórico que o é, cada lugar é definido pela sua própria história, pela soma das influências acumuladas, provenientes do passado, e dos resultados daquelas que mantêm maior relação com as forças do presente. A acessibilidade não é a mesma em todo o lugar. O homem enquanto cidadão, como titular de direitos e deveres, não possui o mesmo peso nem o mesmo usufruto da cidade em função do lugar em que se encontra localizado.

O que se quer apresentar com este diálogo e reflexão da obra de Milton Santos é o que ele destaca na p. 97 do livro: a idéia de que não é tanto ao modelo econômico que se deve o extremo grau de pobreza de uma grande parte da população, mas sim ao modelo de cidadania que adotamos enquanto bases de organização territorial. O nível de desemprego, as migrações maciças e a urbanização

concentradora geram metrópoles insanas, que condicionam uma enorme parcela da população a uma situação de extrema dificuldade de exercer seu pleno papel de cidadão.

O autor afirma ainda que “o grande motor das migrações é o consumo, as grandes massas migratórias são formadas por imigrantes forçados, e a essa mesma lógica se deve a explosão urbana, pois é mais fácil consumir numa grande cidade que em uma pequena aglomeração” (SANTOS 1998, p. 98).

Para término de conclusão de análise da pesquisa, acredito que a citação a seguir resume bem o que se procurou construir neste trabalho:

É impossível imaginar uma cidadania concreta que prescindia do componente territorial. Vimos, já, que o valor do indivíduo depende do lugar em que está e que, desse modo, a igualdade dos cidadãos supõe, para todos, uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços, sem os quais a vida não será vivida com aquele mínimo de dignidade que se impõem. Isso significa, em outras palavras, um arranjo territorial desses bens e serviços de que, conforme a sua hierarquia, os lugares sejam pontos de apoio, levando em conta a densidade demográfica e econômica da área e a sua fluidez. Num território onde a localização dos serviços essenciais é deixada à mercê da lei do mercado, tudo colabora para que as desigualdades sociais aumentem. (SANTOS, 1998, p.116).

Portanto, uma repartição espacial não mercantil desses bens e serviços, baseada no interesse público, não resolveria por si só os problemas das cidades, mas traria

mais bem-estar para uma grande quantidade de pessoas, e serviria como um forte processo de alavancagem das atividades econômicas, sociais e políticas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. 2000-2001. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial.** A luta contra a pobreza. Washington, D. C.: Banco Mundial.

BASTOS, José Messias. Ensaio sobre Santa Catarina. A **Pequena produção Mercantil Açoriana.** Florianópolis: Letras contemporâneas, 2000.

BASTOS, José Messias. **O Comércio de Múltiplas Filiais em Florianópolis-SC.** Dissertação. UFSC, 1997.

CAMPOS, Edson Telê. **A Expansão Urbana na Região Metropolitana de Florianópolis e a Dinâmica da indústria da construção civil.** Florianópolis: Editora Insular, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Carlos Humberto P. **Historia de Florianópolis.** Florianópolis: Insular, 2008.

CECA - Centro de Estudos Cultura e Cidadania. **Uma cidade numa ilha: Relatório sobre os problemas sócio-ambientais da ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Insular, 1996.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. . **A Gênese das Agroindústrias de carne em Santa Catarina.** In: João Marcio Palheta da Silva, Marcio Rogério Silveira. (Org.). Geografia econômica do Brasil: temas regionais. 1 ed. Presidente Prudente: FCT/Unesp, 2002, v. 01, p. 139-157.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 32 ed. 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. **A condição Pós Moderna**. São Paulo: Loyola, 17ª Ed., 2008.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2ª ed., 2006.

HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

KEYNES, John Maynard. **A teoria Geral do Emprego, Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

LENIN, V. I. . **Estado e Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2ª Ed., 2010.

MACHADO, Ewerton V. **Florianópolis: Um Lugar em tempo de Globalização**. Doutorado, USP, 2000.

MAMIGONIAN, A. . **Geografia das Indústrias de Santa Catarina**. In: Revista Geosul. (Org.). ATLAS DE SANTA CATARINA. Florianópolis: GEOSUL, 1986.

MAMIGONIAN, A. **Notas Sobre o Processo da Industrialização no Brasil**. In: Boletim do Departamento de Presidente Prudente em 1969.

MAMIGONIAN, A. **Marxismo e 'globalização': as origens da internacional mundial**. In: SANTOS, Milton. *Cidadania e globalização*. Bauru-SP: AGB/Saraiva, 2000b.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005s.

MARX, Karl. **O Capital**. Nova York: International Publishers, 1967.

MATTEI, Lauro; da Rosa, Eliane. **Indústria de Móveis em Palhoça (SC): Trajetórias e Perspectivas**. In: **Atualidade Econômica**. Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina Departamento de ciências econômicas, Ano 19 nº 51. 2007.

PEREIRA, José Matias. **Economia Brasileira: Governabilidade e Políticas de Austeridade, Dimensões Macroeconômicas, Desigualdades Socioeconômicas**. São Paulo: Atlas. 2003.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – 2003**.

PIMENTA, Luís F. ; PIMENTA, Margareth C. A. . **Habitação e Qualidade de Vida Urbana no Maciço Central de Florianópolis – SC**. Florianópolis do outro lado do Espelho. Margareth Pimenta (Org.). Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

PIMENTA, Margareth C. A. . Florianópolis como espaço do Público. Florianópolis do outro lado do Espelho. Margareth Pimenta (Org.). Florianópolis: Editora UFSC, 2005.

RANGEL, Ignácio. **A inflação Brasileira (1963). Obras Reunidas**. Rio de Janeiro, Contraponto, vol.1, 2005.

RANGEL, Ignácio. **A Dualidade Básica da Economia Brasileira (1957). Obras Reunidas**. Rio de Janeiro, Contraponto, vol.1, 2005.

RANGEL, Ignácio. **Economia: Milagre e Anti-Milagre (1985). Obras Reunidas.** Rio de Janeiro, Contraponto, vol.1, 2005.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar. Sociedade e Espaço: a Formação Social como teoria e método.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana.** São Paulo, Recife: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** São Paulo: Edusp, 4ª ed.; 4ª reimp. , 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Editora Record, 9ª Ed., 2002.

SANTOS, Milton. **Pensando o Espaço do Homem.** São Paulo: Edusp, 5ª Ed., 1ª reimp., 2008.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova.** São Paulo: Edusp, 6ª Ed., 1ª reimp., 2008.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Edusp, 5ª Ed., 2ª reimp., 2009.

SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido.** São Paulo: Edusp, 2ª ed.; 1ª reimp. , 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** São Paulo: Nobel, 4ª ed.; 1998.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: a Geografia Histórica da Pobreza Urbana em Florianópolis.** Doutorado. UFSC. 2009.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Schwarcz.1999.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **A teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 2007

SUGAI, Maria Inês. **As Intervenções viárias e as transformações do espaço urbano. A via de contorno Norte-Ilha**. Dissertação. USP.1994.

SUGAI, Maria Inês. **Há Favelas e Pobreza na Ilha da Magia ? FAVELA E MERCADO INFORMAL: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras**. Porto Alegre 2009. Habitare. IPPUR.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. **Desajuste Global e a Modernização Conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1993.

UGÁ, Vivian Domingues. **A categoria Pobreza nas Formulações de política social do Banco Mundial**. 2004. www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf

Sítios visitados:

<http://www.casan.com.br> acessado em 16-07-2011.

<http://www.casan.com.br/index.php?sys=12> acessado em 16-07-2011.

<http://antiga.ufsc.br/paginas/historico.php> acessado em 08-07-2011.

<http://www.cohab.sc.gov.br/> acessado em 08-07-2011.

<http://www.bcb.gov.br/> acessado em 08-07-2011.

<http://www.shoppingitaguacu.com.br/historia> acessado em 09-07-2011.

<http://www.santacatarinabrasil.com.br/pt/qualidade-de-vida/> acessado em 08-07-2011.

<http://www.viacatarina.com.br/#/Shopping> acessado em 09-07-2011.

<http://www.asramos.com.br> acessado em 09-07-2011.

<http://www.mma.gov.br/sitio/> acessado em 14-08-2011.

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> em 01 de julho de 2011

www.capelansrosario.com.br/historico.html acessado em 07-07-2011.

<http://www.aeroclubesc.com.br/conteudo.php> acessado em 11-08-2011.

<http://cadi-palhoca.org.br/novo/about/nossa-historia/> acessado em 15-07-2011.

<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/cras> acessado em 15-07-2011.

<http://www.cidadepedrabranca.com.br/historico.html> acessado em 04/07/2011.

<http://www.ndonline.com.br/florianopolis/noticias/casas-sao-demolidas-no-freidamiao-em-palhoca.html> acessado em 03/07/2011.

<http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=5541&^^> acessado em 07-07-2011.

<http://ccea.org.br/blog/> acessado em 14-08-2011.

7. ANEXOS

ANEXO I – Mapa de localização região Metropolitana de Florianópolis.

**ANEXO II – Mapa de localização da comunidade Frei
Damião.**

ANEXO III – Desenvolvimento geográfico desigual

ANEXO IV – Notícia virtual sítio R7.

The image displays two screenshots of a news website, likely R7, showing a virtual news article. The top screenshot shows the main page layout with the article title "Casas são demolidas no Frei Damião, em Palhoça" and a sub-headline "Construídas em terrenos da Prefeitura Municipal, duas casas foram demolidas na tarde desta terça-feira". The article text describes the demolition of two houses in Frei Damião, Palhoça, on Tuesday afternoon. It mentions that the houses were built on municipal land and that the demolition was ordered by the city prosecutor. The article also notes that the families were not informed about the demolition and that the houses were destroyed by machinery. The bottom screenshot shows the article's content in more detail, including a quote from the city prosecutor, Ezar Meurer, and a quote from Rogério Tolentino, president of the Association of Residents of Frei Damião. The article is published on 07/07/2012 at 13:02.

Casas são demolidas no Frei Damião, em Palhoça

Construídas em terrenos da Prefeitura Municipal, duas casas foram demolidas na tarde desta terça-feira

Saraça Schioldt
@Saraça_SJ
SÃO JOSÉ

Dois famílias tentaram voltar para casa na tarde desta terça-feira, mas no lugar de suas moradias encontraram uma pilha de entulhos. O caso aconteceu na comunidade do Frei Damião, em Palhoça, na rua Pascoal Mazzilli. A associação de moradores do local garante que nenhum dos moradores foi informado sobre a demolição, ordenada pela Procuradoria Geral do Município de Palhoça.

comunidade do Frei Damião, em Palhoça, na rua Pascoal Mazzilli. A associação de moradores do local garante que nenhum dos moradores foi informado sobre a demolição, ordenada pela Procuradoria Geral do Município de Palhoça.

O procurador do município, Ezar Meurer, esclarece que a área onde estavam as casas será utilizada para as obras do RAC (Programa de Aceleração do Crescimento). "Essas moradas irregulares surgiram nos últimos 60 dias, em uma área de propriedade do município que está reservada para essas obras de melhorias", explica o procurador. De acordo com a procuradora, as duas famílias foram informadas 15 dias antes sobre a demolição e, além disso, enquanto não receberem uma ajuda de custo para alugarem outra residência, a Prefeitura deve realocá-los em um abrigo provisório.

Em contraponto à Procuradoria, o presidente da Associação de Moradores do Frei Damião garante que ninguém foi informado sobre a ação. "As famílias não receberam ofícios comunicando essa demolição. Nem mesmo sabem para onde vão agora", declara Rogério Tolentino. Uma das casas que foi demolida ainda estava em construção e da outra foram retirados os móveis e pertences da família antes que as máquinas destruíssem a estrutura. As duas construções eram de madeira.

A grande preocupação dos outros moradores é que o caso se repita com outras casas, afinal, a ação foi feita sem data marcada.

Publicado em 07/07/2012 às 13:02
Saraça Schioldt | Atualizado em 07/07/2012 às 13:02

The screenshot shows a web browser window with the following content:

- Browser Title:** Casas são demolidas no Fiel Damão, em Pão-de-Açúcar - ND Online - Meia Noite Final
- Address Bar:** http://www.ndonline.com.br/foyeropolis/noticias/casas-sao-demolidas-no-fiel-damao-em-pao-de-acucar.html
- Left Sidebar (Menu):**
 - Vídeos
 - Áudios
 - Plural**
 - Florianópolis
 - Música
 - Cinema
 - Mostra
 - Plural
 - Arte
 - Ganha Ver Mais
 - Concurso
 - Recard
 - Infância
 - Leia mais »
 - Colunas**
 - Bola na Rede
 - Cozinha de Estar
 - Oeste
 - Hélio Costa
 - Mãe de Cachorro
 - Mural
 - Panorama
 - Paulo Aleu
 - Polidoro Júnior
 - Ponto Final
- Main Content:**

A grande preocupação dos outros moradores é que o caso se repita com outras casas, afinal, a ação foi feita sem data marcada.

Publicado em: 10:05:20:54 por: 38922 | 38922 | Atualizado em: 07:07:10:02

0 comentários

Comentários (1)

Gilly Benitez
12 de maio de 2011 15:21

acho isto que esta acontecendo algo des humano sem amor sem respeito com nois porque quem deu ordem para destruir deve morar em mansoes enquanto maramos em lugar umilde . queremos dignidade e respeito

Buttons: Responder, Denunciar
- Right Sidebar (Ads):**
 - Quer vender? Trocar?
 - meio + preço
 - COMUNIDADE
 - RIC
- Taskbar:** Iniciar, Expansão Urbana na..., Casas são demolidas..., Foto Aérea Digital DV..., 10030393 - Visualizad...

ANEXO V – Lei de incentivo fiscal de Palhoça-SC.

SEBRAE/SC - Legislação - INC. FISCAL PALHOÇA - LEI Nº 2.460 - Mozilla Firefox

SEBRAE/SC - Legislação - INC. FISCAL P. +

http://www.sebrae.sc.com.br/leis/default.asp?vcodigo=55411

Central de Relacionamento
0800 570 0800
 Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina

SEBRAE

Página inicial Onde nos encontrar Perguntas frequentes Minuta conta Cálculo de sucesso

SERVIÇOS

- Agência de Caixa
- Agência SEBRAE de Notícias
- Agência
- Biblioteca SEBRAE
- Bolsa de Negócios
- Calendário de Fexas
- Ciclo
- Empreendedor Individual
- Estadísticas sobre MPE's
- Índice de Negociação
- Legislação
- Lei Orgânica MPE
- Loja Virtual
- Notícias

INSTITUCIONAL

ÁREAS DE ATUAÇÃO

INC. FISCAL PALHOÇA - LEI Nº 2.460

Lei nº 2.460, de 25 de Outubro de 2006.

PRODEF Programa de Fomento Econômico e de Incentivos Fiscais para Empresas do Município de Palhoça (Irobit).

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Ad. 1ª Fica instituído o Programa de Fomento Econômico e Incentivos Fiscais para Empresas do Município de Palhoça - PRODEF, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social, conforme disposições desta lei.

Ad. 2ª O contribuinte que realizar investimentos ou criar postos de trabalho no Município, na forma definida pelo artigo 3º desta Lei, poderá gozar dos seguintes benefícios:

I - Fomento Econômico, sobre a forma de crédito, no valor de até:

- 30% (trinta por cento) do valor da folha de pagamento de salários referentes à contratação de mão-de-obra pelo estabelecimento do contribuinte em decorrência da implantação, expansão, manutenção e execução do empreendimento ou de atividade empresarial;
- 80% (oitenta por cento) do valor dos investimentos realizados para a implantação ou expansão de projetos industriais, comerciais, de serviços ou turísticos.

II - Incentivos Fiscais representados pela Isenção parcial de até:

- 80% (oitenta por cento) do imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao programa criado por esta lei;
- 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao programa de benefícios criado por esta lei;
- 60% (sessenta por cento) do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços de construção civil relativos ao imóvel objeto do investimento;
- 60% (sessenta por cento) do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços tomados por empresa incluída no PRODEF; e
- 60% (sessenta por cento) do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços prestados pelo contribuinte incluído no PRODEF.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no artigo 5º desta lei, os incentivos fiscais de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do inciso II deste artigo não poderão resultar na redução da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 2.621, de 21/06/2007.

§ 2º O contribuinte que:

- criar postos de trabalho, mas não realizar investimentos na forma definida no artigo 3º desta lei, poderá gozar somente do crédito de fomento previsto na alínea "a" do inciso I, e do incentivo fiscal previsto nas alíneas "d" e "e" do inciso II do caput;
- realizar investimentos, mas não criar postos de trabalho, na forma definida no artigo 3º desta lei, poderá gozar somente do crédito de fomento previsto na alínea "a" do inciso I, e do incentivo fiscal previsto na alínea "a" do inciso II do caput.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 2.621, de 21/06/2007.

§ 3º Quando se tratar de projeto de expansão das atividades da empresa já estabelecida no município os benefícios incidirão sobre:

- os acréscimos ocorridos sobre o faturamento médio apurado nos 6 (seis) meses que antecederem ao pedido; e
- o valor da folha de pagamento relativa aos empregos gerados a partir da concessão do benefício, computada como base a média de empregos formais existentes nos 6 (seis) meses anteriores ao pedido.

Art. 3º Para fins desta lei, considera-se:

- investimentos, os gastos de valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incorridos na implantação, expansão ou manutenção, que compreenda a aquisição de terreno, o



NC. FISCAL PALHOÇA - LEI N° 2.460⁶²

Lei n° 2.460, de 25 de Outubro de 2006.

PRODEP. Programa de Fomento Econômico e de Incentivos Fiscais para Empresas do Município de Palhoça. Institui.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faça saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Fomento Econômico e Incentivos Fiscais para Empresas do Município de Palhoça - PRODEP, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social, conforme disposições desta lei.

Art. 2º O contribuinte que realizar investimentos ou criar postos de trabalho no Município, na forma definida pelo artigo 3º desta Lei, poderá gozar dos seguintes benefícios:

⁶² <http://www.sebrae-sc.com.br/leis/default.asp?vcdtexto=5541&^^> acessado em 07-07-2011.

I - Fomento Econômico, sobre a forma de crédito, no valor de até:

a) 30% (trinta por cento) do valor da folha de pagamento de salários referentes à contratação de mão-de-obra pelo estabelecimento do contribuinte em decorrência da implantação, expansão, manutenção e execução do empreendimento ou de atividade empresarial;

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621, de 21/06/2007.

b) 80% (oitenta por cento) do valor dos investimentos realizados para a implantação ou expansão de projetos industriais, comerciais, de serviços ou turísticos.

II - Incentivos Fiscais representados pela isenção parcial de até:

a) 80% (oitenta por cento) do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao programa criado por esta lei;

b) 50% (cinquenta por cento) do valor do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, referente ao imóvel objeto do investimento ou ao imóvel em que se localiza o estabelecimento da pessoa jurídica vinculada ao programa de benefícios criado por esta lei;

c) 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços de construção civil relativos ao imóvel objeto do investimento;

d) 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços tomados por empresa incluída no PRODEP; e

e) 60% (sessenta por cento) do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN incidente sobre os serviços prestados pelo contribuinte incluído no PRODEP.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no artigo 5º desta lei, os incentivos fiscais de que tratam as alíneas "c", "d" e "e" do inciso II deste artigo não poderão resultar na redução da alíquota mínima de 2% (dois por cento).

Nova redação dada pelo artigo. 1º da Lei 2.621, de 21/06/2007.

§ 2º O contribuinte que:

I - criar postos de trabalho, mas não realizar investimentos na forma definida no artigo 3º desta lei, poderá gozar somente do crédito de fomento previsto na alínea "a" do inciso I, e do incentivo fiscal previsto nas alíneas "d" e "e" do inciso II do caput;

II - realizar investimentos, mas não criar postos de trabalho, na forma definida

no artigo 3º desta lei, poderá gozar somente do crédito de fomento previsto na alínea "b" do inciso I, e do incentivo fiscal previsto na alínea "e" do inciso II do caput;

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 2.621, de 21/06/2007.

§ 3º Quando se tratar de projeto de expansão das atividades de empresa já estabelecida no município os benefícios incidirão sobre.

I - os acréscimos ocorridos sobre o faturamento médio apurado nos 6 (seis) meses que antecederem ao pedido; e

II - o valor da folha de pagamento relativa aos empregos gerados a partir da concessão do benefício, computada como base a média de empregos formais existentes nos 6 (seis) meses anteriores ao pedido.

Art. 3º Para fins desta lei, considera-se:

I - investimentos, os gastos de valor igual ou superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), incorridos na implantação, expansão ou modernização, que compreende a aquisição de terreno, a elaboração do projeto, a execução de obra no imóvel e a aquisição de máquinas e equipamentos para instalação ou a sua alocação; e

II - criação de postos de trabalho, a contratação direta e formal de empregados em número igual ou superior a 200 (duzentos).

§ 1º A realização dos investimentos e a criação dos postos de trabalho, a que se referem os incisos I e II deste artigo, deverão ser efetivados no prazo de 1 (um) ano, contado da aprovação dos projetos de que tratam os artigos 5º e 6º desta Lei.

§ 2º O número mínimo de postos de trabalho deverá ser preservado durante todo o período de vigência do fomento econômico e dos incentivos fiscais.

§ 3º Na concessão de crédito de fomento sobre a folha de pagamento de salários deverá ser levado em consideração o número de vagas a serem ocupadas por trabalhadores residentes no Município.

§ 4º No caso de condomínio empresarial, o número de postos de trabalho das diversas empresas nele instaladas, desde que enquadradas neste Programa, poderão ser somados para os benefícios previstos na alínea "a" do inciso I do artigo 2º.

Parágrafo 4º acrescido pelo artigo 2º da Lei 2.621, de 21/06/2007.

Art. 4º Os contribuintes que criarem novos postos de trabalho em número inferior ao determinado no inciso II do artigo 3º, gozarão dos mesmos créditos de fomento econômico e incentivos fiscais previstos nesta Lei, aplicadas as

reduções de:

I - 40% (quarenta por cento) dos benefícios àqueles que criarem mais de 149 (cento e quarenta e nove) e menos de 200 (duzentos) postos de trabalho; e

II - 60% (sessenta por cento) dos benefícios àqueles que criarem mais de 99 (noventa e nove) e menos de 150 (cento e cinquenta) postos de trabalho.

Art. 5º Os créditos decorrentes de Fomento Econômico, de que trata o inciso I do artigo 2º desta Lei, poderão ser utilizados pela pessoa jurídica integrante do Programa para pagamento:

I - do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN devido, decorrente de operações realizadas pelo empreendimento objeto do incentivo;

II - do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN relativo aos serviços de construção civil para a realização do investimento objeto do benefício;

III - de taxas e demais tributos municipais, inclusive os que vierem a ser instituídos, relativos ao imóvel objeto do benefício, exceto o IPTU e o ITBI;

IV - de eventual contribuição de melhoria instituída pelo município, relativos ao imóvel objeto do benefício;

§ 1º Nos projetos de expansão das atividades de empresas já estabelecidas no município, o pagamento previsto no caput fica limitado ao valor que exceder a média apurada nos 6 (seis) meses que antecederam a apresentação do pedido dos benefícios.

§ 2º O uso dos créditos de fomento para pagamento de tributos não veda a aplicação dos incentivos fiscais de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621 de 21/06/2007.

§ 3º Extinto o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISQN, o crédito de fomento poderá ser utilizado para a aquisição de vale transporte para empregados dos estabelecimentos da beneficiária situados no Município.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621 de 21/06/2007.

§ 4º O uso do crédito, na hipótese prevista no parágrafo anterior, fica limitado a 2% (dois por cento) do valor do faturamento de serviços no mês precedente relativo aos novos estabelecimentos.

§ 5º Na hipótese prevista no § 3º, quando decorrente de projeto de ampliação, o uso do crédito ficará limitado a 2% (dois por cento) do valor acrescido ao faturamento médio apurado nos 6 (seis) meses anteriores ao pedido do

benefício.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621, de 21/06/2007.

Art. 6º A pessoa jurídica interessada na concessão dos Créditos de Fomento deverá apresentar ao Conselho do Programa, instituído por esta lei, Projeto para Concessão de Crédito de Fomento, com indicações relativas aos cinco anos-calendário subsequentes definindo:

I - a estimativa do valor dos investimentos a serem realizados, com a definição da aplicação dos recursos por finalidade, ano a ano; e

II - a estimativa de gastos com a folha de pagamento de salário de seus empregados, calculada com base na perspectivas do número de postos de trabalho a serem criados e da remuneração a ser paga, ano a ano.

§ 1º O projeto previsto no caput deverá ser apresentado ao Conselho do PRODEP, que deverá apreciá-lo no prazo de 90 (noventa dias) contados da data de seu protocolo junto àquele órgão.

§ 2º A partir da aprovação do projeto, será concedido à pessoa jurídica Certificado de Fomento, reconhecendo o crédito correspondente.

§ 3º A pessoa jurídica beneficiária do crédito de fomento deverá apresentar, até 30 de abril de cada ano, demonstrativo contendo:

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621, de 21/06/2007.

I - o valor efetivamente investido no ano-calendário anterior, conforme o Projeto de Fomento; e

II - o valor da folha de pagamento de salário efetivamente incorrido em relação aos postos de trabalhos criados no ano-calendário anteriores, conforme o Projeto de Fomento.

§ 4º Verificado o aproveitamento de crédito em montante superior ao autorizado, ou ao montante apurado a partir dos valores previstos nos incisos I e II do parágrafo anterior, deverá a empresa providenciar o recolhimento do valor excedente, até o último dia útil do mês de abril de cada ano, acrescido de juros de mora e multa na forma que determinar a legislação vigente para a quitação dos tributos municipais em atraso.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621 de 21/06/2007.

§ 5º Fica a pessoa jurídica integrante do Programa autorizada a apresentar pedido de aditamento ao Projeto para Concessão de Crédito de Fomento, visando aumentar ou reduzir as estimativas de investimento e folha de salário nos períodos anteriormente indicados, cabendo ao Conselho do Programa, no

prazo referido no § 1º deste artigo, a deliberação do pedido.

§ 6º Os créditos de fomento concedidos poderão ser utilizados no prazo de até 10 (dez) anos, contados da aprovação do Projeto, exclusivamente para os fins previstos no artigo 5º, observadas as condições nele estabelecidas, decaindo o direito de sua utilização, para quaisquer fins, depois de decorrido o prazo estabelecido para a fruição dos benefícios.

Art. 7º Independente da sistemática para concessão do Crédito de Fomento prevista no artigo anterior, a pessoa jurídica que comprovar o preenchimento e manutenção dos requisitos especificados no artigo 3º desta lei poderá apresentar, ao Conselho do Programa, Projeto para Reconhecimento de Incentivos Fiscais - Projeto de Incentivos - de que trata o inciso II do artigo 2º.

§ 1º O Conselho do Programa deverá apreciar o pedido para reconhecimento da aplicação dos incentivos fiscais no prazo de 90 (noventa dias) contados da data de seu protocolo.

§ 2º Aprovado o Projeto de Incentivo, será concedido à pessoa jurídica o Certificado de Incentivo, reconhecendo a aplicação dos benefícios especificados no inciso II do artigo 2º, pelo prazo de até 10 (dez) anos, contados da aprovação do Projeto.

Art. 8º A empresa interessada em obter os benefícios Fiscais instituídos por esta Lei, deverá apresentar ao órgão competente o Projeto de Fomento Econômico e o Projeto de Incentivos Fiscais, tratados no artigo 6º e no artigo 7º, respectivamente, desta Lei.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621 de 21/06/2007.

Art. 9º Fica assegurada a manutenção dos Créditos de Fomento e dos Incentivos Fiscais previstos nesta Lei no caso de incorporação, cisão ou fusão da beneficiária, ou diante de qualquer outra forma de reorganização societária ou de suas atividades, inclusive no caso de mudança de endereço, desde que formalmente expresse o compromisso de cumprimento integral das condições pactuadas quando da concessão dos benefícios.

Parágrafo único. O compromisso deverá ser formalizado ao Conselho do Programa, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da ocorrência de qualquer dos fatos previstos no caput, para análise, sob pena de supressão dos benefícios.

Art. 10 Os créditos de fomento concedidos às empresas que realizem investimentos, na forma como definido no artigo 2º desta Lei, poderão ser transferidos aos locatários do imóvel objeto do investimento, desde que estes também integrem o programa instituído por esta Lei.

Parágrafo único. A transferência a que se refere o caput deste artigo se operará mediante autorização do Conselho do PRODEP.

Art. 11 Fica instituído o Conselho do Programa de Fomento Econômico e Incentivos Fiscais, vinculado diretamente ao Poder Executivo, responsável pela gestão do Programa criado por esta Lei.

§ 1º O Conselho previsto no caput será composto, além do Prefeito Municipal, por:

I - 4 (quatro) representantes do Poder Executivo;

II - 1 (um) representante do Poder Legislativo;

III - 1 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Palhoça - ACIP;

IV - 1 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL, de Palhoça

V - 1 (um) representante das instituições de ensino superior estabelecidas no Município.

§ 2º Os membros do Conselho referidos no inciso I do § 1º serão escolhidos e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621 de 21/06/2007 .

§ 3º Os membros do Conselho referidos nos incisos II a V do § 1º serão indicados pelas respectivas instituições e nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Nova redação dada pelo art. 1º da Lei 2.621, de 21/06/2007.

§ 4º A participação no Conselho não gera direito a remuneração.

§ 5º São atribuições do Conselho de que trata o caput:

I - elaborar e aprovar seu Regimento Interno e estabelecer as normas para análise dos Projetos;

II - a habilitação da pessoa jurídica no Programa de Fomento Econômico e Incentivos Fiscais;

III - a análise e aprovação de Projeto para Concessão de Crédito de Fomento de que trata o artigo 5º desta Lei, bem como de seus aditamentos;

IV - a análise e aprovação do Projeto de Reconhecimento de Incentivos Fiscais de que trata o artigo 6º desta lei;

V - análise e deliberação sobre as situações que possam conduzir à pessoa jurídica ao desenquadramento do programa; e

VI - outras ações necessárias ao pleno funcionamento do programa.

§ 6º Das decisões proferidas pelo Conselho do Programa de Fomento Econômico e Incentivo Fiscal caberá recurso, endereçado ao próprio Conselho, prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação pessoal do representante legal da pessoa jurídica.

§ 7º As deliberações do Conselho serão efetivadas através de Resoluções.

Art. 12 A lei orçamentária fixará anualmente o valor destinado ao Programa de Incentivos Fiscais criado por esta Lei.

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover as alterações no orçamento vigente do Município necessárias à implementação desta Lei.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 25 de outubro de 2006.

ANEXO VI – Notícia virtual, Click RBS.

The screenshot shows a web browser window displaying a news article from the Diário Catarinense. The browser's address bar shows the URL: <http://www.click.com.br/florianopolis/tp/feira3.asp?ID=118&secao=GratuitoID=3172713.asp>. The page title is "Florianópolis descarta transporte marítimo, diz prefeito | Gerar - Mostra Feitas".

The article content is as follows:

Florianópolis descarta transporte marítimo, diz prefeito

Dário Berger acredita que sistema é inviável financeiramente

O prefeito Dário Berger segozito, sexta-feira, ao esperar de quem sonha com a implantação do transporte marítimo na Capital. Segundo ele, a falta de retorno financeiro para as empresas que, porventura, administrassem o serviço, inviabiliza o projeto em Florianópolis.

— Eu, como prefeito, sou obrigado a dizer que esse (o transporte marítimo) não liga nada a lugar nenhum. Ele não se integra ao sistema rodoviário — explicou Dário, em entrevista ao jornal de domingo, da RBS TV.

Em uma foto, há um sistema rodoviário, segundo o prefeito.
Foto: Elvisei Neves

Um presente perfeito para quem sempre ensinou e aprendeu muito.

Comente esta matéria

Twitter Facebook

ANEXO VII - IMAGENS DA REGIÃO METROPOLITANA DE FLORIANÓPOLIS E DA COMUNIDADE FREI DAMIÃO.



Empresa de coleta de material reciclável – Frei Damião
Fonte: o autor

Papelão	0,16	PERFIL	2,50
misto	0,05	inox	1,50
Cx. leite	0,03	latinha	2,00
ORANCO	0,05	metal	5,00
Cimento	0,10	COBRE 1	9,50
PET	0,60	COBRE 2	8,50
Al. duro	0,30	Antimônio	0,70
Al. mole	0,30	chumbo	1,20
CRISTAL	0,60	bateria	1,00
FERRO	0,10	GHAFIHO	0,50
AL. DURO	1,50	LITRO	0,10
CHAPA	1,30	CONFERRA	0,05

Tabela de preços para compra e venda de material reciclável
Fonte: o autor



Cooperativa de coleta de material reciclável – Frei Damiao
Fonte: o autor



Rua da comunidade Frei Damião
Fonte: o autor



Habitação da comunidade Frei Damião
Fonte: o autor



Empreendimento na Cidade Universitária Pedra Branca
Fonte: o autor



Cidade Universitária Pedra Branca

Fonte: o autor



Residência na Cidade Universitária Pedra Branca

Fonte: o autor



Show Room Cidade Universitária Pedra Branca
Fonte: o autor



O limite entre as comunidades Brejarú e Frei Damião
Fonte: o autor



Centro Comunitário da comunidade Brejarú
Fonte: o autor



Fórum de moradores da comunidade Frei Damião
Fonte: o autor